



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 063

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 1984

## CONGRESSO NACIONAL

### PARECER Nº 39, DE 1984-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 5, de 1984-CN (Mensagem nº 138/84 na origem; nº 46/84-CN), que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 543.500.000,00 (quinhentos e quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica".

#### Relator: Deputado Salvador Julianelli

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do artigo 51 da Constituição Federal, projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 543.500.000,00 (quinhentos e quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Acompanha a Mensagem Presidencial Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que diz:

"O Ministério da Educação e Cultura solicita a abertura de crédito especial, no montante de Cr\$ 543.500.000,00 (quinhentos e quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), em favor da Secretária Geral — Entidades Supervisionadas, destinado a conclusão de obras da Fundação Universidade Federal de Sergipe, a implantação do campus da Fundação Universidade do Rio Grande do Sul — RS, da Fundação Universidade Federal de Pelotas, bem como alocar recursos no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com destinação ao Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação — CEDATE, para cobertura de despesas com acompanhamento técnico e financeiro das aplicações de diversas entidades.

2. Após examinar o assunto, manifestamo-nos favoravelmente a concessão do crédito solicitado, cumprindo acentuar que as despesas resultantes serão atendidas com recursos de Operações de Crédito Internas, conforme prevê o artigo 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas, assim, as prescrições do artigo 61, § 1º, letra "c", da Constituição."

A destinação dos recursos está amplamente demonstrada na Exposição de Motivos e os valores estão especificados no artigo 1º do projeto.

Prevê o artigo 2º que os recursos necessários à execução da Lei serão provenientes do excesso de arrecadação do MEC, oriundo de operações de crédito internas contratadas com a Caixa Econômica Federal.

Estando cumpridos os dispositivos constitucionais e legais que regem a abertura de créditos especiais, nada vemos que se possa opor ao projeto.

São recursos alocados ao Desenvolvimento do Ensino em nosso País, que mereceram parecer favorável dos órgãos técnicos da SEPLAN.

À vista das razões expostas, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5, de 1984-CN.

É o parecer.

Sala da Comissão, 30 de maio de 1984. — Senador José Fragelli, Presidente — Deputado Salvador Julianelli, Relator — Senador Passos Pôrto — Senador Lourival Baptista — Deputado Hermes Zaneti — Senador Cid Sampaio — Senador Jutahy Magalhães — Deputado Celso Peçanha — Deputado Arildo Teles — Deputado Jackson Barreto — Deputado Albérico Cordeiro — Senador Carlos Chiarelli.

### PARECER Nº 40, DE 1984-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 47, de 1984-CN (nº 11/84, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.098, de 27 de dezembro de 1983, que "prorroga até 31 de dezembro de 1986 o prazo de isenção fiscal concedida às empresas siderúrgicas pelo Decreto-lei nº 569, de 7 de maio de 1969".

#### Relator: Senador Jutahy Magalhães

Nos termos do artigo 55 da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.098, de 27 de dezembro de 1983, o qual prorroga o prazo de isenção fiscal concedida às empresas siderúrgicas pelo Decreto-lei nº 569, de 7 de maio de 1969, até 31 de dezembro de 1986.

Trata-se de renovar, pela quinta vez, a prorrogação da isenção do Imposto de Importação sobre as matérias-primas, materiais de consumo, peças sobressalentes e equipamentos destinados ao funcionamento, modernização ou ampliação das empresas siderúrgicas produtoras ou laminadoras de aço, classificadas como tais pelo Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica (GEIMET), do Ministério da Indústria e do Comércio.

O benefício em tela, consoante esclarece a Exposição de Motivos firmada pelos Senhores Ministros da Indústria e do Comércio e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, tem concorrido de forma considerável para o constante crescimento das exportações brasileiras de aço, tendo em vista a redução dos custos de fabricação do referido produto.

Ressalte-se que a concessão da isenção em apreço sujeita-se à previa aprovação pelo órgão supramencionado, dos projetos industriais, programas ou listas de importação, atendidas as diretrizes traçadas pelo Conselho da Indústria Siderúrgica — CONSIDER.

Evidencia-se que a medida constitui incentivo da mais alta relevância para o desenvolvimento do setor siderúrgico nacional, que tanto tem colaborado para o aumento de nossas exportações.

Tratando-se, ademais, de matéria prevista no item II do art. 55 da Constituição Federal e atendidos os demais pressupostos contidos na norma constitucional em questão, não vemos obstáculos que se possa opor ao acolhimento do diploma em exame por que opinamos pela aprovação do seu texto na forma do seguinte:

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1984-CN

Approva o texto do Decreto-lei nº 2.098, de 27 de dezembro de 1983 que "prorroga até 31 de dezembro de 1986 o prazo de isenção fiscal concedida às empresas siderúrgicas pelo Decreto-lei nº 569, de 7 de maio de 1969".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.098, de 27 de dezembro de 1983, que "prorroga até 31 de dezembro de 1986 o prazo de isenção fiscal concedida às empresas siderúrgicas pelo Decreto-lei nº 569, de 7 de maio de 1969".

Sala das Comissões, 30 de maio de 1984. — Senador Guilherme Palmeira, Presidente, eventual — Senador Jutahy Magalhães, Relator — Senador Virgílio Távora — Senador Marcelo Miranda — Deputado Adroaldo Campos — Deputado — José Carlos Fagundes — Senador Jorge Kalume — Senador Galvão Modesto — Senador Fábio Lucena — Deputado Evaldo Amaral — Senador José Lins — Senador Enéas Faria.

## EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 3.000,00
Ano .....	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

## SUMÁRIO

**1 — ATA DA 139ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE JUNHO DE 1984**

## 1.1 — ABERTURA

## 1.2 — EXPEDIENTE

## 1.2.1 — Discursos do Expediente

*DEPUTADO MARCONDES PEREIRA* — Apelo ao Governo, no sentido de alocar recursos para aumentar a produção agrícola do Vale do Paraíba.

*DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO* — Considerações sobre entrevista concedida à Imprensa em 1978, pelo Coronel Jeferson Cardin e pelo Sargento Alberi, referente ao possível recebimento pelo Sr. Leonel Brizola de numerário remetido pelo Governo de Cuba. Eleição para prefeito municipal de Santos.

*DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO*, como Líder — Posição do PDT com relação a data para votação da Emenda Figueiredo.

*DEPUTADO AIRTON SOARES*, como Líder — Apelo ao Presidente do Congresso Nacional, no sentido de intervir na marcação da data da votação da Emenda Figueiredo.

*DEPUTADO LÉLIO SOUZA*, como Líder — Esclarecimentos aos discursos do Srs. Brandão Monteiro e Airton Soares.

*DEPUTADO JORGE ARBAGE*, como Líder — Considerações ao discurso pronunciado pelo Sr. Brandão Monteiro, na presente sessão.

*DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS* — Considerações sobre a Holanda, Países Baixos e Mônaco.

*DEPUTADO FRANCISCO DIAS* — Necessidade de se criar uma CPI, no sentido de se apurar possíveis irregularidades que estariam ocorrendo nos montepios brasileiros.

*DEPUTADO SANTINHO FURTADO* — Estudos realizados pelo Sr. Osvaldo Chiuchetta, apresentando o trigo mourisco e centeio, como substitutos naturais do trigo.

*DEPUTADO ARNALDO MACIEL* — Telex encaminhado às autoridades governamentais, pelo Sin-

dicato da Indústria de Açúcar do Estado de Pernambuco e de outros estados nordestinos, de reivindicações para melhoria da produção do setor.

## 1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

## 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 86/81 (nº 609/79, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dá nova redação ao *caput* do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, e determina outras providências. *Discussão encerrada*, ficando a sua votação adiada por falta de *quorum*.

## 1.4 — ENCERRAMENTO

**2 — ATA DA 140ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE JUNHO DE 1984**

*Sessão Solene destinada a reverenciar a memória do Senador Nilo Coelho.*

## 2.1 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

## 2.2 — ENCERRAMENTO

**3 — ATA DA 141ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE JUNHO DE 1984**

## 3.1 — ABERTURA

## 3.2 — EXPEDIENTE

## 3.2.1 — Discursos do Expediente

*DEPUTADO FRANCISCO AMARAL* — Necessidade da conservação da memória nacional.

*DEPUTADO MARCONDES PEREIRA* — Alto custo de vida

*DEPUTADO LUIZ HENRIQUE* — Movimento da Federação dos Trabalhadores do Comércio de Santa Catarina, contra o Decreto-lei nº 2.065.

*DEPUTADO DIONÍSIO HAGE* — Importância do pesquisador científico dentro das empresas. Greve dos professores universitários autárquicos e dos médicos residentes.

*DEPUTADO BOCAYUVA CUNHA* — 40º aniversário da invasão da Normandia.

*DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO* — Considerações sobre declarações atribuídas ao Senador José Sarney, propondo consultas às bases do PDS para a escolha do candidato do partido à sucessão presidencial.

*DEPUTADO EDUARDO GALIL* — Consulta que seria feita às bases do PDS para indicar o candidato do Partido à Convenção e ao Colégio Eleitoral.

*DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* — 50 anos de vida pública do Sr. Arnaldo Rollemberg Garcez.

*DEPUTADO ALUIZIO CAMPOS* — Posição contrária de S. Exª a reeleição do Presidente, inserta na proposta de Emenda à Constituição enviada ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República.

*DEPUTADO HUMBERTO SOUTO* — Congratulando-se com o Presidente do PDS pela sugestão feita ao Senhor Presidente da República para que consulte as bases do Partido para indicação do Candidato à Convenção e ao Colégio Eleitoral.

*DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO* — Defesa das eleições diretas já, para Presidente da República.

*DEPUTADO PRISCO VIANA* — Análise da idéia de uma consulta prévia às bases do PDS para indicação do candidato à convenção do Partido.

*DEPUTADA IRMA PASSONI* — Nota do Comando Nacional de Greve dos Docentes do Ensino Superior, sobre o anteprojeto de lei que fixa diretrizes para o progressivo equilíbrio salarial entre as Instituições de Ensino Superior e dá outras providências, assinado pela Srª Ministra da Educação e Cultura.

*DEPUTADO TIDEI DE LIMA* — Como Líder — Apreciação de pronunciamentos feitos na presente

sessão, sobre consulta prévia que seria feita às bases do PDS para indicação do candidato à convenção.

**DEPUTADO JORGE ARBAGE**, como Líder — Reparos a pronunciamentos feitos na presente sessão a cerca da idéia do Presidente do PDS sobre a realização de consulta prévia para indicação do candidato do Partido à convenção.

### 3.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Senado nº 278, de 1976 (nº 1/79, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais. **Discussão encerrada**, ficando sua votação adiada por falta de **quorum**.

### 3.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 15 minutos, com Ordem do Dia que designa.

### 3.5 — ENCERRAMENTO

## 4 — ATA DA 142ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE JUNHO DE 1984

### 4.1 — ABERTURA

### 4.2 — EXPEDIENTE

#### 4.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

### 4.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1984-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.075, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil nos casos de fusões e incorporações, e dá outras providências. **Votação adiada**, por falta de **quorum** para prosseguimento da sessão.

### 4.4 — ENCERRAMENTO

## 5 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. João Bastos, proferido na sessão conjunta de 6-6-1984.

## 6 — ATAS DE COMISSÕES MISTAS

# Ata da 139ª Sessão Conjunta, em 6 de junho de 1984

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

### Presidência do Sr. Moacyr Dalla

#### ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcanfê — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Muller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

##### Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge —

PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Sebastião Curió — PDS.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

##### Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marçílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

##### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

##### Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

##### Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

##### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Coça — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

##### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

##### Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

**Rio de Janeiro**

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Cane-do — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva —

PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB, Wolney Siqueira — PDS.

**Mato Grosso**

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Muller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT, Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratin de Moraes — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

**Amapá**

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

**Roraima**

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 253 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

**O SR. MARCONDES PEREIRA** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

O Governo, o País, acaba de obter no Japão um empréstimo de 53 milhões de dólares para irrigação, no setor de várzeas, principalmente na Região do Nordeste.

Entretanto, para que o Ministro da Agricultura possa resolver, de imediato, o problema da alimentação da população brasileira, formulamos um convite a S. Ex<sup>a</sup> para visitar o Vale do Paraíba, uma região com as várzeas mais extensas do território nacional, em condições de produzir alimentos até para a exportação.

O vale do Paraíba, que vai de Jacareí à cidade de Campos, no Estado do Rio, que atravessa três Estados, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, é uma vasta área servida por estradas de rodagem e estradas de ferro, servida por força e luz, servida inclusive por tecnologia, através do Centro de Pesquisas Tecnológicas do Ministério da Aeronáutica, além de grandes indústrias localizadas naquela região.

É o local apropriado para começar uma produção em alta escala de arroz, feijão, milho, mandioca, o que quiserem, já que a região é fertilíssima. Estamos chamando a atenção do Governo Federal, do Ministério da Agricultura, dos órgãos federais que tratam da produção do País, para um região que está localizada entre os dois maiores centros demográfico do País; Rio de Janeiro e São Paulo. Mais de 5% da população brasileira vive nesses dois centros.

Se o Governo quiser resolver a questão da alimentação já, sem precisar enfrentar o problema do transporte, hoje, caríssimo, o problema do armazenamento, também caríssimo, o problema da irrigação, também caríssimo, bastará investir no vale do Paraíba. As Várzeas do vale do Paraíba irão permitir a produção e o consumo imediato, produzirão mais do que o Rio Grande do Sul, por hectare. Temos ali condições para alimentar o Brasil e até exportar arroz, feijão e outros produtos. É só uma questão de olhar o problema no imediato, já, para dar uma solução.

Não sei como os técnicos do Ministério da Agricultura não exergam isto. Teríamos uma produção imediata para alimentar aqueles operários. Lá estamos com o maior número de desempregados, o maior número de pessoas carentes numa região excelente para produção.

Penso que o Governo, ao invés de aplicar esses 52 milhões de dólares, emprestados do Japão, para iniciar uma irrigação em outras regiões, deveria aproveitar, imediatamente, para dotar o vale do Paraíba de condições de produzir já os alimentos. Assim, não teremos mais intermediários, e através de cooperativas de consumo, começaremos a entregar à população o produto imediatamente, sem mais intermediários, sem essa rede de aproveitadores, que faz com que o produto, da lavoura ao consumidor, suba até dez vezes mais. Essa situação não haveria no vale do Paraíba, porque basta deslocar a mercadoria para São Paulo e para o Rio de Janeiro, que ela será consumida imediatamente.

Formulo desta Casa, o convite ao Ministro da Agricultura e às demais autoridades do Ministério da Agricultura para que abram os olhos para o vale do Paraíba. Muito obrigado.

(Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

**O SR. AGNALDO TIMÓTEO** (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

**O Correio Braziliense de hoje** — e acredito que todos os jornais do Brasil — publica uma matéria, uma entrevista concedida pelo ex-sargento do Exército e ex-comandante — comandante não sei de que — da guerrilha de Caparaó, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, ou Amadeu Felipe da Luz Gomes. Precisamos saber qual é o nome verdadeiro do cidadão.

Esse jornal como sempre, ao invés de responder às nossas interrogações, apresenta mais acusações, mais bobagens, mais ingenuidades ou burrices.

Quero cobrar, então, dos nobres homens da Imprensa, dos profissionais da Imprensa, que me concedam o mes-

mo direito de resposta, para que eu possa mostrar a matéria concedida em dezembro de 1978, pelo Sr. Coronel Jefferson Cardin e pelo Sargento Alberi, ao jornal: "Este homem quis incendiar o País". E aqui em baixo: "O plano era de Brizola; fomos traídos".

Então, Sr. Presidente, diz ainda o seguinte:

"— Quem financiaria essa operação?

Alberi — Esse planejamento foi levado a Cuba pelo Darci Ribeiro e com base nele foram liberados 500 mil dólares. E depois veio outra remessa de 500 mil dólares".

Depois começaram a brigar, para saber com quem ia ficar a "grana".

Aí, diz o Brizola: "Não; mas o Darcy Ribeiro e o Janjo são da mesma facção". Aí brigaram, brigaram, e o dinheiro não foi gasto.

"— Alberi — Dois ou três dias antes, eu combinei com os rapazes para quebrar o pau em Pelotas. Aí o Brizola manda o Francisco Lage a Pelotas — nós ficamos sabendo por coincidência — dizer que não entrasse no movimento sem a palavra de ordem dele, quando o combinado era que ao ser lido um manifesto em alguma rádio do Rio Grande todos deveriam se movimentar.

— Jefferson — E o Brizola ficou sabendo no dia 19 de manhã que nós já estávamos em Livramento, porque ele mandou o Wilson a minha casa me procurar. Mas eu não podia ter dito a ele que ia embarcar, até porque a gente suspeitava que tinha um informante no adido militar brasileiro, coronel Câmara Senna, na casa dele. Nos sete dias que nós corremos de Montevideu a Três Passos, o Brizola poderia ter mandado um mensageiro, pois os sargentos Augusto, Afonso e mais o Brandão — que não é o nosso Líder — sabiam de todo o plano, sabiam até onde nós estávamos. O Brizola não foi um delator, não delatou o movimento à polícia. Foi isso que eu disse no inquérito ao general Oscar Luiz da Silva. A traição dele foi ter mandado iniciar o movimento e depois ter-se arrependido e não colocar o plano em execução. Não sei por que, pois ele dizia que estava tudo cem por cento. Isto eu quero deixar bem claro porque ele não estava falando com uma criança. Eu, um homem de 53 anos, ia iniciar um movimento com risco de vida e ele não era um desafeto meu para que fizesse essa traição. Ele se omitiu."

Mais recentemente, o Sr. Theodomiro, de Paris, concede uma entrevista dizendo:

"...Alguns colegas meus acham que essa entrevista do Anselmo veio prejudicar o Brizola, a campanha pelas eleições diretas. E você? O que você acha disso?"

Theodomiro: Não tem nada que ver uma coisa com a outra. Absolutamente. A entrevista do Anselmo não tem nada a ver com as diretas nem foi dada para prejudicar o Brizola. Eu acho que existe um exagero no Brasil, atualmente. Tudo que se diz, tudo que se pensa, qualquer atitude é para prejudicar o Brizola ou para ajudar o Brizola...

Octávio: E o Brizola, na sua opinião...

Theodomiro: É, vamos dizer, um reformista moderado, né? Extremamente personalista...uma pessoa que se preocupa muito com a personalidade dele, a carreira dele, as ambições dele, que são presidenciais. Eu tenho alguns problemas com o Brizola, tenho uma cobrança séria... O coronel Jeferson iniciou uma ação de guerrilha no Brasil, logo depois de 1964, e teria ligações, mais tarde, com a guerrilha de Caparaó, em Minas, que vive hoje aqui em Paris, conta que esperava apoio de Brizola, quando deflagrou a guerrilha...

Octávio: O dinheiro de Cuba?

Theodomiro: Exatamente. Cuba forneceu uma quantia importante para financiar a guerrilha. Brizola teria recebido essa quantia. E o dinheiro não apareceu, na hora em que foi necessário. Essa pergunta já foi feita ao Brizola, quando ele voltou ao Brasil. Ele disse então que no momento oportuno prestaria conta desse dinheiro. Quer dizer: já passou muito tempo e essa prestação de contas não veio. Seria bom que ele prestasse contas — do dinheiro de Cuba e do compromisso que ele tinha com o coronel Jeferson."

O que estou fazendo nesta Casa é apenas perguntar ao Governador do Rio de Janeiro aonde ele meteu o dinheiro de Cuba e o dinheiro da "Operação Tio Patinhas?"

E ficam esses bobalhões acusando este Deputado de ter envolvimento com os órgãos do Governo.

Isso, Sr. Presidente, chega a ser irritante, e eu cobro dos homens independentes da imprensa o mesmo espaço para responder a essas baboseiras. Eu não tenho nada a ver com as brigas das facções, de esquerda ou de direita. Eu só quero saber uma coisa que foi prometida pelo próprio Governador: dizer aonde foi gasto o dinheiro de Cuba? E aqui diz ter sido três milhões de dólares e mais o dinheiro da "Operação Tio Patinhas".

Agora, Sr. Presidente, uma coisa que tem me deixado surpreendentemente entristecido. A imprensa, que todos nós sabemos vai onde quer e descobre tudo, ainda não procurou saber sobre a operação "Tio Patinhas" com os cartões do *Diners Club*. Isso deve estar registrado, deve ter até processo.

Muito bem! Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que estou nestes dias vivendo uma grande alegria. Eu quero falar sobre as eleições de Santos, e mandar aqui o meu abraço carinhoso para a população daquela cidade por ter dado o seu voto de confiança e de gratidão para o filho do Esmeraldo, um ex-Prefeito que foi cassado, cumprimentar o Justo, que era o Vice-Prefeito naquela oportunidade, que se recusou a tomar posse e dizer que, lamentavelmente não pude ir a Santos participar da campanha. Mas, lá estiveram o Sr. Leonel Brizola, o Sr. Juruna, o grande Deputado, Alceu Collares e muitos outros Deputados, além dos recursos dos funcionários do BANERJ, do trabalho dos funcionários do BANERJ. Lamentavelmente estou, entristecido porque o papel do PDT foi muito pobre em Santos, Sr. Presidente, o que prova realmente que o Sr. Leonel Brizola não é o maior líder político deste País.

Há mais uma coisa constatada. Lamentavelmente quem sabe pedir voto no PDT chama-se Agnaldo Timóteo. Tem muita gente simpática, muito popular, mas pedir votos, quem sabe é o Deputado Agnaldo Timóteo. Por isto lamento profundamente a situação melancólica do PDT em Santos.

Eu quero a resposta. Vou pedir à Imprensa a resposta dessas acusações "estúpidas" e das matérias publicadas por guerrilheiros. Guerrilheiros!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro, como Líder do PDT.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** (PDT — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O PDT quer trazer hoje ao Congresso Nacional a sua posição em relação à questão da data para a votação da Emenda apresentada pelo Senhor Presidente da República à Constituição. Nós não fomos consultados em nenhum momento pelos dois maiores Partidos desta Casa, especialmente não tomamos conhecimento da reunião que haveria na casa do ilustre Deputado Pacheco Chaves entre as direções do PMDB e do PDS, e não concordamos com a data do dia 27. Queremos deixar nos Anais

desta Casa a posição do nosso Partido. Não concordamos com a data do dia 27.

Lamentamos que pela primeira vez, nesta legislatura tenha ocorrido um fato como esse. O PMDB, que é o maior Partido de Oposição, se encontrou com o PDS, acertou a data para a votação e não nos comunicou. Nós temos caminhado nesta Casa *pari passu* com todos os Partidos de Oposição, tentando, na verdade, levar as questões de modo conjunto. O Sr. Presidente do Congresso Nacional também é testemunha de como temos procurado, na medida do possível, colaborar para o bom desenvolvimento dos trabalhos, sobretudo em matérias polêmicas, em matérias que dividem a Casa. Nós queremos informar: o PDT não concorda com a data acertada entre o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães e o Presidente do PDS, José Sarney. Não fomos consultados. Achamos mesmo que o dia 27 é uma posição, é uma manobra de alguns setores que não querem que o povo brasileiro volta às ruas, se mobilize porque, afinal de contas, devemos dar ao povo o direito de participar de todas as questões centrais da democracia no Brasil e das grandes decisões nacionais. Não concordamos com o dia 27 e estimamos, na verdade, voltar às mobilizações para trazer ao Congresso Nacional a inquietação do povo brasileiro e mostrar a sua vontade contra as eleições indiretas. (Muito bem! Palmas.)

**O Sr. Airton Soares** — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Soares, como Líder do PT.

**O SR. AIRTON SOARES** (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nós do Partido dos Trabalhadores reclamamos da Mesa Diretora do Congresso Nacional, presidida por V. Ex<sup>a</sup>, o tratamento no que diz respeito à fixação da data de votação da Emenda, chamada "Leitão", o mesmo tratamento dispensado a V. Ex<sup>a</sup> por ocasião da tramitação da Emenda Dante de Oliveira. Na ocasião V. Ex<sup>a</sup> chamou os partidos e só concluiu por uma data quando as lideranças dos partidos ajustaram entre si uma data comum. Lembro-me até que foram feitas três sugestões de datas ao PDS, que pediu um prazo. No prazo pedido o PDS aceitou a opção por uma das datas sugeridas pelas Oposições.

Portanto, Sr. Presidente, não podemos admitir que seja fixada a data de votação de projeto de tamanha importância sem que os demais partidos, afora o PMDB e o PDS, tenham participação no processo.

Sabemos que V. Ex<sup>a</sup> haverá de garantir a todos os partidos nesta Casa o mesmo tratamento, como sempre fez, e ficamos na expectativa de uma reunião que será, na hora oportuna, convocada por V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para a fixação da data para que possamos, então, todos juntos, chegarmos a um denominador comum sobre a data, que seja a melhor possível para o Congresso Nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O Sr. Lélío Souza** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélío Souza, para uma breve comunicação.

**O SR. LÉLIO SOUZA** (PMDB — RS. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os ilustres líderes do PDT e do PT, Deputados Brandão Monteiro e Airton Soares, respectivamente, serviram-se da comunicação urgente de Líder para se reportarem ao fato referente a um suposto compromisso assumido pelo Presidente Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, com o Presidente do PDS, Sena-

dor José Sarney, sobre a data na qual deverá ser discutida e votada a Emenda Figueiredo.

Como a imprensa tem noticiado, houve, de fato, o encontro entre o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, e o Presidente do PDS, Senador José Sarney. Nesse encontro, dentre outras questões relativas a esse problema, foi suscitada esta: a data mais apropriada para a discussão e votação da Emenda. Em razão desses entendimentos preliminares, foi alvitada a possibilidade da inclusão na Ordem do Dia, em sessão do Congresso Nacional, para discussão e votação dessa emenda, no dia 27 do corrente mês. Todavia, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há aqui uma observação importante para desfazer eventuais prevenções que possam ser suscitadas, impugnando o comportamento do Presidente do PMDB por ter agido à revelia de um prévio consenso desse assunto a nível de Oposição.

O próprio Deputado Ulysses Guimarães tem declarado exaustivamente que não se tratou de nenhum compromisso irratável, mas apenas se tratou de uma sugestão alvitada na oportunidade e que seria levada às demais lideranças partidárias a viabilidade da sacramentação desse compromisso para viabilizar a V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, com base na praxe, a designação do dia para discussão e votação dessa emenda. Está, evidentemente, na dependência do assentimento das ilustres Lideranças partidárias do PT e do PDT. Não tem sido diferente o comportamento do PMDB noutras questões onde as Oposições tem agido em comunhão. Nesse aspecto sobretudo de indescartável importância para os destinos das instituições democráticas.

Vale a pena lembrar que a própria Emenda Substitutiva, elaborada, em parceria, pelos partidos de Oposição com o Grupo Pró-Diretas do PDS, foi feita dentro de um clima da maior harmonia, todos se sujeitando ao denominador comum daquilo que ficou evidenciado como uma conveniência das Oposições nessa emergência parlamentar.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, cabe-me, na condição de Líder eventual da Bancada nesta sessão do Congresso Nacional, prestar esses esclarecimentos. Não há fixação de data para a votação da Emenda Figueiredo, o que houve foi uma prévia discussão em torno de uma provável data. E o próprio Presidente Nacional do Partido reafirmou que esta fixação estaria, obviamente, na dependência do assentimento das outras lideranças partidárias.

Quem, hoje de manhã, teve a oportunidade de assistir ao festejado e importante programa jornalístico "Bom Dia, Brasil" verificado, através da entrevista clara e didática, elucidativa, como sempre, do eminente Senador Pedro Simon, que de outra maneira não se passaram os fatos. Ele próprio, questionado pelo entrevistador, esclareceu que a data não está marcada, que isto está dependendo de um acerto a nível de lideranças.

Desfaço esse equívoco para realçar o irratável propósito do PMDB de levar avante nesta questão, como já o fez nas demais, um trabalho que em momento algum quebre as necessárias condições de ações comuns das Oposições, e do próprio Grupo Pró-Diretas do PDS no trato desta relevante questão que é a que diz respeito à Emenda Figueiredo, no bojo da qual está a subemenda apresentada pelas Oposições, com o Grupo Pró-Diretas do PDS.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que, dada a magnitude do assunto, os Partidos de Oposição hão de convir, de maneira unânime, sobre uma data que atenda a todas as conveniências partidárias. Ao PMDB também não escapa a percepção de que é fundamental reativar a mobilização popular. Aliás, a própria mobilização popular, deflagrada antes da discussão e votação da Emenda Dante de Oliveira, foi responsável pelo espetáculo magnífico que se verificou nesta Casa, onde a emenda, apesar de não ter alcançado o quorum constitucional para sua

aprovação, teve uma adesão superior a 60% dos Deputados. E esta mobilização popular, a nosso juízo, é fator de policiamento, inclusive, do desempenho político dos representantes do povo, de tal modo que ela deve ser restabelecida, restaurada, incrementada, para assegurar que a decisão desta Casa, em ulterior oportunidade a respeito deste assunto eleições "Diretas Já", seja aquela que venha ao encontro das inequívocas aspirações majoritárias da população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, estes os esclarecimentos que presto, em atenção às respeitadas e oportunas intervenções feitas pelos ilustres Líderes do PT e do PDT sobre a data da sessão na qual deverá ser discutida e votada a Emenda Figueiredo, e esclarecimentos que prestei, também, em abono à posição assumida pelo meu Partido, que, neste particular, é incensurável, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O Sr. Jorge Arbage** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage, para uma comunicação de Liderança.

**O SR. JORGE ARBAGE** (PDS — PA. Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Preliminarmente, a Liderança do PDS procura desfazer um intencional equívoco do eminente Líder do PT, Deputado Airton Soares, quando atribui a autoria da Emenda nº 11 ao Ministro Leitão de Abreu. Não existe, Sr. Presidente, nenhuma Emenda Leitão tramitando no Congresso Nacional. A Emenda nº 11 tem o timbre oficial da autoria do Presidente João Figueiredo.

Não pretendemos, Sr. Presidente, descer aos líames intestinos da divergência trazida ao plenário pelos eminentes Líderes do PDT e do PT, com relação à Liderança do PMDB. Estamos, no entanto, preocupados, Sr. Presidente, com a Oposição aqui assegurada pelo eminente Líder do PDT, Brandão Monteiro, quando S Ex<sup>a</sup> se coloca, em nome do seu Partido, radicalmente contra a data de 27 de junho para a votação da Emenda Figueiredo.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, entendemos nós que o momento exige espírito de transigência, de renúncia aos mais altos interesses pessoais ou unilaterais e que se coloque, acima de tudo do isto, o legítimo e autêntico interesse da Nação e do povo brasileiro.

Não há como, Sr. Presidente, neste momento de transição, se possa protelar a decisão de uma proposta de emenda à Constituição, em cujo texto se encontram inseridos aqueles pressupostos jurídicos que respondem, e correspondem, também, aos maiores anseios da sociedade brasileira.

O Presidente João Figueiredo, Sr. Presidente, sentiu, com a sua sensibilidade permanente na defesa dos interesses nacionais, que esta Nação quer, reclama e deseja, acima de tudo, o processo de transformação institucional. E o Presidente, quando se dirigiu à Nação para justificar o envio da Emenda nº 11 à sábia e douta decisão do Congresso Nacional, fez sentir que o fazia, Sr. Presidente, porque se convencera de que o povo brasileiro quer, realmente, esta transformação nas nossas instituições. E cumpriu, uma vez mais, com a sua palavra, com a sua promessa formal ao povo brasileiro: enviou a emenda.

Resta, portanto, Sr. Presidente, ao Congresso Nacional o direito de analisá-la, a função de debatê-la e a missão de considerando todos aqueles aspectos que são realmente positivos e necessários para a hora presente, deliberar, o quanto antes, para que o povo brasileiro possa realmente aumentar a sua dose de confiança na representação política que aqui está para o cumprimento de tal missão.

Portanto, Sr. Presidente, faria desta tribuna um apelo ao eminente Líder do PDT, Deputado Brandão Monte-

ro, para que S Ex<sup>a</sup>, ao invés de ser taxativo no fechamento da porta para o diálogo, para o entendimento e para a negociação, desta feita não mais com o PDS, Sr. Presidente, nem com o Governo, mas com o maior Partido de Oposição no País, o PMDB, S. Ex<sup>a</sup> reconsidere a sua posição e aceite dialogar para que nós, do PDS, e a nobre Oposição brasileira no seu todo, fixemos a data de 27 de junho para a decisão terminativa da Emenda nº 11, sob pena, Sr. Presidente, daí por diante, quando nos restam apenas três dias para o início do recesso parlamentar, não sabermos, na verdade, quais os acontecimentos reais que possam advir para tumultuar todo o nosso esforço e o esforço do Governo, no sentido de sedimentar, tanto quanto possível, o processo de abertura democrática que hoje desponta aos olhos do mundo civilizado como uma das grandes conquistas desta potência que se chama Brasil.

Este Sr. Presidente, o apelo que faço à nobre Oposição brasileira. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Viveiros.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VIVEIROS** (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Leio, para transcrição nos Anais da Casa, considerações sobre a grande Holanda e Países Baixos.

"Um holandês resumiu o objetivo nacional de seu país em única frase. "Possuir a Terra onde a Água quer estar" Essa é uma realidade na Holanda que vem reorganizando suas fronteiras há muitos anos e essa longa luta com o mar deixou marcas permanentes na maneira de viver dos holandeses, provocando profundas mudanças sociais ao transformar pescadores em fazendeiros, fazendeiros em operários industriais e compositores em cidadãos urbanos. Boa parte da grande determinação do "humor", da "afetação" e mesmo do conservadorismo associados aos holandeses deriva dessa aventura constante enfrentada pela Holanda em sua convivência com a natureza. Se os homens não pudessem alterar a geografia, a Holanda tal como conhecemos hoje não existiria, pois dois quintos do país — contendo mais da metade da população e as cidades de Amsterdam, Rotterdam e Haia — estariam sob as águas, não fosse a complexa rede de diques, represas, exclusas e sistemas de bombeamento criada e mantida pelos holandeses; todos eles têm consciência disso mas não se preocupam a não ser quando se lembram de tragédias como a terrível inundações de 1953, essa tarefa de conquistar terras às águas é realizada por especialistas e um povo tenaz; assim, uma das mais extraordinárias conquistas do homem frequentemente passa despercebida aos próprios holandeses. A construção dos chamados "Polders", que avançam muito baixo do nível do mar, são pedaços de terra aráveis criados, pelo emprego dos diques imensos e drenagens, onde antes só havia água; o Polder de Wieringermeer, com 20.000 hectares foi drenado em 1930; o Polder do Nordeste, tem 60.000 hectares e foi drenado em 1942. Quando o último dos cinco Polders de IJsselmeer foi terminado em 1978, os holandeses já haviam conquistado mais 180.000 (cento e oitenta mil) hectares de terras ao mar.

Os estrangeiros é que ficam sempre muito impressionados, recorrendo a superlativos para demonstrar sua admiração. Napoleão, diante de 860 moinhos de vento que giravam para manter um área seca disse; "Nada existe igual".

Por outro lado a Holanda é um país que apaixonado à primeira vista, grandes cidades, auto-estradas, monumentais edifícios, grande indústria, porto fabuloso são entrecortados por riachos e pontes. É um

país de campos verdes, e vacas bem cuidadas, onde o ser humano é respeitado e os velhos amparados. Holandeses, belgas e luxemburgueses sentem-se liasonjeados diante da imagem tradicional que se tem dos Países Baixos em todo o mundo: terras extremamente pitorescas onde as pessoas usam sapatos de madeira (os mais lindos tamancos holandeses), roupas bordadas e chapéus de renda (foto); onde as tulipas crescem à sombra dos moinhos, a comida é deliciosa e o leite chega às cidades em velhas carruagens; onde os festivais folclóricos trazem o passado de volta às praças e castelos medievais parecem saídos dos contos de fadas. Contudo, eles preferiam que seus países fossem vistos como países industriais e dinâmicos, plenamente recuperados da guerra e da perda de um vasto império colonial, e que hoje lideram a Europa na busca de uma unidade política e econômica.

Quando as razões para que com 22 milhões de habitantes os Países Baixos, Holanda, Bélgica e Luxemburgo, (juntos com apenas 69.000 km<sup>2</sup> de área), apoiem uma Europa unida, são históricas e geográficas pois pelo tamanho de seus territórios, jamais conseguiriam por conta própria um poder militar e econômico suficiente para impedir que Nações mais poderosas lhes impusessem suas vontades. Mas, desde que a Bélgica conquistou sua independência da Holanda em 1830 a língua é o mais sério problema desse grande povo. Não obstante, os funcionários turísticos da Bélgica e de Luxemburgo são talentosos para fazer com que números cada vez maiores de turistas visitem seus países.

A mistura desses povos, inclui na antiguidade os celtas, as tribos germanicas e a civilização romana.

A unidade hoje estabelecida foi conseguida, portanto, a despeito da tradição — e não por sua causa. Muito original são as ruínas do Castelo de Vianden em Luxemburgo, século XII, construído no Vale de Our. Sóbria e imponente a Catedral Dusabon domina um bairro central de Bruxelas, a grande capital belga onde o mercado de objetos antigos constitui uma verdadeira tradição ocupando as ruas centrais da cidade e os edifícios do século XVII recordam os requintes da vida barroca.

A Holanda apesar de ser um país, geograficamente pequeno, é muito desenvolvido, limpo, — a recuperação da Holanda é um fenômeno tão impressionante quanto os “milagres econômicos da Alemanha e do Japão” — é o país mais densamente povoado do mundo, com cerca de 14 milhões de habitantes; situada junto ao Mar do Norte na foz de três grandes rios, o Reno, o Mosa e o Escalda, talvez por isso Rotterdam, que se reergueu brilhantemente dos escombros da guerra, possui o porto mais ativo do mundo.

Embora conserve boa parte do seu Casario Medieval Amsterdam, capital da Holanda, é hoje uma das principais metrópoles européias; a Torre das Moedas, é uma das típicas construções em estilo flamengo da bela cidade; as belas cidades da Holanda possuem milhares de edifícios classificados, “monumentos nacionais”.

— Os Países Baixos, possuem figuras destacadas, tanto no passado como no presente: Van Gogh, que expressou os conflitos de sua alma atormentada em telas geniais, Rembrandt, Mondriaan iniciador do abstrato, Vermeer, Steen. O Rijksmuseum em Amsterdam e o Museu de Vangogh, de arquitetura requintada, abrigam famosas obras de arte desses pintores geniais, mundialmente conhecidos; Maeterlinck famoso da poesia ao teatro, Marsman e tantos outros.

Amsterdam — Situada na desembocadura do Rio Amstel, província da Holanda do Norte, é a ca-

pital da Holanda, grande porto e também capital dos Países Baixos, além de grande centro comercial e financeiro. Comprimida sobre terrenos pantanosos, possui como toda a Holanda numerosos diques, canais e 70 (setenta) ilhas, que se comunicam através de 500 (quinhentas) Pontes.

Não se sabe, praticamente, nada da história de Amsterdam durante o período pré-histórico e romano. Durante os séculos que se seguiram a feliz posição geográfica da cidade e o duro trabalho de seus habitantes transformaram essa pequena aldeia de pescadores (até o século XIII) em potente cidade; Amsterdam se transformou então em grande exportadora de diamantes, tabaco, cacau etc... Foi o período áureo da Companhia das Índias Ocidentais e Orientais, da escavação de seus grandes canais e do surgimento de faustosas moradas da aristocracia holandesa. Mais tarde surgiram a Inglaterra e a França que disputaram com a Holanda o domínio dos mares e de grande potência mundial. Amsterdam foi a primeira cidade da Holanda já dominada pelos franceses que se rebelou fundando em 1940 o “Reino Independente” quando foi ocupada pelo exército nazista, se libertando cinco anos depois. Mas, todas essas dificuldades enfrentadas não conseguiram apagar os séculos do predomínio holandês e de Amsterdam. Os canais, as pontes, as casinhas que o mundo admira, os seus habitantes não permitiram que se perdessem.

Assim, “DAM”, com o Monumento da Libertação, é o coração de Amsterdam: praça de forma irregular seu nome significa “Dique”, onde os antigos pescadores construíram um dique para proteger suas casas das águas turbulentas do rio.

O Palácio Real é esplêndido exemplo de classicismo holandês, construído em 1648 com sua base de 13.600 palafitas que foram necessárias para consolidar seus alicerces em pleno Lodassal e substituiu o Palácio Municipal que foi destruído por um incêndio que em 1452 reduziu a cinzas parte da cidade.

Neuwe Kerk é uma Basílica maravilhosa no estilo gótico com 14 capelas interiores, onde o púlpito é extraordinária obra de arte barroca, em madeira, de Vinekenbrinck. Ali a partir de Guilherme I, são coroados todos os soberanos holandeses. Outro belo edifício é a Central de Correios, do Renascimento holandês, fica em frente ao Palácio Real. “Kalverstraat” é comércio muito freqüentado, (onde um dólar vale 2,5 florins), só para pedestres, se torna agradável passeio.

Orphanage, é bairro típico onde só se tem acesso através de uma “porta das mais antigas da cidade e onde estão esculpidos versos do poeta Vondel.

Em Rokin, uma das principais ruas da cidade tem como fundo antigas fachadas de casas enegrecidas pelo tempo e foi erguida a estátua à cavalo da jovem rainha Guilhermina, muito querida pelos holandeses.

A belíssima estação central sobre uma ilha artificial é típico exemplo do “renascimento holandês” e diante dela se ergue a imponente igreja de S. Nicolau. Na Avenida Voorburgwal estão os interessantes e típicas casas holandesas de largas janelas com vidros brilhantes. Onde Kerk, é uma bela Igreja protestante: Blauwbrug é uma ponte monumental sobre o Rio Amstel. Belíssima, ainda, é a Sinagoga Portuguesa; a Rembrandtsplein é ampla praça onde estão os inumeráveis e gostosos cafés, Night Clubs; a famosa Rua dos Marinheiros e típica “zona” da Holanda, onde mulheres seminuas fazem “pose” dentro de vitrines e fecham as cortinas quando aparece um visitante; (as cenas são, realmente, chocantes).

A casa de Ana Frank fica no nº 263 de Prinsengracht. Ana é a autora do famoso diário que abalou o mundo.

Muito belo é o edifício para concertos, o Concertgebouw e Corona clássico edifício da universidade de linhas severas que é emblema da cidade de Amsterdam como também a Casa dos Espelhos Dourados e Prateados, o aeroporto Schiphol, um dos mais modernos da Europa, retratam os contrastes da Holanda, que é toda encanto!

Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Leio também para transcrição nos Anais da Casa, considerações sobre o belo principado de Mônaco:

Faz parte do litoral do Mediterrâneo Mentone, Mônaco (Monte Carlo), Nice, Cannes, Antibes, Saint-Tropez, denominado de “Costa Azul”; é um lugar encantador: sol, montanhas, céu azul e flores. A Costa Azul são longas praias e arrecifes, interrompidos por lugares pitorescos e famosos como Mônaco, habitado desde os tempos pré-históricos, onde Fenícios e Romanos se instalaram, que se tornou, há cerca de 30 anos, a Capital Mundial do Jogo

Mônaco é o belo Principado da Europa Mediterrânea e fica completamente encravado em território da França, no litoral rochoso da Riviera francesa, ocupando uma pequena área de apenas 1,57 Km<sup>2</sup>. Tal como a Riviera é centro turístico muito movimentado; está a cerca de 8 Km da fronteira franco-italiana e fica a 24 Km da bela cidade francesa, Nice.

De suas três “Comunas” de Mônaco, corresponde à capital do país e qual Cartão Postal — como um Presépio — fica localizado no alto de abrupto Promontório, defendido por antigas muralhas. Além de belas e pitorescas construções da Idade Média. Mônaco, contém o Palácio Príncipesco cuja vista domina a cidade, o Museu Oceanográfico, imponente e interessantíssimo com vários aquários, sala de mamíferos etc... Criado em 1910, possui um bonito Jardim Tropical. A capital do Principado é um exemplo de limpeza e ordem e a Catedral construída em estilo neoromântico é belíssima.

Em nível inferior, junto ao mar, encontra-se “La Condamine”, bairro mais moderno, onde se concentram o Comércio, as fábricas de perfumes, cerveja e licores. Comunica-se com o posto que é freqüentadíssimo por navios das mais diferentes nacionalidades e ao lado do velho centro monegasco, acha-se a chamada “Terceira Comuna”, que é Monte Carlo, a mais célebre e a mais procurada, universalmente, conhecida como Centro de Jogo e de Diversões, ficando em privilegiada posição à vista do Mediterrâneo.

Surgiu, como tantas outras localidades, da Riviera, cujo clima é privilegiado. Em 1856, porém passou a possuir um Cassino, — o famoso Cassino de Monte Carlo com ricas salas, como a de Jogos Privados e a sala do Teatro, chamada, Garnier; ao lado do Cassino se instalaram locais de Concertos musicais, Teatros, lindos Jardins e outros motivos de atração turística. É belíssimo de se ver, principalmente à noite, quando luzes diretas e indiretas parecem transformar Mônaco num lugar de fantasia. — Destaque para o Museu Nacional, a Praça do Cassino e o Hotel de Paris. Monte Carlo em 1868, foi ligada à rede ferroviária da França, e, a seguir, à da Itália. Foi aí que teve início o ser crescente e interrupto desenvolvimento, acabando por transformar-se num dos mais famosos e procurados Centros Turísticos do mundo. Para isso dispôs de completo serviço Hoteleiro e de movimentada Marina e Balneário.

Ao Cassino, que constitui a mais importante fonte de renda do Principado, tem acesso apenas os estrangeiros, sendo terminantemente proibido aos monegascos participar de qualquer tipo dos jogos de azar, que são a sua atração máxima.

Ferrovias, Rodovias e linhas de navegação se encarregam de colocar Monte Carlo em permanente contacto com outras áreas da Europa e do Mundo. Sua população permanente é de apenas 9.500 habitantes mas incluindo o restante de Mônaco, são 20.422 habitantes na chamada três comunas, falando a língua francesa; não pagam impostos e estão isentos do serviço militar. O Turismo, o cassino de Monte Carlo e os selos postais é que sustentam a economia do país. Os serviços de alfândega e de comunicações estão entrosados com os da França.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

**O SR. FRANCISCO DIAS** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tenho em mãos os documentos originais do MOMBRAS, referente ao contrato de seguro do Prof. Breno Francisco Raymundo, nº 00.608.300, contrato feito em 1974, dia 21-8-74.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o que é estranho neste contrato é que o mesmo foi feito em 97 parcelas e o possuidor deste contrato ao término do mesmo, procurou os responsáveis por este seguro do MOMBRAS e teve a seguinte resposta: o senhor poderá receber o total de Cr\$ 73.911,96 ou uma pensão vitalícia de Cr\$ 2.055,60.

Como se pode ver, aí está um engodo lançado sobre o Sr. Breno Francisco Raymundo, e talvez a milhares de segurados do MOMBRAS, e tantos outros segurados.

Eu mesmo comprei, e por insistência de uma vendedora, um seguro da Caderneta Residência de Poupança e fui ludibriado, pois no momento que precisei parar e pleiteei meu dinheiro de volta, aconteceu o golpe, e já faz alguns meses que requeria devolução do dinheiro, e até agora, nem sei mais onde fica a central da Caderneta de Residência de Poupança.

O mesmo problema acontece com a Capemi.

Pois paguei vários anos, e no momento de deixar atrasado 6 prestações, perdi todo o dinheiro aplicado.

Quero protestar contra estas falsas poupanças autorizadas pelo Governo e que ludibriam a fé pública.

Quanto seguros, inseguros.

Quanta bandalheira que se autoriza por aí, e ninguém toma consciência disso.

Onde estão as autoridades?

O que fazem com o Professor Breno Francisco Raymundo é uma vergonha. Protesto contra tudo isso. Gostaria de uma resposta do MOMBRAS, pois o mesmo negocia 97 meses com o dinheiro do Senhor Breno, e agora querem dar-lhe de volta apenas Cr\$ 73.911,96 ou Cr\$ 2.055,00 por mês.

Negociaram com o seu dinheiro e estão negociando com o dinheiro de milhares de poupadores e talvez os diretores de todos estes Montepios, estejam riquíssimos, enquanto os segurados estão mais pobres.

Exigimos do Governo uma CPI para apurar todas as irregularidades destes Montepios desonestos. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Santinho Furtado.

**O SR. SANTINHO FURTADO** (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A atual política governamental de retirada dos subsídios do trigo teve, obviamente, resultados negativos no

preço do produto e seus derivados, determinando indesejável alta de custos que tornou os preços do pão, macarrão, biscoitos etc. quase inacessíveis à população

Os problemas assim criados vieram acrescentar-se a números outros já existentes no campo da alimentação, de tal forma que a subsistência do brasileiro passou a constituir questão cada dia mais crucial.

Soluções sem conta têm sido apontadas, algumas até bastante meritórias e viáveis, mas ainda não se chegou ao equacionamento ideal do impasse apresentado pela necessidade impreterível de substituir por produtos mais baratos o trigo na nossa alimentação

Nesse sentido, recebemos do Sr. Osvaldo Chuchetta, da Comissão Industrial de Maringá, órgão do Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná, sugestão no sentido de se reivindicar junto aos órgãos governamentais estudos e medidas visando ao fomento do plantio de trigo mourisco e centeio, dois substitutos naturais do trigo que podem ser facilmente produzidos em todo o Sul do País.

Atualmente, esses produtos são utilizados no País mas, como não os produzimos, eles são importados, onerando indesejavelmente nossa balança comercial.

A recomendação, portanto, se baseia no fato de ser o trigo mourisco um cereal bastante versátil, que oferece amplas possibilidades de utilização, sendo largamente empregado na Europa e na Ásia, onde ocupa lugar de destaque só superado pelo arroz.

Além disso, ele se reproduz facilmente, mesmo em terrenos pobres, sendo possível efetuar uma colheita a cada 3 meses.

Comparado com o trigo comum, o trigo mourisco apresenta teores bem mais consideráveis de vitaminas A, B1 e B2, essenciais ao organismo.

Acresce notar, ainda, que o trigo mourisco, também conhecido como sarraceno, exige poucos cuidados para o plantio, sendo sua produção de baixo custo.

Chamamos a atenção para o fato de o fator custo dos alimentos ter maior relevância no atual processo inflacionário, podendo qualquer produto passível de consumo em larga escala baratear ou encarecer de forma considerável à alimentação humana e animal.

Quanto ao centeio, ele é, depois do trigo, o cereal mais nobre da alimentação humana no continente europeu. Os germânicos e eslavos o consideram o mais importante elemento nutricional existente e o consomem intensamente.

O centeio também é panificável, embora a farinha dele derivada seja mais escura que a de trigo. Todavia, por ser um cereal mais rústico, ele é também mais resistente, e o saboroso pão de centeio pode conservar-se fresco por muito tempo.

Ninguém ignora que o centeio é ingrediente indispensável para o fabrico de cerveja e outras bebidas alcoólicas, mas também é excelente forrageira e até mesmo sua palha tem utilização industrial.

Sua produção é bastante simples e o processo tradicionalmente utilizado é inclusive pitoresco: o produtor permite que o gado se alimente com a massa verde que resta após a colheita, até que todas as plantas estejam rebaixadas. Logo após, o cereal rebrota e o ciclo produtivo recomeça.

É indiscutível a vantagem da substituição do trigo por esses dois cereais, não apenas pelo valor nutritivo, mas sobretudo pelo aspecto sócio-econômico do barateamento da alimentação humana e animal.

Nossa enfraquecida estrutura econômica clama por soluções desse gênero e porte, motivo pelo qual temos como certo o interesse governamental para com a questão.

Uma campanha bem elaborada e direcionada visando o fomento do plantio do trigo mourisco e do centeio certamente produzirá os mais saudáveis efeitos para a Nação (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Maciel

**O SR. ARNALDO MACIEL** (PMDB — PE Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

Desejo nesta oportunidade em que falo ao Congresso Nacional Brasileiro, presentes Senadores da República e Deputados Federais, as galerias cheias, denunciar novamente, o tratamento injusto, desidioso e ingrato conferido ao Nordeste. Não é preciso rememorar a nossa luta em favor de um Nordeste mais próspero e mais feliz dentro do contexto nacional. Essa luta, todavia, tem se tornado cansativa e ingrata em que pese a sua objetividade.

Não rara é a semana em que não se faça necessária a mobilização das forças vivas da região para combater, contra a depreciação que se faz à economia do Nordeste.

Ontem, como hoje, não se vê o Nordeste com sede, com fome, com saúde e sem escolarização. Vê-se o pior: a retomada constante dos seus recursos econômicos migrarem para outras regiões mais prósperas e mais ricas. Vê-se o sonho nordestino de fazer-se uma região viável pelas suas potencialidades, cada vez mais humilhada, descaracterizada, colonizada pela falta de uma política séria para a economia nordestina.

Hoje, como em outras vezes, trazemos ao conhecimento desta nação os telex, que passo a ler e que se constituem um retrato do quadro moral, sócio-econômico denunciado nesta undécima vez:

Levamos ao seu conhecimento o texto do telex que foi encaminhado aos Ministros Delfim Netto, Ernane Galves, Camilo Penna e Leitão de Abreu, e encarecemos a atenção e o apoio do nobre Representante de Pernambuco para a manifestação do setor canavieiro na defesa de reivindicações que dizem respeito à economia do nosso Estado e da Região

Cordiais saudações,

Carlos Pessoa de Mello Filho

Presidente em exercício sindicato indústria açúcar estado pernambuco

“Os produtores de cana, açúcar et alcool do nordeste, através das suas entidades representativas veem externar a V. Exª sua estranheza et repulsa face a drástica redução na remuneração da sua atividade, mediante tratamento diferenciado reajustando em 48%. Na região centro-sul et em apenas 39,0 / et 30,6 / . nesta Região o açúcar et a cana respectivamente, conscientes de que esta medida inicia processo de extinção de mais uma atividade agroindustrial no nordeste aa semelhança do que jah ocorreu com outros setores.

Lamentam os empresários da agroindústria canavieira nordestina, que lhes sejam negadas condições de sobrevivência, pela parcial eliminação de recursos que lhes são necessários para a normalidade do seu processo produtor, enquanto, por exemplo, centenas de bilhões de cruzeiros são destinados a atender a atividades especulativas no sistema financeiro do País.

Lamentam, ainda, a exagerada determinação governamental em exigir que a agricultura nordestina opere a níveis de produtividade, et consequentemente com custos semelhantes a outras regiões de condições climáticas et ecológicas reconhecidamente mais favoráveis, principalmente porque, tal exigência de eficiência não se faz sentir quando se trata de outros segmentos da economia, como por exemplo o parque industrial nacional a quem o governo confere o direito de produzir a qualquer custo, assegurando-lhe uma ampla reserva de mercado.

Sugerem-se também, lembrar, a “coincidência” de que a agricultura que tem a sua produtividade tão cobrada pelo governo está no nordeste, enquan-

to a indústria cuja eficiência não tem sido tão exigida, tem seu centro de gravidade na região centro-sul, notadamente no Estado de São Paulo.

Esta agroindústria geradora de mais de 400.000 empregos diretos, o que significa a sobrevivência de cerca de 2 milhões de pessoas, et contribui de forma substancial et basica, na formação de receitas estaduais, mercedoras, portanto, do respeito da administração pública federal.

A partir de agora os responsáveis por essa absurda e punitiva medida contra os que trabalham et produzem no nordeste responderão pelo que de negativo venha a ocorrer no plano economico et em consequência no social et político.

Finalmente, os produtores de cana, açúcar et alcool desta região comunicam a V. Ex<sup>a</sup> que estão dando ciência dos termos deste telex aos governantes, lideranças et povo nordestinos."

Atenciosamente,  
Severino Ademar de Andrade Lima  
Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco

Carlos Pessoa de Mello Filho  
Presidente em exercício do Sindicato da Indústria do Açúcar, no estado de pernambuco  
Silvio Carneiro Leão

Presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco

João Eudes Leite Soares  
Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas

João Evangelista da Costa Tenopio  
Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Alagoas

Carlos Ribeiro Coutinho  
Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar, no estado da Paraíba

Manoel Borges de Andrade  
Presidente da Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba

Josef Waldomiro Ribeiro Coutinho  
Presidente do Sindicato da Indústria do Alcool da Paraíba

Mucio Vilar Ribeiro Dantas  
Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana do Rio Grande do Norte

Augusto Prado Leite  
Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Sergipe

Josef Antonio Correia de Lima  
Presidente da Associação dos Plantadores de Cana da Bahia

Josef Alberto de Souza  
Presidente da Associação dos Plantadores de Cana do Cearah

Antonio Coelho Malta  
Presidente da Associação dos Plantadores de Cana do Maranhão

Gilson Machado  
Gustavo Perez  
Roberto Bezerra Melo Júnior  
Praça Sérgio Loredo nº 1110  
Recife

Destinatário: Enviado aos Ministros: **Ernane Galvêas, Camilo Pena, Leitão de Abreu e Delfin Netto.**

Tenho empenho comunicar Vossencia data venia minha solidariedade telex produtores cana, açúcar et alcool Nordeste enviado Vossencia face tratamento diferenciado reajuste açúcar et cana nossa Região et Centro Sul quando esta, reconhecidamente região privilegiada climatica et ecologicamente operando maiores índices produtividade. Momento, nossa Região Nordestina recomeça trabalho recuperação sua economia face quinquenio seca não há razão mereça autoridades mesmo país semelhante et odiosa discriminação. Precisamos juntos plantar permanentemente unidade nacional ante sofrimento, descrença et desamor nossas potencialidades econômicas et civi-

cas razão indispensável ampla et absoluta colaboração autoridades maiores nossa Pátria. Confio patriótico espírito Vossencia et todos juntos continuaremos favor nossos descendentes esforço tecido social Nordeste alcance mesma linha et padrão Centro Sul alegria et felicidade todos brasileiros. Atenciosamente Deputado Arnaldo Maciel.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 1976 (nº 1/79, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os Direitos Autorais.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1981 (nº 609/79, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República que dá nova redação ao **caput** do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, et determina outras providências, tendo

RELATÓRIO, sob nº 9, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.) Não havendo quem queira discutí-lo, encerro a discussão.

A matéria vetada exige **quorum** de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse número, deixa de ser procedida a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas et 40 minutos.)

# Ata da 140ª Sessão Conjunta, em 6 de junho de 1984

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

### Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignacio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

#### Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

#### Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

#### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

#### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Sebastião Curio — PDS.

#### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Eptácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

#### Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB

#### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

#### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

**Paraíba**

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

**Pernambuco**

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

**Alagoas**

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

**Sergipe**

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB

**Bahia**

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

**Rio de Janeiro**

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Arijido Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT;

Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejão Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Caneido — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Salvador Julhanelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

**Mato Grosso**

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson

Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS, Floriceno Parvão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimdt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB

**Amapá**

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

**Roraima**

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional que, atendendo à sugestão do Sr. Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores e do Senhor Deputado Fernando Lyra, destina-se a reverenciar a memória do Senador Nilo Coelho.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Sr<sup>a</sup> Maria Teresa e as cinco outras contas do rosário de amor de Nilo Coelho, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Resgata o Congresso Nacional, nesta sessão parte da dívida contraída com Nilo Coelho. Porque somente segundo seu exemplo e recordando permanentemente sua atuação na presidência de nossos trabalhos saldaremos nós, seus contemporâneos, e as gerações de homens públicos que nos seguirem, o débito assumido com sua vida e sua morte. Minha palavra pouco aumentará ao que outros aqui disserem. Creio mesmo que seria desnecessária, eis que os oradores que me sucederem, e igualmente testemunharam sua brilhante presença os altos postos que exerceu, no decorrer de uma carreira política inesperada e gloriosamente interrompida, trarão as luzes de seus valiosos depoimentos.

Não venho reivindicar para a Bahia Nilo Coelho. Sua formação foi na velha província e ali o destino encerraria bruscamente a vida de seu irmão Gercino, meu companheiro de jornada política. Atravessando o São Francis-

co, Nilo Coelho, diplomado pela tradicional Faculdade de Medicina do Largo do Terreiro de Jesus, plantou, com a família, os alicerces de sua ascensão em Petrolina, e dali, com os seus, partiu para a Assembléia Legislativa, para a Câmara dos Deputados, para o Palácio das Princesas e para o Senado Federal, como representante do povo pernambucano.

Nossa amizade tinha raízes antigas e profundas. Não houve divergência partidária que nos separasse. Cumpre-me apenas situá-lo no Senado, a partir de 1.981, quando lhe coube o exercício da liderança da representação situacionista e do Governo Federal. Raramente ocupava a cadeira que lhe era destinada. Preferia sentar-se no meio das bancadas, dando a impressão, a falsa impressão, de que as coisas corriam sem seu conhecimento e sua interferência. Participava poucas vezes do debate, mas nunca deixou de fazê-lo quando oportuno. O Legislativo foi sempre para ele um Poder, que procurou resguardar em sua legitimidade. Muitas vezes abandonou as recomendações oficiais, para render-se, em plenário, às objeções dos que delas divergiam. A liderança foi para Nilo Coelho missão, não um serviço. Antes que portavoza do Executivo, a que era fiel, expressou o sentimento da Casa, que acabou por presidir, aureolado pelo voto unânime de seus pares.

Homem do Nordeste, a ele se sentiu permanentemente ligado. As aflições e as angústias de sua gente eram suas aflições e suas angústias. Sempre que o drama da região era exposto, trazia sua contribuição liberta, independente. Era de raça de bravos, dos que preferem quebrar a torcer. Os dias para ele eram mais longos, porque amanharia cedo com os problemas da terra e do tempo.

Creio que o Parlamento Latino-americano lhe propiciou os derradeiros dias despreocupados de uma vida feita de agitações, e que só encontrava repouso na doçura e nos cuidados de dona Maria Tereza e no amor das cinco Marias, que encheriam de juventude um lar construído com amor e sempre atualizado por mútua compreensão. Revejo Nilo na Câmara dos Senadores da Venezuela, arrancando aplausos entusiásticos com sua vibrante, calorosa oração sobre Bolívar, à cuja glória incorporaria definitivamente os combatentes pernambucanos. E logo em seguida, durante dias, entre os trabalhos da reunião de Curaçao, percorrendo junto, ele, dona Maria Tereza e eu, as ruas tranqüilas da ilha. Nilo se fartava de uma liberdade de movimentos que compromissos políticos e deveres sociais aqui não lhe permitiam. Depois, todos sabem. Foi o magistrado que presidiu sessões tumultuosas do Congresso Nacional, quando, traduzindo em palavras o que marcara sua liderança e sua presidência no Senado Federal, se declarou acima de legendas partidárias, para servir à independência do Poder Legislativo, de cujas prerrogativas foi constante defensor.

Nada indicava que aquele gladiador, que eu conhecera muito jovem na Bahia, que teria por colega e amigo na Câmara dos Deputados, tombasse tão cedo, quem sabe se para poder cair inteiro, sem vacilações nem temores diante de ventos desgarrados de quadrantes diversos. Tenho ainda nos olhos, e nele jamais se apagarão, o encontro final, na casa paterna, em Petrolina, de mãe e filho. Dona Josefa, brava, estóica, explica Nilo, explica todos os Coelhos. E a cidade, vestida de luto, rezou pelo filho amado e o acompanhou, entre lágrimas, até o túmulo atulhado de flores de afeto e de gratidão.

Hoje e sempre, quando se evocarem os laís servidores do Legislativo, os que lutaram por suas prerrogativas e serviram à sua independência, Nilo Coelho será lembrado. Como o dirigente supremo do Congresso Nacional que, num gesto dramático, abandonou a cadeira presidencial para, da tribuna de todos nós, proclamar que os privilegiados que a ela ascendem, ainda que ligados a uma facção partidária, são e devem ser a voz livre de um

Poder, que, hoje ainda mais do que em outros tempos, é a voz lídima do povo brasileiro.

A palavra não ressuscitará a Nilo Coelho para convivência de seus amigos, nem devolvê-lo-á aos braços maternos e à ternura da esposa desvelada e das cinco outras Marias de sua eterna devoção. Mas será a palavra de Nilo Coelho, a última que pronunciou nesta tribuna, exatamente esta que ora ocupo, que revigorou, em cada um de nós, o dever de prosseguir a luta pela recuperação constitucional do Congresso. E essa palavra o faz símbolo de uma causa e estará presente no instante da vitória.

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) —** Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

**O SR. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas; Senhor Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves; meu nobre Colega Deputado Federal Osvaldo Coelho; D. Maria Tereza Brennand Coelho; meus Srs. e minhas Sras.:

Raras das Sessões conjuntas de homenagem póstuma do Congresso Nacional terão, como esta, o privilégio de homenagear não apenas um nome mas uma bandeira, de saudar mais que uma vida e uma memória, um anseio e uma aspiração nacional. O nobre Senador Nilo Coelho, ex-governador e ex-líder de governos revolucionários, reúne em torno de seu nome a unanimidade e a diversidade dos Partidos de Oposição, que lhe tributam, hoje, o reconhecimento pela defesa irredutível do pluripartidarismo partidário e ideológico que soube, em vida, proclamar. Reúnem-se as Oposições e o Partido do governo na homenagem ao parlamentar que não morreu como um Senador pedessista de Pernambuco, mas entrou ativo na História como presidente do Congresso Nacional do Brasil.

Nilo Coelho soube preservar a dignidade do cargo e elevar a instituição acima de conveniências partidárias ou de injunções políticas conjunturais. Defendeu a instituição num momento delicado em que o Congresso se viu pressionado, intramuros, a decidir contra a expectativa da Nação. Mais que a coragem, pessoal indelével, seu gesto representou um grito em defesa da independência e da soberania do Poder Legislativo, sem a qual não haverá democracia que se preserve nem regime que se humanize. Com Nilo Coelho, homenageamos hoje as prerrogativas usurpadas do Congresso Nacional que não podem ser diminuídas ou amesquinhas em forma de vantagens menores. Os favores pessoais, as vantagens dádivas com que o Executivo parece presentear o Congresso Nacional funcionam por vezes antes como forma ainda mais acintosa de agredi-lo em sua dignidade. Elas não podem coadunar-se com a única prerrogativa maior de que o Congresso necessita: a soberania de direito, mas, sobretudo, de fato, dentro do modelo tripartite dos poderes da República. Só com essa autonomia é que o Congresso poderá exercitar a faculdade que lhe justifica a própria existência de porta-voz da sociedade, expressão dos desígnios da Nação, instrumento do controle democrático sobre os atos do governo. Com Nilo homenageamos as prerrogativas do Congresso, subtraídas ontem, negadas hoje, mas nem por isso esquecidas pela consciência nacional.

Em dois episódios marcantes da História recente do Brasil, o Senador Nilo Coelho soube ser leal ao governo, sem ser subserviente. Foi ousado, coerente, foi bravo, mesmo defendendo o governo a que se ligou por convicção ideológica, foi lúcido acima de tudo e não permitiu que a intimidação lhe turvasse nem a lucidez nem a coerência. No episódio do Riocentro, quando a Nação perplexa e ferida ainda nem se curara dos estampidos das bombas assassinas na OAB — do RJ — ele teve a firmeza de chamar ao bom senso e à responsabilidade aqueles que se apressavam em se inocentar, antecipando-se até

mesmo ao inquérito conduzido pelo então coronel Job Lorena, nas circunstâncias em que a História nacional jamais esquecerá. Nilo Coelho, Líder do governo Figueiredo no Senado, garantiu que as responsabilidades seriam apuradas, o crime desvendado, os culpados punidos. A derrota política que se seguiu não foi, porém, para a altivo líder pedessista. Com ele foi derrotada a própria Nação, esfrangalhada, em sua expectativa de justiça, pela bomba que explodiu no colo do capitão Sérgio.

Nilo Coelho, como poucos, soube resolver, na prática, questões que hoje a muitos parecem cruciais, como a fidelidade partidária. Homem de partido, conhecido pelo fervor, até excessivo, com que se entregou aos combates eleitorais, soube, no entanto, abrir-se às aspirações da Nação. Percebeu, como ninguém, que a força de um Partido não se mede apenas pelo número de filiados, nem se mede por sua proximidade do Poder, senão por sua sensibilidade aos reclamos da opinião pública, e por sua capacidade de exprimi-los e interpretá-los. Líder governista dos mais ilustres, ironizou as ameaças oficiais em torno do Decreto-lei nº 2.045, cuja derrota parlamentar antevia e deixava transparecer. Ele compreendeu que a fidelidade ao governo não se mede pela intensidade das medidas a seus ocupantes eventuais. Nilo Coelho percebeu, naquele momento, que servir ao governo e a seu Partido era, sobretudo, servir a Nação. Só o desatino pode conceber, como rotina administrativa e prática política, um governo crescentemente distanciado da Nação. O então Presidente do Congresso Nacional, traduzindo reivindicações e aspirações não apenas de trabalhadores, mas dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, inclusive do empresário que ele representava neste Congresso, questionou, como pode, a política salarial de arrocho e compressão imposta ao Brasil pelos figurinos do FMI.

Foi, então, político, sem ser partidário. Foi a Nação e não o governo. Representou o povo, sem falar por seu Partido. Nilo Coelho infelizmente morreu sem poder assistir a grandiosidade cívica da irresistível avalanche nacional da campanha Pró-diretas. Seu coração estourou antes que pudesse pulsar mais forte diante do grito unânime de milhões de brasileiros, que reclamavam, nas praças, o direito usurpado de votar para Presidente da República. Analisando a figura e, mais que isso, a postura política do ex-presidente do Congresso Nacional, me interrogo sobre qual seria a reação do altivo Nilo Coelho, diante de um Congresso literalmente sitiado no momento em que foi chamado a decidir sobre os destinos da própria Nação. Quem ousaria antever o comportamento do bravo Nilo Coelho, diante da nação humilhada com a decretação casuística das medidas de emergência, com o único objetivo de impingir uma política salarial desastrosa e perversa. Ou mais tarde impedir que o Congresso atendesse a vontade pelas eleições diretas? Como reagiria o Líder nacional diante de declarações estapafúrdias de líderes políticos e dirigentes partidários, que defendiam as medidas de emergência, mesmo representando a intimidação e o cerceamento do próprio Congresso, que queriam negar ao povo as galerias desta Casa como lhe negaram a suas salas? Como responderia a censura infamante, ele que jamais calou seus sentimentos, mesmo que o desabafo, como aconteceu, lhe arrebatasse o próprio coração?

Seu amor à liberdade e a causa democrática ele o proclamava em todos os momentos, com todo o vigor de sua convicção. É confortador relembrar pronunciamento que fez, deste plenário, saudando o Rei da Espanha, e que se transformou em autêntica pregação pelo restabelecimento do Estado de Direito.

Dizia ele:

“As duas Casas do Congresso — Câmara e Senado — estão honradas com a presença de um homem

que faz, realmente, a História Contemporânea mais ativa e dignificante, dentro da autonomia candente da política interna e externa dos países

Exaltamos hoje o estadista visitante, exemplo ao mundo de um Monarca conciliando com sabedoria, como chefe de Estado, símbolo da sua unidade e permanência, com seu poder de árbitro moderador, a garantia do funcionamento regular das instituições políticas e o respeito à soberania da vontade popular expressa pelo sufrágio universal do voto livre.”

Em outro trecho do discurso, mais adiante, ele voltaria a ressaltar o mesmo aspecto:

“Estas duas Casas do Congresso, aqui reunidas, querem prestar o tributo do respeito ao grande Monarca, que não se fechou em absolutismos, inspirado talvez por outro Rei, igualmente importante para a Espanha, Fernando, o Católico, que começou o processo da unidade espanhola que hoje tem em Castela o seu pólo de integração.”

Nilo Coelho morreu sem que a História pudesse registrar novos sinais de postura política, tão edificante como o que assumiu na votação dos primeiros atos da atual política salarial. Ele, no entanto, nos lega um exemplo pessoal de evolução política, que o transplanta dos tórridos sertões de Pernambuco para a galeria das grandes personagens políticas da história recente do País. Que o transmuda, enfim, de político provinciano em figura nacional.

Nilo Coelho, de fato, descende de oligarquias pernambucanas, quase sempre conservadoras, sob alguns aspectos até reacionárias, destas que ainda controlam, com mãos de ferro, currais eleitorais inexpugnáveis na zona rural do Nordeste. Latifundiário abastado, industrial bem sucedido numa terra de miseráveis, poderoso numa região de escravizados, percorreu uma trajetória que o levou de representante destas oligarquias a intérprete do sentimento de todo o País

A origem de um homem não o diminui. Ele antes cresce quando tem discernimento para libertar-se das amarras que lhe impõem os interesses de classe e abrir-se aos reclamos de seu povo. A morte cortou, cruelmente cedo, a trajetória ascendente deste singular oligarca nordestino, que se elevou acima das conveniências e dos interesses de sua classe e de seu partido

Abdicou dos interesses restritos de classe para chegar a História, como intérprete de seu tempo, porta-voz de sua época, na busca de uma ordem democrática de que, afinal, um Congresso fortalecido e soberano é a melhor e mais acabada expressão.

A este Nilo Coelho o Congresso Nacional, por unanimidade, presta a sua homenagem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla; Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio; Exm<sup>o</sup> Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Aureliano Chaves, Sr<sup>s</sup> e Srs Deputados Federais, Srs. Senadores, Srs. Ministros, Srs. Embaixadores, D. Maria Tereza Brennand Coelho, Senhoras e Senhores:

Reúne-se o Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal — para, em função solene, praticar um ato extremamente significativo e revestido de singular transcendência na vida destas mais que centenárias Casas: reverenciar a memória do Presidente Nilo de Souza Coelho e proclamar que suas palavras e gestos devem

continuar a habitar a vida de nossas Instituições e a contribuir para tecer os valores de nossa comunidade

A memória, talvez o mais nobre atributo humano, marca o primado do espiritual e revela o tropismo vertical para instâncias mais altas. Da memória, decorre a virtude da fidelidade — esse fio tênue e forte — que tece e forja as tradições de nossa gente, passando a integrar o cerne da condição humana.

Outro não é o sentido da tradição, o significado de tantos ritos criados pelo homem, a fim de cristalizar a memória do que não passou — ou que não pode passar — por constituir-se em cadinho perene da alma da Pátria e de suas Instituições.

E a tarefa de apreender as vocações de um povo, de sedimentar tendências, de consolidar valores, é algo que não se concretiza sem o concurso dos Parlamentos e sem a participação dos políticos. Daí, poder caracterizar-se a ação política, não apenas como ciência e arte, mas, igualmente, como virtude. Foi isso certamente que levou Ortega y Gasset a afirmar ser ela a “mais complexa de todas as atividades humanas”, pois um dos mais essenciais imperativos da existência do homem é viver convivendo, e o exercício de convivência é matéria-prima da política

Abrangente e complexa, portanto, a política é mais que uma profissão. É uma atitude de vida, vez que todas as suas ações interagem na comunidade.

O homem público, na plena e correta acepção do termo, finda assim por ser um ente exuberante, múltiplo, responsável, temperante, comprometido com o destino da sociedade.

Nilo Coelho, o homem público. As palavras se nos afirmam pobres, ao tentarmos exprimir o nosso sentimento ante uma vida tão estuante, tão resolvida, interrompida — para usar expressão de Horácio — **a aetas plenas**, em pleno esplendor da maturidade.

Nele, desde cedo, insistia-se, tudo convergia para a política

Sua família — seus pais e seus irmãos — fincada, desde as raízes nos sertões longínquos que aproximam Pernambuco e Bahia, é modelo de convivência cívica e de luta para melhorar a condição de vida da gente estóica e simples do distante e sempre esquecido Nordeste. Como é comum naquelas terras, muitos são seus irmãos inclusive o nosso colega e amigo Deputado Oswaldo Coelho; todos eles individualizados, mas assemelhados na disposição de enfrentar a vida como missão, com coragem e firmeza inquebrantáveis, herdadas e hauridas de Dona Josefa e de Clementino de Souza Coelho, o Coronel Quelé.

Seu casamento, com D. Maria Tereza Brennand Coelho, companheira de todos os instantes, sobretudo nas mais difíceis caminhadas eleitorais e no exercício das funções públicas, fê-lo ainda mais impregnado do sentimento de humanismo integral, porque a existência da família resulta em importante alento para o desempenho das sáfaras tarefas cometidas ao homem de Estado.

Pensou em cuidar da saúde do povo e fez-se médico. Sua opção pela medicina tem muito a ver com sua sensibilidade para o humano. Sabe-se que poucas profissões possuem tanta intimidade com o sofrimento e a dor, sobretudo na forma como ele a exerceu, até os anos 50, missionariamente clinicando em cidades do interior do Estado de Pernambuco. Tudo isso certamente contribuiu para desabrochar, ainda mais, o sentimento altruístico de solidariedades, tão próprio do político.

A sua atividade empresarial sempre teve como selo a preocupação com a melhoria do Nordeste, sede de todos os seus empreendimentos, e nunca se desviou do objetivo de lançar bases para o crescimento agropecuário e agroindustrial, sem o que não se promove o desenvolvimento auto-sustentado do País e de suas regiões. E note-se: em todas elas o interesse pelo social é relevante, pois, embora modernas, suas empresas geram milhares de em-

pregos — diretos e indiretos — nas áreas mais carentes do Nordeste, ensejando a elevação da renda e a fruição do bem-estar coletivo

Mas, cedo atendeu que o médico ou empresário não esgotava sua capacidade de servir. Sentiu que uma ou outra dessas duas nobres e essenciais atividades não exauria “o interesse vivo, palpante e absorvente no destino e na condição alheia”.

Entregou-se, pois, à política, arrastado pela força do destino, sob o impulso de irresistível chamamento.

A tudo isso, deve-se acrescentar sua sólida e bem tecida formação católica, que trouxe de berço e lhe permitiu estender, à vivência familiar e comunitária, o espírito da comunhão, da família de Deus.

A fé, com efeito, Sr. Presidente, faz-nos ver, no próximo, o Cristo, e nos encaminha para uma permanente atitude de altruísmo, de caridade, como sinônimo de amor.

A propósito, observava Joaquim Nabuco, em “Minha Formação”:

“Em religião ou andais com a multidão, ou, ao mais ligeiro desvio do caminho dos peregrinos, vos encontrareis numa solidão sem eco.”

Esse entendimento nos remete à convicção de que a política é como a fé religiosa, um sentimento peregrino, uma ação solidária. Assim, permitam-me afirmar, o homem não é apenas um animal cívico é, também, um ente religioso.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Senhoras e Senhores, todos esses atributos fazem de Nilo Coelho — o cidadão, o filho, o irmão, o esposo, o pai — um modelo, enfim, a ser cultuado.

De mais a mais, ninguém o excedia na virtude da amizade, que praticava esmeradamente. Era o amigo desvelado.

Dele se pode dizer que sabia, como poucos, a verdade contida no aforisma que proclama: “os caminhos da amizade quando não se freqüentam, cobrem-se de espinho”. Esses caminhos ele os conhecia melhor do que ninguém, por isso que os palmilhava com assiduidade e prazer, com uma dedicação incomparável.

Fui líder de sua bancada na Assembléia Legislativa, ao tempo em que era ele Governador do Estado de Pernambuco. Dele recebi preciosas lições de vida, de política, e mais do que tudo isso, fui contemplado com a sua forte, valiosa e desvanecedora afeição.

Quando a vida pública o convocava, entregava-se à luta em doação integral, enriquecendo as tribuna parlamentares ou os palanques dos comícios com sua vigorosa presença. De si, bem poderia dizer-se, como do, também, inolvidável Petrônio Portella: “há homens que gostam da luta. Eu sou um deles. Caem e logo se levantam com as armas na mão e a fé redobrada”.

E que dizer, a partir daí, de sua ação pública, do Deputado Estadual e Constituinte, do Secretário de Estado, do Deputado Federal, do Governador, do Senador, do Líder e Presidente do Congresso Nacional?

Quem com ele conviveu há de lembrar-se do seu temperamento ensolarado, aberto, franco, desatado. Extraordinariamente dinâmico, impetuoso, integrava-se, de corpo inteiro, com dedicação total ao objeto de sua luta.

Extremamente vibrátil, sensível como a bússola ao magnetismo do momento.

Nada fazia sem o concurso de sua convicção e de seu entusiasmo.

Dir-se-ia marcado em definitivo pela paisagem luminosa de sua cidade natal — Petrolina —, pela luz viva, quase ofuscante, de seu sertão. Mas, não só a luz, como o calor: era um caloroso, um homem irremediavelmente afetivo.

Não sei, porém, se não seria, a um só tempo, um dionisíaco e um apolíneo, para lembrarmos, de passagem, a clássica dicotomia sócio-antropológica.

Dionísíaco, em suas opulentas manifestações de afeto; apolíneo em seus cuidados cívicos.

Dessa combinação de virtudes, é que brotou a autenticidade que era a marca, o timbre fundamental do seu caráter.

Dando ainda ênfase a essa feição dominante de sua personalidade é de lembrar que, em 1966, ao ser indicado pela então Aliança Renovadora Nacional, para Governador do Estado, ele pronunciou memorável discurso no qual fez uma profissão de fé na autenticidade:

“Autenticidade — disse então — é um programa, um ação, um dever. Seremos autênticos porque só assim poderemos servir ao povo e honrar sua confiança”.

“O povo — acrescentava ele — só acredita naquele que é autêntico; naquele que lhe diz a verdade porque não a esconde de si mesmo; naquele que lhe fala de alma aberta porque sente com ele o drama cotidiano; naquele que só promete quando é capaz de fazer; naquele em que confia porque sabe que não será enganado.”

Nele, tudo repelia o cálculo, a ação insidiosa, as posturas ambíguas, a dubiedade moral.

Na sua luta por grandes causas, estava nas antípodas da conduta timorata ou vacilante; sequer receava tomar atitudes que implicassem uma eventual impopularidade.

Era autêntico em seus gestos largos.

Apolíneo, contudo, no trato da coisa pública, exação no cumprimento do dever. Embora cavalheiresco, solidário, fiel, um amigo imbuído dos mais nobres sentimentos de fidelidade aos compromissos, a sua urbanidade se articulava, o mais naturalmente possível, com a austera e serena energia que se exige do líder político e do governante.

Em verdade, toda sua pregação se fazia dentro de uma ética de responsabilidade, isto é, o exercício político sob rígido controle das regras de austeridade e honradez. Essa atitude pública se coaduna com a definição de política, legada pelo patriarca José Bonifácio, modelo também de homem público a enriquecer a História desta Casa, ao afirmar que a “sã política é filha da moral e da razão”.

Toda a sua atuação política — no Executivo ou nas funções diretivas exercidas no Legislativo Federal — foi marcada pela intransigente observância de suas obrigações cívicas e uma sacralidade quase religiosa no bom e correto desempenho das ações administrativas.

A sua correção de atitudes era infalível; perfeito o seu sentido de cordial convivência; completa a sua noção do significado essencial da política e dos deveres do homem de estado.

Não se compreende sua trajetória na política sem a presença desse compromisso ético — o único que pode justificá-lo, o único que lhe dá fundamento e grandeza.

Num quadro, marcado hoje — e infelizmente — por uma erosão de padrões éticos e cívicos de comportamento social, convém que lancemos luz sobre esse exemplo. Serve de inspiração, também, para que o Congresso Nacional insista no perseguir o exercício da função de fiscalização e controle da ação de governo, para que os partidos políticos busquem também cumprir sua intransferível tarefa de educação política, no mais alto sentido desta expressão, ou seja, a transmissão sistemática, num contexto democrático, de elementos formativos e informativos para os seus membros e a comunidade em geral.

Sua reconhecida bravura no exercício dos misteres públicos, aliada a uma conduta cívica retilínea, reservou-lhe espaço na história recente de Pernambuco. A respeito de sua fibra se poderia também dizer o que afirmou o

poeta João Cabral de Melo Neto, em seu “Pernambuco em Mapa”:

“Só vai na horizontal  
nos mapas em que o mutilaram;  
em tudo é vertical

.....  
Aquela horizontal  
é enganosa, está só nos mapas:  
não diz de sua história  
e muito menos de sua casta”.

Intrépido, era um espécime típico de sua gente, do sertanejo acostumado a todos os desafios, de ânimo forte e imbatível.

Foi isso, num instante grave da vida do Parlamento, que o levou, sem tergiversações, a bradar em cálida afirmação:

“Sou o Presidente, não de um partido político,  
mas do Congresso do Brasil”.

Outra característica a girar forte o caráter de Nilo Coelho residia no fato de que a veemência de suas atitudes e posições jamais nos levará a ver nele um radical ou sectário

Antes, buscava sempre as soluções de harmonia ou de consenso, inatos aos verdadeiros processos democráticos, posto que, numa sociedade aberta, as decisões são alcançadas pela discussão. Vale dizer: os ajustes surgem no rotinizar as divergências.

Comunicativo, não conhecia limites nem barreiras para o diálogo e a conciliação.

Pois ele compreendia que o compromisso não é somente um ideal político, mas — frise-se — a característica essencial e definidora de democracia como forma de governo.

Ora, se a democracia é, por excelência, o regime que permite equacionar os conflitos coletivos através da discussão pública, fica nítido que a busca do compromisso é a forma racional de obter-se a solução desses conflitos, valorizando o que há de melhor nas diferentes propostas, dos partidos e grupos de interesse.

A prática do compromisso, objeto maior da atividade dos políticos, requer, uma rigorosa e exigente análise dos resultados de suas atitudes.

As idéias e propostas devem nesse sentido ser analisadas não em seus enunciados lógicos, ou aceitas sem restrições em um clima emocional, mas sim, ser vistas a partir dos resultados práticos de sua aplicação histórica.

O teste da experiência histórica das idéias é um dos guias essenciais que o político deve encarar de frente para desenvolver plenamente uma ética de responsabilidade e poder defender e assumir compromissos com serenidade e firmeza, conciliando interesses, promovendo a concórdia social e o progresso das instituições democráticas.

Dá a importância dos partidos, vez que não se concebe democracia sem agremiações políticas sólidas e fortes, capazes de propiciarem propostas objetivas de aperfeiçoamento institucional e de desenvolvimento sócio-econômico.

É a mensagem que o Senador Nilo Coelho nos deixa — sempre desprezando os radicalismos — em várias ocasiões. Eis uma delas ao discursar, pela primeira vez, como Líder do Governo no Senado da República:

“O bem comum, que nos cabe promover, exige a fertilidade do diálogo, da negociação e do entendimento.

Não há barreiras políticas insuperáveis, quando se trata de atender aos anseios do povo e aos interesses da Pátria.”

A normalidade pressupõe o fim da confrontação política e o retorno à prática democrática da nego-

ciação e do entendimento entre as diferentes correntes partidárias, que no Legislativo representam a diversidade do pensamento da sociedade brasileira.

Esperamos, pois, que, sem perda da sua identidade ideológica e programática, os Partidos encontrem os caminhos do diálogo e da discussão construtiva das grandes questões nacionais, destacadamente daquelas relacionadas com a crise econômica em que nos achamos mergulhados e que reclama para sua solução, posicionamentos responsáveis.

A finalidade essencial do ser humano — sabia-o ele muito bem — haveria de desaguar necessariamente no pluralismo democrático.

Outro aspecto que não poderia deixar de assinalar, ainda que superficialmente, ao constituir algo que informava com nitidez a postura, o gesto, o ser, enfim, de nosso homenageado — era o seu sentimento telúrico.

Já se disse, não sem exatidão, que a vida é um assunto local, e que, no perpassar da vida, seremos muito das primeiras lembranças da terra.

Nabuco, figura arquetípica de pernambucanidade, dirá a propósito, numa passagem de sua autobiografia:

“Nunca se me retira da vista esse pano de fundo que representava os últimos longes da minha vida.”

Quase sempre longe da Pátria, em afazeres diplomáticos, em tom quase nostálgico o autor de “Minha Formação”, evocava:

“Os filhos dos pescadores sentirão sempre debaixo dos pés o roçar das areias da praia e ouvirão o ruído da vaga. Eu por vezes acredito pisar a espessa camada de canas caída da moenda e escuto o rangido longínquo dos grandes carros de bois.”

Nilo Coelho, nisso, foi mais feliz que Nabuco; o nosso homenageado retornava, inumeravelmente, a sua terra natal.

E nos mais altos e diferentes cargos, foi sempre um homem do sertão pernambucano, da sua Petrolina.

Petrolina, essa magnífica cidade, nos confins do Estado, de Pernambuco, que tanto deve seu florescimento, sua expansão, ao dinamismo da família Coelho. Ali, todos sabemos, é uma das mais importantes encruzilhadas do Nordeste, se não do País. Ali se cruzam os caminhos da terra e os caminhos do rio, que levam e trazem os que se destinam ao Sul e os que procuram a intimidade dos sertões nordestinos.

Houve tempo até, é justo recordar, durante a Segunda Guerra Mundial em que — bloqueadas as rotas do mar, insuficientes as ferrovias e as estradas de rodagem, incipiente a navegação aérea, inacessível, por terra, a Amazônia — Petrolina era porto obrigatório de passagem para o Norte, o Sudeste e o Sul do Brasil.

Petrolina, pois, encravada no sertão nordestino, nunca lhe saiu da retina. E, por oportuno, cabe indagar: e quem não fez por sua terra e sua gente será que é capaz de fazer por outras e pelos outros?

Num dos seus mais importantes discursos políticos — justamente ao assumir a Liderança da Maioria no Senado autenticamente fiel a si mesmo, ele, com ênfase, expressou:

“A minha palavra continua impregnada das coisas da minha região. Nasci e cresci na minha distante Petrolina, vendo e ouvindo o correr das águas do São Francisco, o decantado rio da unidade nacional.

Das reminiscências da infância ou desta Tribuna do Senado, contemplo a Pátria com um mesmo sentimento, o da sua indestrutível unidade.”

Nilo Coelho, Sr. Presidente, era um telúrico, sem ranços de provincianismos. Um telurismo que queria o

universal. Telúrico e universal como atributos que se complementam e harmonizam.

Aliás, ao contrário do que apressadamente se poderia inferir, provincianismo e telurismo, são conceitos que se excluem. Pode-se — e vamos mais além — deve-se ser telúrico embora não se seja provinciano, pois o telurismo não supõe uma visão exclusivamente local dos fenômenos e das coisas; dos fatos e das pessoas.

O provincianismo pode ser, isso sim, a contrafação ao telurismo, como, de igual, a contrafação do universalismo é o cosmopolitismo.

Tomem-se, a propósito, os ensinamentos de Guimarães Rosa, em “Grande Sertão e Veredas”.

Dizia o imortal escritor:

“Eu quero tudo, o mineiro, o brasileiro, o Português, o Latim — talvez até o esquimó e o tártaro. Queria a língua que se falava antes de Babel.”

Ou ainda:

“Goethe nasceu no sertão, como Dostoievski, como Tolstoi, como Flaubert, Balzac.”

Daí que arremata:

“Sertão, sertão é dentro da gente.”

No mesmo sentido, posiciona-se o Mestre Gilberto Freyre: “A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo ou com bairrismo. Com antiinternacionalismo, antiuniversalismo ou antinacionalismo. Este é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui na República — este sim, separatista — para substituí-lo por novo o inflexível sistema em que as regiões mais importantes que os Estados, se completam e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional”.

Nilo Coelho era assim: primacialmente telúrico e, ao mesmo tempo, dotado de uma ampla visão dos problemas do País e do mundo; profundamente cômico dos valores e integrado na vida da Região que representava, mas, simultaneamente, nacional e universal.

Sinto ainda o ressoar de suas palavras de tal modo que o vejo mais que nunca palpitante, integrando este Plenário, de onde, sempre que podia, buscava a sua terra de origem — não para refazer as suas energias, que eram inesgotáveis — mas para ver, com os olhos de sua gente, o desenrolar dos fatos no cenário nacional e internacional.

É dentro dessa concepção que, jamais deixaria de denunciar o abandono a que se relegara o Nordeste e, de modo especial, a falta de um programa definitivo para enfrentar as secas cíclicas que se abatem sobre largas porções de seu território.

Pois, já no início do século, em 1904, observara o escritor Euclides da Cunha “as secas do extremo norte delatam, impressionantemente, a nossa imprevidência, embora seja o único fato de toda a nossa vida nacional a qual se possa aplicar o princípio da previsão”.

Assim, note-se que ao verberar o quadro dantesco dos sofrimentos de parcelas significativas da população, o que desejava ele, certamente, era que o governo corrigisse distorções de uma política de crescimento regional e tentasse estabelecer programas e planos que viessem a assegurar o progresso do Nordeste como forma de propiciar um desenvolvimento, orgânico e homogêneo — isto é, mais justo — de todo o espaço brasileiro.

É o que ele preconiza, sob palmas, em pronunciamento feito numa das Casas do Congresso Nacional:

“Não pode haver um Brasil realmente forte e adequadamente desenvolvido se não houver um esforço no sen-

tido de corrigir as disparidades regionais, imperativo da consciência nacional e obra de clarividência política.

A política do tratamento diferenciado com relação às regiões menos favorecidas — Norte e Nordeste — decorre de uma aguda percepção das verdadeiras exigências do desenvolvimento do País, o qual, ou será integral e harmônico ou não será desenvolvimento, mas mero crescimento descontrolado, incompatível com o nosso inabalável sentimento de unidade nacional”.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr<sup>s</sup> e Srs:

Nilo Coelho foi sempre um vitorioso em todos os passos de sua vida pessoal. Em qualquer dos planos da sua existência, sempre teve uma carreira ascendente. Se, como já assinalou alguêm, a prova suprema por que pode passar o caráter do homem é o poder — à medida que não raro o seu exercício tende a toldar a personalidade ou a deteriorar os aspectos éticos de sua conduta —, podemos afirmar que Nilo Coelho passou incólume por essa prova, fiel ao seu modo original de ser.

Por essas razões, nestas Casas que representam o Povo e a Federação, Nilo Coelho continua presente, a enriquecer sua história e, com o seu exemplo, a contribuir para sedimentar os valores nacionais.

Em nosso trânsito pelo mundo não nos podemos prender ao que é passageiro, material, acima do efêmero está o permanente, o intemporal, o eterno.

Aprendemos com os evangelistas que a vida não é tirada, mas transformada. Mas esquecemo-nos, com frequência, desses sinais de temporariedade; somos geralmente desatentos a essa dimensão transcendente, profunda e misteriosa da existência.

Outro não é o mistério da vida, cifrado entre dois parênteses, dentro dos quais cabem duas datas, que irrompem com a força do inesperado e fixam inexoravelmente os marcos da existência.

Mas, se esquecemos que lá fora se ergue o vento do grande outono, que tantas vezes faz com que a vida se nos afigure uma planície juncada de aflições — não esqueçamos de cultivar a memória daqueles que ficaram para todo o sempre, daquilo que foi vivido, que foi plenitude de vida, densa de grandeza humana, de autenticidade.

Ele continua presente, portanto, mais do que nunca nestas Casas, a engrandecê-las como Instituições. No seu Estado, a que tanto serviu e dignificou. E na distante Petrolina, que ele inscreveu no registro dos centros polarizadores da nacionalidade.

A sua obra bela e fecunda — tudo quanto ele exemplarmente criou no universo das relações humanas e na dimensão do interesse público — perdurará certamente.

Ela o fará viver, perene, como ele o mereceu, na lembrança dos homens.

E a homenagem ao Presidente Nilo Coelho deve-nos levar a refletir sobre os valores maiores que constituem a Nação e suas Instituições. Este é o testemunho maior que podemos prestar a sua vida dedicada integralmente ao País, que, agora, incorpora-se à nossa memória e enriquece o patrimônio político e social da nacionalidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Esta Mesa registra, com muita honra, a presença do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Dr Antônio Avelino Chaves de Mendonça.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilton Alves.

**O SR. NILTON ALVES** (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Senado Federal, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Senhor Vice-Presidente da República, Srs. Ministros, Srs. Embaixadores, familiares de Nilo Coelho, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores:

Um grande homem público enterniza-se pelo grau de coerência que demonstra ao longo da sua vida; pela re-

sistência e perseverança na permanente demonstração de dignidade pessoal; pela independência durante momentos importantes, decisivos, sem a perda do compromisso dos ideais partidários.

Assim foi Nilo de Souza Coelho, o grande político pernambucano de Petrolina, em todas as etapas de sua carreira política, iniciada em 1945, e cuja continuidade só foi interrompida com a morte súbita e precoce, em fins do ano passado.

Levado à política pelas mãos de seu pai, senhor da maioria do eleitorado no município e no extremo oeste de Pernambuco, o então jovem deputado estadual Nilo Coelho parecia mesmo predestinado a tornar-se o principal líder de sua terra, tal o espírito de decisão, o temperamento irrequieto, a personalidade forte.

Na legislatura seguinte, elegeu-se Deputado Federal; depois, fora escolhido Secretário da Fazenda em Pernambuco. No período de exceção, após o golpe de estado, em 1964, Nilo Coelho foi nomeado Governador do seu Estado, não sem enfrentar pretendente ao cargo com apoio militar, o que lhe exigiu pulso forte e muita coragem para enfrentar a situação, perante a Assembléia Legislativa

Sua presença no Senado, graças à vitória obtida em 1978 pelo artifício da sublegenda, acabou consagrando-o em episódios marcados por forte emoção nos gestos que viria a praticar. Conservador, autoritário, até certo ponto ríspido, Nilo Coelho pôde revelar todo o espírito de independência, assumindo posições até surpreendentes, mesmo diante de pressões exercidas pela cúpula do seu partido e pelo Governo, que defendia sem o caráter da submissão ou subserviência.

Quem não lembra da sua manifestação, relativamente às criminosas bombas do Riocentro, quando exigiu rigorosa punição dos responsáveis, os quais tanto Governo quanto a Nação inteira sabem perfeitamente de onde provinham? A deliberada omissão do Governo, encerrando o assunto, como se nada houvesse a esclarecer, criou indistigável mal-estar ao político pernambucano, porque a decisão do Governo representava completa desconsideração à classe política, que ele tanto defendera, bem assim a todos brasileiros.

Quem não lembra do procedimento de Nilo Coelho, quando o Governo insistia em pedir a punição do Deputado Mario Juruna, que chamara de ladrões alguns altos integrantes da administração federal, denunciando a corrupção e a malversação dos recursos públicos?

Pois Nilo Coelho teve participação decisiva para que o Legislativo enfrentasse com altivez e soberania a férrea determinação governamental em punir o Deputado que falava a verdade. As palavras que proferiu e o exemplo expresso no gesto de defesa a colega parlamentar fizeram aumentar a profunda admiração, que lhe dedicavam, inclusive, os seus maiores adversários políticos.

Suas críticas veementes à tecnocracia brasileira, bem como acusações sobre irregularidades administrativas, escândalos na área financeira, por exemplo, incomodavam ao Governo, pois o Senador, a cada dia, mesmo no exercício das funções de líder do partido governamental, demonstrava maior independência, para cumprir com fidelidade o compromisso assumido com seu Estado e sua gente.

Custaria muito a Nilo Coelho esta postura de independência que adotara durante o mais recente período da história política brasileira, porque o governo recusava-se a esclarecer as denúncias apontadas, aliás, procedimento que insiste em repetir, apesar das exigências da Nação quanto aos inúmeros e sucessivos escândalos dos últimos tempos. E, mais do que isso, sentia, o grande Senador, os efeitos da forte pressão que sobre ele era exercida, assim como sobre tantos outros, com o objetivo de inibi-lo, constrangê-lo, mudar seu pensamento e comprometer as posições assumidas.

Veio, então, o Decreto-lei nº 2.024, o segundo da série de atos do Executivo consubstanciando uma nova sistemática para as correções dos salários no Brasil, que eliminava grandes conquistas representadas pela aprovação da lei de reajustes semestrais pelo Congresso Nacional, em 1979.

O Decreto-lei nº 2.024, repudiado por toda a Nação, como já o fora o anterior, de nº 2.012, passou a ser considerado questão fechada pelo Governo, o qual, preocupado tão-somente em atender às exigências do Fundo Monetário Internacional, dos banqueiros de fora, os grandes beneficiários da astronômica dívida externa, fechava os olhos ao sofrimento dos trabalhadores, ao sacrifício da sociedade brasileira. E fazia-se de surdo às advertências, quanto aos nefastos resultados do Decreto-lei 2.024, partissem elas de políticos opositores ou de líderes do partido situacionista, como o fora Nilo Coelho, na época já Presidente do Senado Federal.

A histórica sessão de 20 de setembro de 1983 acabou tornando-se em grande momento da carreira política de Nilo Coelho, mas, paradoxalmente, e, para tristeza de todos nós, o início do fim de sua vida. Dirigindo os trabalhos, com absoluta isenção e muita personalidade, Nilo Coelho foi surpreendido com a tentativa de mudança do critério das votações do Congresso, tentada por uma "questão de ordem" absurda, impertinente, premeditadamente colocada para evitar que a grande maioria da Câmara derrubasse o monstro decreto, assinado pelo General Figueiredo contra os trabalhadores brasileiros

A ardilosa manobra apresentada em Plenário, significava claramente o propósito do confronto, que atingia não apenas a grande maioria dos parlamentares ali presentes para dizerem não ao decreto-lei, mas, sobretudo, o presidente do Congresso Nacional, a quem caberia decidir a matéria, reconhecidamente, um homem zeloso ao fiel cumprimento dos princípios da lei. A presença de Nilo Coelho, sob intensa emoção, foi decisiva para que não se estabelecesse a quebra de uma tradição do Parlamento.

"Não sou o Presidente do Congresso do PDS. Sou o Presidente do Congresso do Brasil", afirmara Nilo Coelho, "com o coração na mão", ao justificar a negativa para a exdrúxula questão de ordem do seu partido.

Era a reação natural de um homem público perfeitamente cômico das elevadas responsabilidades, cuja longa biografia política jamais registrara o mínimo sinal de covardia ou de fraqueza. Era a resposta, uma verdadeira demonstração à Casa, à Nação, da mesma bravura com que sempre enfrentou as batalhas políticas em sua querida Petrolina, no seu amado Pernambuco.

Ainda assim, Sr. Presidente, alguns não compreenderam Nilo Coelho, que o taxaram de traidor quando ele apenas cumprira o dever, defendendo a Instituição que presidia, preservando, sobretudo, a lisura do procedimento que deve caracterizar o Poder Legislativo, como estuário das esperanças do povo brasileiro.

Foi um duro golpe, Sr. Presidente, a que se viu atingido Nilo Coelho, bem como, os trabalhadores, a Nação brasileira, especialmente porque tão logo rejeitado o Decreto-lei nº 2.024, através do voto unânime das Oposições e do grupo Participação, novo ato do Executivo restabelecia os Princípios do anterior, até de forma mais rigorosa e insensível.

O coração de Nilo Coelho não conseguiria resistir, ele que se tornara símbolo da nova independência do Congresso, cuja necessidade pregara no discurso de sua posse, e repetira na saudação que fizera ao Rei Juan Carlos, de Espanha, ou em outras oportunidades menos solenes, porém, igualmente oportunas, sempre reafirmando a conveniência das prerrogativas fundamentais para o real desempenho do legítimo papel do Legislativo em nosso País.

Nilo Coelho defendia com intransigência a devolução das prerrogativas ao Legislativo, cujo fortalecimento só levará à consolidação da Democracia no País.

O enfarte, vinte dias após, deveu-se ao desgaste físico e emocional profundo, determinado pelos crescentes disabores que lhe impunham a insensibilidade e a arrogância do governo, para o qual a força e o arbítrio superam a razão, a lógica e o bom senso.

A homenagem que hoje é prestada ao saudoso presidente do Congresso Nacional, inclui, na visão e perspectiva do meu Partido, do PDT, a conotação do quanto Nilo Coelho acabou vinculando-se, nos derradeiros momentos de sua vida, ao trabalhador brasileiro.

Ao seu prematuro desaparecimento, no vigor dos 63 anos de idade, sucede-se uma crescente espoliação nos salários dos trabalhadores, por obra e decisão oficial, com as quais Nilo Coelho não concordava. Atos que se confundem, Sr. Presidente, porque podemos sintetizar, afirmando: cada novo sacrifício imposto aos trabalhadores atingia profundamente o Senador, enquanto aquilo que o fazia alvo de agressões verbais e, porque não dizer, física, embora indiretamente, representava igualmente duro golpe à classe trabalhadora do País.

Homenagear Nilo Coelho, neste momento, significa, mais do que reverenciar a memória de um grande político, a oportunidade para uma profunda reflexão sobre o Brasil depois de sua morte, sobre a real situação dos trabalhadores neste período de arrocho salarial e de desemprego amplo, conseqüências dos decretos presidenciais que as legítimas Oposições, juntamente com alguns senatos integrantes do Partido oficial, tentaram derrotar. Estão ainda bastante presentes as advertências do Senador Nilo Coelho ao Congresso, no momento daquelas decisões, a respeito das trágicas repercussões sociais e econômicas, que agora se confirmam.

Sr. Presidente, o Senhor Nilo Coelho foi capaz de se sensibilizar com os grandes problemas sociais de nosso País, da situação de miséria de sua Região Nordeste, e, na correta observação de político consciente, das repercussões ainda mais dramáticas que adviriam da política econômica adotada, principalmente no arrocho salarial. Infelizmente, não conseguiu sensibilizar o Governo a que servia com fidelidade, aliás, exemplar, inclusive por suas críticas aos descaminhos, que ele não admitia coexistir.

A tecnocracia governamental continuou a não aceitar outra alternativa para conduzir os destinos brasileiros, a não ser através de imposições ao Congresso e à Nação, procedimento fruto do autoritarismo, pai da incompetência e impunidade, hoje vigentes no País.

O verdadeiro político é aquele que consegue captar a mensagem do povo, nela embutidas à vontade, os anseios, as aspirações da grande maioria. Os que se lançam à vida pública, sem atenderem a este pressuposto, não se legitimam como políticos, deixam de cumprir o papel de representantes da sociedade e de porta-vozes dos ideais e interesses coletivos.

Nilo Coelho, Sr. Presidente, soube captar e interpretar o sentimento do povo, tão logo este pôde vislumbrar uma possibilidade de novamente expressar suas mensagens, opiniões, desejos e necessidades, contidos durante as duas décadas de autoritarismo.

Mas o coração de Nilo Coelho, atingido com violência, deixava de bater exatamente no dia em que outra histórica Sessão do Congresso Nacional se realizava para apreciar novo ato governamental de promoção ao maior aviltamento dos salários.

Nilo Coelho, neste momento, ingressa na História Política do País, ocupando lugar ao lado de ilustres outros brasileiros que dignificaram a vida política e a vida pública. O seu comportamento, durante o mandato que exerceu no Senado, demonstrou que o homem público se engrandece, muito mais quando tem a noção exata de re-

novar seus pensamentos, suas convicções, adequando-os à realidade política, econômica e social do seu País.

Esta, sem dúvida, uma importante lição, dentre as muitas deixadas pelo nordestino de exemplar caráter e forte personalidade, que soube honrar o Congresso Nacional e a classe política brasileira.

Sr. Presidente, a memória de Nilo Coelho faz-me um belo pensamento de Cícero:

"Nunca consideremos como um mal o que aprouve por ordenar o Autor da natureza. Não fomos criados por um cego acaso: há um poder que vela pelo gênero humano, e que não o teria criado nem conservado para o fazer cair no mal eterno da morte. Consideremos de preferência a morte como um refúgio que nos espera ou como um seguro porto. É fácil suportar a morte quando o que morre goza, nos últimos momentos de sua vida, a recordação de uma existência limpa de toda a mácula".

Por isso, Sr. Presidente, o Brasil, que ainda chora a morte de Nilo Coelho a suporta com resignação, na certeza de ter ele encontrado o refúgio, o porto seguro, destinado por Deus aos que souberam ser justos e bons. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) —** Concedo a palavra ao preclaro Senador Itamar Franco.

**O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) —** Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marçílio; Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Aureliano Chaves; Srs. Embaixadores; Srs. Ministros; Sr. Governador do Distrito Federal; Srs. Congressistas; Srs. Líderes; Sr<sup>te</sup> Maria Tereza e demais familiares:

Gostaria de iniciar minha fala lembrando o escritor e médico sueco Axel Mûnthé:

"O manancial da sabedoria brota em nós na silenciosa profundidade das nossas idéias solitárias e dentro dos próprios sonhos. A água dessa fonte é clara e fria como a verdade, e o sabor amargo, como a dor."

É ainda o escritor quem diz:

"Muitos de nós já estão esquecidos antes da própria morte!

Não é o caso de Nilo Coelho.

Falo da tribuna da Oposição, mas aqui, neste momento, o que nos reúne é a unanimidade dos sentimentos de admiração e saudade.

Aqui se ouvirão as vozes da consciência da Casa a se manifestarem sobre a ausência e o vazio irremediavelmente deixado por um de seus membros mais desfilados.

O Senado seria uma pequena dimensão da nacionalidade e do País para se reverenciar a memória e a exuberante personalidade de um cidadão tão ilustre e de um político tão admirável quanto o foi o Senador Nilo de Souza Coelho.

Somente pois, uma Sessão do Congresso Nacional, como esta que hoje se realiza, seria admissível para se lembrar a figura de um homem que tanto se projetou no conceito do povo e do Estado, e que merecerá, para sempre, o respeito e a estima da Nação brasileira.

No campo partidário e na rotina parlamentar, tive com o Senador Nilo Coelho algumas divergências que jamais chegariam a afetar o nosso relacionamento franco e sincero.

Mas, eu que aprendi desde cedo a discordar do adversário sem deixar de admirar-lhe as virtudes, não poderia furtar-me ao apelo do nobre Líder Humberto Lucena e ao impulso do meu coração para, também, render ao saudoso e bravo companheiro a minha palavra de reve-

rência e o reflexo da estima do povo do meu Estado de Minas Gerais, onde nasce o decantado rio da Unidade Nacional, o mesmo rio que fertiliza e banha as terras de Petrolina e Juazeiro, onde os sertanejos de Pernambuco e da Bahia se avistam por sobre as águas barrentas do velho chico.

Principalsmente em Minas e Pernambuco vicejaram e floresceram as inspirações e o sentimento nativista na aurora da formação da consciência nacional e da própria nacionalidade.

Em seu discurso de estréia como Líder do Governo dizia:

“Tenho a alma impregnada das coisas de minha região. Nasci e cresci vendo e ouvindo o correr das águas do São Francisco”.

Nascido ali em Petrolina, filho de Clementino de Souza Coelho, o coronel Quelê, e dona Josefa Coelho, um dia, movido pelas circunstâncias de sua região, partiu de uma casa sertaneja para conquistar o mundo dos seus ideais.

Inicialmente a medicina, que pouco exerceu, pois, como ele mesmo dizia “as circunstâncias me afastaram dos caminhos que sonhei na mocidade”. A política foi sua grande paixão e vocação maior. Cedo definiu-se seu estilo de político nada convencional, como a imprensa o retratou: “cara fechada, songava apertos de mão, que só concedia aos amigos, mesmo assim esmagando-lhes os dedos”.

Aos primeiros contatos, a carranca de Nilo Coelho assustava e desconcertava as pessoas. Mas cedo se aprendia a conviver com ele e a estimá-lo profundamente. E toda aquela irreverência, aquelas explosões e desabaços eram como uma couraça transparente a revelar-lhe o coração magnânimo e o espírito arrebatado e franco do amigo, do companheiro, da autoridade generosa que facilmente se compadecia do suplicante de algum favor ou amparo proveniente do seu largo e diversificado prestígio e influência.

Sr. Presidente do Congresso Nacional, Nilo era, às vezes, semelhante a um vulcão em recesso, mas de imprevisível e freqüente retorno a uma estrepitosa atividade.

São de seu inseparável amigo e mais imparcial biógrafo, Luiz Viana, estas palavras descritivas de seu perfil e da moldura de sua personalidade: “O poder era para ele um encargo ao qual não se deve sacrificar a maior parcela de dignidade. Os prados do poder não o transformaram em cordeiro”. Ele não padecia das angústias da ambição.

E eu diria sobre ele as mesmas palavras com que um dia no plenário se referiu a um dos membros da Casa: “Foi um espírito que não se empederniu no egoísmo e na vaidade”.

Nilo Coelho tinha aquele espírito independente, próprio dos que atingiram a emancipação e a maturidade política, daqueles que não estão preocupados com a transitoriedade do poder; daqueles que se preocupam, apenas, com os seus compromissos maiores para com o futuro da nação e o julgamento da história.

Nilo deve ter temperado o seu caráter e suas convicções no cenário, nas leituras e nas imagens que nos foram legadas pelas revoluções liberais e republicanas de que foram palco o Nordeste, principalmente Pernambuco, o Pernambuco da epopéia contra os invasores das Revoluções de 1817, 24 e 48.

O romantismo juvenil e revolucionário daquela época deve ter influenciado a mocidade do seu tempo. Nenhuma província do Brasil deu tantas letras e ao mesmo tempo mártires à memória nacional quanto Pernambuco.

Ele mesmo afirmou neste recinto:

“Eu exalto todos os iluministas do seminário de Olinda, a maior fonte de agitadores e revolucio-

nários que Pernambuco teve naqueles conturbados anos de 1817. Eu exalto Frei Caneca, é o meu preferido, é o meu predileto, é o criador da mais pura das revoluções.”

Srs. Congressistas:

É imprescindível como o espírito e o ideal dessas rebeliões influu na personalidade de Nilo Coelho. Ele que não foi um agitador, nem um carbonário, era mais um homem dedicado à sensibilidade da poesia, no fascínio da política e aos negócios. Um homem público e um homem doméstico, dedicado à família e aos amigos. Um médico desviado de sua função, mas plenamente adaptado à vida pública e aos assuntos de estado.

Quando tomou posse na Presidência do Senado reiterava ali o seu compromisso com a liberdade: “A mensagem que tenho aos moços é a lição primeira de defender a liberdade”.

Na liderança do Governo reiteradamente manifestava a sua fidelidade ao Presidente da República, de quem dizia ser líder, mas, em suas críticas e desabaços não poupava nem o Governo, como atual sistema de poder. Tinha uma manifesta antipatia pela sua política econômica, talvez prevendo o que está aí, preocupando a todos nós brasileiros. Era um impiedoso crítico dos tecnocratas:

“Não sou líder de incompetentes.”

Uma característica pitoresca na personalidade de Nilo era a sua franqueza irreverente, ruídos e às vezes até hilariante, entre o trágico e o cômico, com que ele dirigia seus torpedos contra o alvo de suas críticas contundentes.

Dizia ele:

“Estou decidido a dizer o que penso. Fui soldado de artilharia no tempo em que as peças eram carregadas em lombo de burro, e desde então não tenho medo de coices.”

E afirmava:

“A presença do FMI no Planalto é uma vergonha, um ultrage à dignidade e soberania nacionais.”

Suas relações com os jornalistas variava com o seu humor e com a oportunidade, mas tinha entre eles um grande número de amigos íntimos já habituados com o seu destempero verbal e a sua bonomia.

Sobre isto vale lembrar algumas de suas frases:

“Não tenho tempo para desocupados.”

“Não adianta botar microfone na minha boca que eu não falo”.

“Entrevista é coisa séria, não se dá em corredores, em caminho de casamento, nem em estrada de cemitério.”

Quando pródigo com a imprensa, então soltava a língua, doesse em quem doesse, e conclamava os repórteres a ajudar a construir o diálogo e a democracia.

E foi um jornalista que revelou um trecho do diálogo que manteve com o Presidente da República, do qual era amigo íntimo e pessoal, talvez por isto, e porque admirava-lhe o pai, sempre tenha escapado de qualquer censura.

“Presidente, no trabalho e na política eu sou um trator”, ao que o Presidente lhe respondeu “mas de vez em quando este trator se investe contra mim”

Após o incidente do Rio-Centro, se comprometeu com a elucidação do atentado. Com o tempo ficou patente que os culpados não seriam punidos. Após uma seqüência de fatos na área econômica que comprometiam pessoas do Governo, e que culminaram com os desfechos

que todos nós sabemos, Nilo desencantou-se com liderança do Governo e ao final lançou-se, com a independência que sempre o caracterizou, para a Presidência do Senado, sendo distinguido pela unanimidade de seus pares.

Talvez seja esta a razão pela qual ele não mereça a referência de que foi uma liderança do Governo ausente do plenário. Todos sabemos que ele nunca foi um omissivo, e sim um homem de ação, sempre fiel às suas convicções.

Na Presidência do Senado acentuou-se o seu descontentamento e desfraldou suas bandeiras em favor da autonomia, independência e prerrogativas do Poder Legislativo.

E ninguém melhor que ele próprio para revelar, em suas palavras, neste período em que mais brilhou sua estrela política, o seu estado de espírito e a consciência que tinha dos problemas do País.

Vale Srs Congressistas relembra-lo em suas afirmações

Há por toda a parte uma sensação de desesperança e um sentimento de incapacidade para resolvermos os problemas econômicos.”

“O Brasil sairá da crise, apesar do Governo.”

“O Brasil sairá da crise, apesar do Governo.”

“O que ocorre é que alguns assessores do Executivo ainda não perderam as penas de pavão.”

“Ninguém vai intimidar o Congresso, sou Presidente de um Poder independente.”

“Minha palavra não se omitirá, nem minhas mãos estarão presas”

“O estouro da Coroa-Brastel daria para perenizar quatro rios de Pernambuco, e garantiria a sobrevivência de 500 mil nordestinos”

E respondo palavras de Moura Andrade “Não se faz uma revolução para se viver um estado revolucionário.”

Tanto ele quanto Auro foram homens da Revolução.

No episódio do Deputado Mário Juruna o Presidente do Senado antecipou sua posição em defesa do parlamentar indígena, e dizia “O Governo precisa, e imediatamente, é investigar escândalos envolvendo figuras do Executivo. Juruna estava revoltado ao saber que os pataxós na Bahia estavam sendo expulsos de suas terras”.

Lembro o saudoso Presidente do Congresso naquela memorável sessão, no amanhecer do dia 22 de setembro de 1983, na sua admirável eloqüência a se impor sobranceira sobre o Plenário atento e pasmado. Ele foi a voz da consciência nacional a se manifestar na unanimidade dos sentimentos e convicções de toda a Nação brasileira.

Ninguém, nem mesmo o tempo nem a história, esquecerá o seu último grito neste recinto em defesa das prerrogativas e autonomia deste Poder. Aqui, neste mesmo lugar, ainda ressoa sua voz inflamada e os gestos largos e veementes com que fez sua última profissão de fé e o seu protesto aqui já lembrado.

“Sou de uma terra irredentista, freqüento lugares ensolarados, não freqüento cafuas nem pés de escadas, sou o Congresso do PDS, sou o Presidente do Congresso do Brasil.”

Às suas palavras seguiu-se a apoteose e a unânime aclamação do seu gesto que a Nação inteira aplaudiu.

Em poucos dias adoeceu o Presidente. As razões sabemos parte De tudo, e do que se passava em sua alma, só Deus o sabe.

A doença de Nilo trouxe ao País e ao Parlamento um generalizado sentimento de desamparo e orfandade. Todos acompanhamos com angústia a expectativa de sua recuperação. Ele nos transmitia o otimismo e a certeza de que aquele tomo não lhe deixaria prostrado. Nas vésperas do seu falecimento assistimos a entrevista em que deu seus últimos recados, sem se esquecer dos amigos e nem dos agradecimentos aos médicos e enfermeiras.

Mesmo quando embarcou de Brasília, à entrada do jatinho que o levaria para São Paulo, ao sentir o constrangimento dos amigos que lá se encontravam, resolveu descontrair aquelas fisionomias contritas entre o trágico e o fúnebre. Inesperadamente, sem que desse tempo aos médicos de evitar, levantou-se da maca e dirigindo-se a Lourival Baptista armou sua melhor, mais saudável, triunfante e amistosa fisionomia e exclamou em voz alta, erguendo aqueles enormes braços:

“Desamarre esta Cara, Lourival, eu vou voltar”.

E todos que ali se encontravam, entre eles o Deputado Flávio Marcílio, o Senador José Sarney e um grupo de amigos, ficaram felizes e aliviados das apreensões que os assaltavam

Partiu Nilo para São Paulo, a Nação inteira acompanhou com ansiedade sua recuperação, dia-a-dia.

Ele não voltou.

Mas deixou o rastro Luminoso de sua passagem, o legado de sua bravura cívica e o exemplo de sua vida pública.

Nilo Coelho foi sempre um homem profundamente ligado às suas raízes sertanejas, à História e à cultura de sua região, o nordeste, que sempre defendeu nos mais elevados foros do País.

Era um pernambucano clássico e histórico, arrebatado e inquieto.

O povo que o trouxe para o parlamento o levou de volta para fixá-lo, para sempre, às margens do mesmo rio em que se banhou na infância.

Vale lembrar uma das faixas nas ruas de sua cidade natal para testemunhar o quanto era querido por aquela gente humilde das margens do São Francisco, onde não faltam vaqueiros e remadores: “Sobre os alicerces que voce deixou, construiremos a Petrolina que voce sonhou”.

Hoje sempre as homenagens do Legislativo, e em especial do PMDB no Senado, por designação do Nobre Líder e companheiro Humberto Lucena, ao grande brasileiro que, tendo enaltecido todos os cargos que ocupou na vida pública foi, como Presidente desta Casa, um baluarte em defesa da autonomia do congresso e da dignidade parlamentar.

Senhor Presidente, Senhores Senadores e Deputados:

Mais do que tristezas, falamos hoje à memória de um vitorioso que se tornou um símbolo de nossa instituição, de um cidadão em trinco que entrou engalanado, com toda a nobreza de sua personalidade fulgurante, para a galeria dos mais notáveis da História de nosso País, e deixou entre nós uma belíssima prêdia de bravura cívica e de convicção política, reiteradamente enaltecida pelo estilo que o nobre Senador Moacyr Dalla vem imprimindo à Presidência da Casa, com o descortínio e clarividência de um experiente e hábil parlamentar.

Srs. Congressistas: este deve ser um momento de exaltação para os amigos, admiradores e familiares de nosso homenageado que aqui se encontra em torno de D<sup>a</sup> Maria Tereza, esta mulher admirável que na sua aparente fragilidade esconde a têmpera, a meiguice e o caráter de uma extraordinária fortaleza e habilidade, feições que tanto caracterizam a mulher sertaneja. Ela foi o principal esteio e refúgio que davam tanta segurança de si ao nosso saudoso amigo.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, amigos e familiares do Senador Nilo de Souza Coelho:

A melhor maneira de enaltecê-lo, de forma mais efetiva e permanente, é a de lutarmos pelo Brasil que ele certamente sonhou, porque neste recinto, o disse num conceito que merece de nós profunda reflexão porque é uma afirmativa metafórica:

“Um Brasil economicamente forte, politicamente estável, socialmente justo, um Brasil de brasileiros irmãos, civis e militares, pretos e brancos. Um Brasil caboclo,

um Brasil brasileiro. O Brasil de hoje, o Brasil de amanhã, o Brasil de todos nós.”

Digo eu de Nilo Coelho, numa tentativa de emoldurar sua imagem:

Nilo nos parece aquela figura heráldica e mística com que ele próprio se referiu a uma autoridade estrangeira recebida neste recinto, invocando um famoso quadro de El Greco:

“Um homem com a mão no peito, o símbolo romântico de uma figura com o coração incandescente.”

Nilo, continua um temperamento arrebatado, um coração magnânimo, uma inteligência invulgar, um nome nacional fincado em suas raízes, um político profundamente ligado à sua terra e ao seu povo, um defensor intransigente do Congresso e das aspirações do povo do seu Estado que para aqui o trouxe e daqui o levou de volta, glorificado, para plantá-lo, definitivamente, às margens do São Francisco, em sua querida petrolina, berço de suas origens, chão que acolheu seus primeiros tombos e firmou seus primeiros passos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Moacyr Dalla; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio; Senhor Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves; Srs. Congressistas, D. Maria Tereza Brennand Coelho, demais familiares do Senador Nilo Coelho; Senhoras e Senhores:

Diz-se dos homens de ação que costumam deixar em tudo o que fazem a marca de sua personalidade, como uma assinatura a identificar o seu trabalho. Tal se aplica, com perfeição, a Nilo Coelho — o médico, o empresário, o administrador, o político e, sobretudo, o ser humano empreendedor e ousado, que autenticou cada ato de sua vida pródiga em realizações com a marca indelével da generosidade e, ao mesmo tempo, bravura que sempre o caracterizou.

Pouco tempo antes de nos deixar, Nilo ofereceu-nos exemplo dessa coragem, ao resistir a pressões quando, na presidência do Congresso Nacional, tentaram levá-lo a decidir contrariamente à sua consciência e, mais que isso, contra o que identificava ser a vontade da esmagadora maioria de seus pares.

Entrou, desde então para a história, sua famosa frase-desabafo com que arrostou ameaças e desafiou pressões. E foi como se assinasse, com aquela demonstração de altivez, o ato com que coroou sua exímia condução de uma das mais críticas sessões que este plenário já presenciou.

A corajosa postura do Presidente do Congresso encantou a Nação e chegou a surpreender muita gente que não esperava ver num político do Partido do Governo — ousadia capaz de levá-lo a decisão de tal natureza. Não foi isso surpresa, porém, para quem conhece a vida pública desse sertanejo que, nascido na então pequena Petrolina, nas barrancadas esquecidas do São Francisco, recebeu o nome de outro rio, o Nilo benfazejo dos areais do Egito — rio maior e mais célebre que nosso “Velho Chico”. Como quem cumprisse uma premonição, Nilo Coelho também viria a ser maior que as acanhadas fronteiras da região que se debatia com a pobreza, a seca e, como diria ele certa feita, com a incompreensão e com a omissão dos que detinham o controle das decisões econômicas, flagelo pior que a seca do Nordeste.

Nilo cresceu, e ao fazê-lo ajudou a que se desenvolvesse sua cidade e sua região, participando da grandiosa obra que sua família realizou, e continua a realizar, em

favor de sua terra. Aplica-se a ele, e à sua luta, o que disse Gilberto Freyre de Euclides da Cunha:

“Palavras cheias de força (...) com o som de sua voz moça e às vezes dura, clamando a favor do deserto incompreendido, dos sertões abandonados, dos sertanejos esquecidos.”

Assim Nilo Coelho ascendeu às alturas a que só atingem os grandes homens quando se decidiu a trocar o sacerdócio da medicina, que exerceu sempre voltado para às necessidades dos desvalidos, por outro, mais árduo ainda, da vida pública.

Eleito, aos 27 anos, para a Assembléia Legislativa de Pernambuco, foi logo convocado pelo Governador Etelvino Lima para assumir a Secretaria da Fazenda. De 1950 a 1966 exerceu quatro mandatos sucessivos de Deputado, dando-nos mais esta razão de nos orgulharmos de pertencer a esta Casa. Foi sempre, também aqui, intransigente defensor de seu Nordeste, no que tem sua tarefa agora continuada por Oswaldo Coelho, com o mesmo denodo, a mesma preocupação permanente com a sorte dos pobres de sua região e seu País.

Prosseguindo a carreira, na qual se comportou sempre com firmeza e coragem, mas sem jamais desmentir a habilidade e sabedoria política que o levaram a filiar-se ao velho Partido Social Democrático — porque Nilo não confundiria, nunca, ousadia com precipitação, emoção com descontrolo, veemência com cólera — o grande líder, cuja memória hoje preiteamos, fez-se Governador de Pernambuco numa das épocas mais difíceis já enfrentadas por seus coestaduanos, qual seja o quadriênio que se iniciou em 1967, e soube comportar-se, nessa árdua missão, com generosidade e grandeza, impedindo perseguições e arbitrariedades no governo que tinha sob sua responsabilidade. Mais uma vez mostrou-se à altura da missão que lhe fora confiada, e deixou gravada na história de seu estado a marca do homem público que sempre soube ser altivo diante dos poderosos e humilde diante dos oprimidos.

Nilo soube, como poucos, transformar palavras em ação. Conhecendo com segurança os problemas do seu estado, prosseguiu e aprofundou, no Palácio das Princesas, a obra que sua família já tocava de longa data, de integração e desenvolvimento dos sertões pernambucanos. Rasgou estradas, construiu açudes, criou escolas em todos os rincões — uma escola a cada dois dias de seu laborioso governo. Estimulou a industrialização, e das fábricas surgidas em seu fértil período resultou a criação de mais de 30 mil novos empregos diretos.

Dizendo tudo isso, ainda não referi a tônica principal de seu Governo. Governador de muitas obras, a principal delas, no entanto, foi realizada no campo social. Só para lembrar uma parte do enorme trabalho realizado — da qual, vale observar, substancial parcela não se alardeia ao conhecimento da maioria, porém jamais será esquecida pelas multidões de desvalidos que beneficiou — cito a interiorização do atendimento médico-sanitário, levando a 92 pequenas cidades, que antes não o possuíam; dotou de abastecimento d'água 40 municípios e pavimentou 750 quilômetros de estradas, para servir às populações interiores.

O progresso em sua administração invadiu o agreste sertão, também sob a forma da eletrificação, oferecida a duas centenas de comunidades, inclusive para possibilitar a irrigação nas terras antes improdutivas.

Mas, Nilo Coelho foi muito mais que um grande realizador de obras materiais. Homem culto, não se contentava com a erudição, quase sempre estéril se não acompanhada de fundas raízes na terra natal. Essa, a verdadeira cultura, aquela na expressão magistral de João Paulo II, “pela qual o homem, enquanto homem, torna-se mais homem, e mais, chega mais ao ser”.

Talvez por isso seu espírito inquieto, sempre a descorinar o horizonte em busca de novas conquistas, novos caminhos a percorrer, levou-o a ser, sobretudo, o grande parlamentar, fato não desmentido pela sua brilhante passagem pelo Executivo Pernambucano.

Estou certo de que aqueles que dentre vós, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que com ele conviveram durante sua fulgurante trajetória nas duas Casas do Congresso Nacional, poderiam dar testemunho da grandeza sempre revelada por Nilo Coelho. Como também estou certo de que o povo de sua terra, de seu sofrido Nordeste, assim como o povo brasileiro, que acompanhou sua vida pública sem mácula, há de guardar para esse bravo pernambucano um lugar de honra na história da Pátria. Sua memória há de servir para iluminar a todos nós, sobretudo em quadra adversa como a que hoje atravessamos, para que não nos esqueçamos que "não podemos olhar para a frente, exceto na medida em que a luz da experiência ilumine o futuro, como dizia Toynbee.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta homenagem que hoje prestamos a Nilo Coelho deve conter, ainda um desejo e uma promessa. Desejo de que os ideais por que lutou — de redenção do Nordeste, de resgate dos milhões de brasileiros atingidos pela miséria, pela injustiça, pelo desrespeito aos mais legítimos direitos do homem; desejo de engrandecimento e independência da Nação, de liberdade e democracia — não morram, como ele não morreu em nossa memória. Promessa de que cada um de nós, representantes do povo, tenhamos a memória de Nilo como marco a balizar nossa atividade parlamentar em busca desses ideais que ele, como poucos, soube perseguir.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Soares.

**O SR. AIRTON SOARES** (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente da República, Sr. Governador, demais Deputados, Srs. familiares do saudoso Presidente Nilo Coelho.

A espontaneidade da manifestação do Partido dos Trabalhadores se reveste na forma pela qual será proferida nesta tarde, isto porque entendemos que personalidade como a de Nilo Coelho confunde-se entre o racional e o emocional. Ele leva, às vezes, na análise do seu comportamento como político, a esta confusão que é muito positiva, porque faz com que os discursos e as homenagens sejam muito mais vistas sob um ângulo daquilo que se fala com sinceridade e com o coração do que daquilo que possa vir traçado em preliminares preestabelecidas.

Sr. Presidente, nós, do Partido dos Trabalhadores, tivemos contato com o Presidente do Congresso Nacional, e este contato sempre primou por uma profunda isenção no que diz respeito a tratar um partido, na proporção do Partido dos Trabalhadores, com relação aos demais partidos, que são numericamente superiores e têm personalidades mais evidentes. Quero dizer com isso que o Senador Nilo Coelho distinguia a todos nós com o mesmo tratamento. Isso caracteriza os grandes homens, porque saber tratar igualmente todos aqueles que estão investidos numa função legislativa, todos aqueles que se envolvem em mandato, às vezes pode custar muito caro. E nós entendemos que o Senador Nilo Coelho, como político, deixou na sua fase congressual, especialmente na fase da Presidência do Senado da República, um exemplo para várias gerações, um exemplo que dignifica muito mais a sua conduta de muitos anos de vida política. No final de sua vida, no exercício desse mandato, pudemos testemunhar, num discurso por ele aqui proferido, por ocasião de uma grave crise nesta Casa, crise até de funcionamento, de sobrevivência da instituição como instituição respeitável e respeitada; podemos verificar que a sua decisão, que o seu discurso, foi uma revelação e, acima de tu-

do, para nós, uma verdadeira libertação, de fato, porque essa posição política, naquelas circunstâncias, foi uma posição tomada por um homem que só tem exemplo na História através do posicionamento dos seus grandes homens.

Lamentavelmente, para todos nós, essa revelação lhe tirou a vida, porque a sua saúde debilitada sentiu e reagiu e os esforços da medicina não conseguiram sobrepor aquela fase do processo emocional em que estava envolvido e que acarretou, lamentavelmente para todos nós a sua perda.

Portanto, Sr. Presidente, queremos deixar registrado, com todas as letras que o Senador Nilo Coelho encarnou, nesta Casa, o espírito do Legislativo; ele passou a ser para todos nós a síntese do comportamento e um espelho para todos aqueles que queiram, um dia, dirigir esta Casa e um exemplo para aqueles que até já a dirigiram.

Isto porque, Sr. Presidente, o que se exige do Presidente de um Congresso, do Presidente de um Poder Legislativo é, acima de tudo, que seus compromissos sejam com esse Poder e só com esse Poder. E o Senador Nilo Coelho demonstrou nesta Casa, naquele momento difícil que, realmente, o seu compromisso era com o Poder Legislativo e é célebre a sua frase: "Não sou Presidente de um Partido, sou Presidente do Congresso Nacional".

Por isso, Sr. Presidente, a nossa homenagem, a nossa participação singela de um Partido que teve, através de seus Deputados, o privilégio de participar com o Senador Nilo Coelho das dificuldades na administração desta Casa, das dificuldades políticas na tramitação das matérias nesta Casa e da sessão memorável que o consagrou para a História e, para nós, o transformou num exemplo de dignidade que personificou e fez com que o Poder Legislativo e o Senador Nilo Coelho pudessem ser fundidos numa só personalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, familiares e amigos de Nilo Coelho, D. Maria Teresa, em particular, Sras. e Srs.

Há homenagens que prestamos como que cumprindo um ritual, cumprindo um dever; são homenagens importantes, porque estes rituais são importantes para edificar as instituições, para reconhecer os valores da sociedade, para, enfim, registrar, na História, a passagem dos grandes homens que fazem essa História.

Mas há outras homenagens que, além deste valor intrínseco de dever, de cumprimento de um ritual necessário e importante, há outras que prestamos ainda mais com o coração, há outras que prestamos com mais agrado, com mais participação, cheias de sentimento de verdadeira identificação com o homenageado pelas suas qualidades, pela sua passagem, pela convivência que tivemos com ele em quais ou tais circunstâncias.

É o caso de Nilo Coelho, é o caso da homenagem que prestamos, e eu particularmente com muito agrado presto, subindo hoje a esta tribuna, seja pelo relacionamento mais íntimo e fraternal que tivemos, seja pela identificação, pela afinidade de sentimentos e de idéias em muitos pontos, e em muitos pontos importantes dessas questões que o Brasil, que o nosso País vive no dia de hoje.

Nilo Coelho, Presidente do Senado, ativo, independente, consciente da grandeza da instituição, da grandeza do papel que representava e que continua a representar, agora, pela sua memória e pelo seu exemplo e, ao mesmo tempo, o companheiro igual, o colega realmente fraternal, o homem sempre disposto a um abraço amigo, a uma palavra de estímulo e de fraternidade. Tudo isto é

que nos uniu tanto a Nilo Coelho e que enche este plenário de admiração e de sentimento em relação à sua memória.

Somos todos seres humanos, acima de tudo; como seres humanos aprendemos a admirar, não apenas aquelas qualidades notáveis de intelectualidade, de inteligência, de nobreza de caráter, de operosidade, mas também aquelas qualidades de temperamento, daqueles temperamentos que nos tocam mais de perto, que nos tocam fundo na alma: a bravura, a magnanimidade, a independência de posições, a hospitalidade, características todas estas da figura do grande brasileiro, do grande pernambucano, do grande Presidente do Senado que, hoje, aqui, homenageamos. E todas essas qualidades, todas essas características ressaltadas aqui pelos vários oradores desta tribuna, hoje, tudo isto sempre me tocou fundo, no caso de Nilo Coelho, seja também pelas conversas de maior identificação que tínhamos, pelos estímulos que recebi em relação, por exemplo, às opiniões quanto à política econômica do País e pelo convívio, este convívio afável, este convívio admirável que Nilo e D. Maria Tereza sempre nos proporcionaram na sua casa, em todas as ocasiões em que tivemos este convívio mais íntimo.

Não quero fazer um discurso literário, não quero fazer um discurso como os que já foram feitos aqui desta tribuna, primeiro, porque eles já foram feitos e eu os ouvi e os admirei; segundo porque, realmente, não sei fazer um discurso literário, sei fazer o que estou fazendo; dizer muito simplesmente, de um modo muito simples e direto, o quanto o Brasil, o quanto o Estado de Pernambuco, o quanto o Senado Federal, o quanto o Congresso Nacional, o quanto a política brasileira devem à figura de Nilo Coelho, a sua obra, a sua ação, aos seus pensamentos, as suas frases e as suas realizações quando esteve no exercício do poder.

Sei dizer o quanto me apraz, o quanto me agrada estar aqui, nesta tribuna, a dizer estas palavras muito sinceras e do coração, as palavras de admiração e de reconhecimento à obra de Nilo Coelho, o quanto me agrada estar aqui diante de seus familiares, de seus filhos, de sua Sr<sup>a</sup>, de seus amigos, o quanto me agrada estar diante da família de Nilo Coelho que sempre foi considerada, por todos nós, um exemplo de dignidade, um exemplo realmente edificante e dignificante para a instituição da família brasileira. O quanto me agrada, como me agradou, a semana passada, estar aqui nesta mesma tribuna a homenagear este outro grande brasileiro que foi Teotônio Vilela. O quanto me agrada, também, estar aqui a ver no plenário outro desses que foram gigantes do Senado, Paulo Brossard, colega de Nilo Coelho, admirador de Nilo Coelho, colega de Teotônio, admirador de Teotônio e admirado por todos nós. Tudo isto me agrada muito e esta é a razão pela qual quero ficar na linguagem simples e direta ao dizer da admiração real, profunda, efetiva, que ainda sinto por Nilo Coelho, como sempre havei de sentir, na medida em que ele se tornou, pela sua passagem na Presidência do Congresso, como pelas suas ações anteriores, como Governador de Pernambuco, um exemplo de político brasileiro que todos nós devemos consultar antes de tomar uma atitude aqui e ali em tais ou quais circunstâncias.

Deixar registrado, nos Anais desta Casa, o nosso reconhecimento, o reconhecimento pela grandeza da figura, da alma, da obra de Nilo Coelho e das suas qualidades tão bem ressaltadas em todos os discursos dos que me antecederam; dizer aos seus familiares e aos seus amigos que este sentimento nos une a nós todos, a nós todos, Senadores e Deputados, que fomos tratados igualmente, como disse o Líder Airton Soares, e que sabemos reconhecer o quanto representou para o fortalecimento, para o engrandecimento e para o enobrecimento desta Instituição, a passagem de Nilo Coelho, Presidente do Senado Federal e que, ainda, o reverenciamos como tal —

Presidente do Senado Federal, do Congresso brasileiro. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

**O SR. CELSO PEÇANHA** (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Foi companheiro de viagem, forjado na luta política, um dos nossos, da classe política, madrugou, sonhando e arquitetando, o bem do povo. A fortuna não o afastava de sua gente. Pelo contrário, unia-o cada vez mais para fazer o bem, gerar progresso e riqueza. Sim, Nilo Coelho, o homenageado das duas Casas do Congresso — Senado e Câmara —, foi nosso companheiro de viagem. Veio de longe, das barrancas do São Francisco — o velho Chico — às culminâncias do Parlamento brasileiro. Fez o *cursus honorum* da vida pública brasileira, nunca perdendo de vista a sua querida Petrolina, o seu bem-querer, o ponto de partida da caminhada. Conheci Nilo Coelho nos anos 50. Fomos companheiros na Câmara Federal, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Amigos, admirava-o muito e, ao longo desses anos, quando nos encontrávamos, o tratamento era afetuoso. Recordávamos os dias idos e vividos, sempre recordações políticas. Nada mais. Nilo Coelho viveu para realizar, para gerar riquezas.

Emergindo do sertão pernambucano, acostumado com o sofrimento de sua gente, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, na Secretaria de Estado ou no Governo foi um obstinado na luta em favor dos nordestinos para carrear recursos para obras públicas no interior de seu Estado. Deixou marcas firmes e fortes no Parlamento, e sua voz, também forte, foi ouvida com respeito e admiração, porque ele foi um bravo, um lutador incansável, e sem medo, e sem subserviência. Tinha convicções e idéias, e não fugia na hora difícil. Demonstrava seus altos ideais de justiça e otimismo, de fê nos destinos finais do homem e de certeza na vitória do Direito. Administrador austero e competente, soube identificar os problemas e dificuldades dos órgãos e comunidades que teve a oportunidade de dirigir, propondo e adotando as soluções que melhor atendiam aos anseios e necessidades coletivas.

Foi um realizador; como homem do sertão, não se comprazia com o discurso, com o lançamento do programa. Alegria-se com a obra, com o melhoramento, com a realização do bem público. Este foi o traço maior desse saudoso homem público, que presidiu o Senado, onde deixou raízes profundas; para nunca ser esquecido. Recordo-me dos seus discursos, cheios de entusiasmo e ardor; o dedo apontava a chaga, o erro verberado com veemência, para concluir com sugestões, com o que julgava a solução.

Sei, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, que Nilo Coelho, pelos seus atos, ao longo da carreira política, ficará sempre lembrado no seio do povo brasileiro; soube viver com dignidade, soube lutar com destemor. Ele nos legou lições de bravura e de amor ao seu povo. Foi um companheiro de viagem que ficou. Viverá sempre em nosso meio.

Era só o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, DD. Vice-Presidente da República; Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados; Exm<sup>os</sup> Srs. Embaixadores; Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Francisco Rezek, DD. Ministro do Supremo Tribunal Federal; Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. José Ornellas, DD. Governador do Distrito Federal; digníssi-

mas autoridades civis e eclesiásticas, Srs. Senadores, Srs. Deputados; D. Maria Tereza, esposa do nosso querido homenageado, demais familiares:

Quando assumi a Presidência da instituição parlamentar, estava convicto das sesquicentenárias responsabilidades que oneram o cargo. Este exige, de quem o ocupa, o dever de uma conduta que dignifique o passado, tenha a compreensão do presente, e deixe, para o futuro, o exemplo da construção.

Confesso que me senti temeroso. Mas em minha memória não cabiam, naquele momento, todos os grandes vultos, vivos ou mortos, que me antecederam. Minha grande preocupação era de ser digno sucessor de Nilo Coelho.

A razão de meus cuidados é compreensível. A morte o surpreendeu quando ele, num daqueles rompantes tão próprios de sua personalidade, se tornara a encarnação da independência e da dignidade do Poder Legislativo.

E este estava, como ainda está, numa das cruzilhadas de seu destino, eis que-lhe cabe, mais que a qualquer outro Poder ou instituição nacional, encontrar saída para o impasse e solução para a crise política, sem o que não existirão remédios eficazes para as doenças de ordem econômica e social, que corroem o organismo pátrio.

Ao afirmar-se, antes e acima de tudo, “Presidente do Congresso do Brasil”, Nilo Coelho chamava a atenção de todos nós para a escala de valores a ser observada em nossa conduta.

Os Partidos são instrumento, não ideal; são o meio, não o fim. Por mais pragmática e abrangente que seja sua filosofia, eles sempre traduzem o pensamento de uma parte do povo.

Ora, a Nação é todo o povo. E se, no ensinamento dos mestres, aprendemos que “governar é promover o bem-comum”, forçoso é concluir que nossa missão não se exaure nos objetivos partidários, sobretudo quando a Nação exige, de todas as suas forças vivas, o desprendimento de interesses personalísticos ou grupais e a união de esforços para superar a grave crise por que passamos.

Evidentemente, Nilo Coelho era homem de Partido. Exerceu, inclusive, com intensa dedicação e raro brilho, o cargo de Líder do PDS e do Governo. Cargo tanto mais difícil e espinhoso quanto era notória a escassa maioria parlamentar que comandava. E sempre que o entendimento e o diálogo se tornavam impossíveis, ele arregimentava suas forças e impunha, pelo voto, o ponto de vista majoritário.

Todavia, também quando Líder deixou sua marca de cavaleiro andante. Não pactuando com o erro, contra ele arremetia, de peito aberto, sem outro escudo que não o da consciência, na qual o valor moral e a dignidade da Pátria se sobrepunham às conveniências, mesmo quando elas eram as do Poder.

Como Sêneca, antes queria “ofender com a verdade do que agradar com a lisonja”.

E, assim, adotava a postura de Grão-Senhor, postura que mantinha, quer na vida pública quer na vida particular.

Pode parecer que estou retratando um homem orgulhoso. Nada mais falso. Nilo Coelho tinha a vaidade dos humildes, enquadrando-se no preceito de Santa Tereza D’Ávila, para quem “a humildade é a verdade”.

Se era altivo com os poderosos, era cordato e ameno com os desvalidos. E por estes era amado. Todos nós nos recordamos, com emoção, da chegada de seu corpo e Petrolina, onde foi recebido por uma toada de aboios, pelos vaqueiros, e passou sob um arco de remos levantados pelos barqueiros do rio São Francisco.

E até as carrancas deram a impressão de terem suas fisionomias amaciadas, para verterem lágrimas sobre o “Velho Chico”, que ele também amava.

Na verdade, Nilo Coelho era, sobretudo, uma personalidade telúrica. Amava a terra e tudo quanto com ela estava diretamente ligado. Amava seu País em toda a sua dimensão continental. Amava seu Nordeste, que queria ver irrigado e fértil. Amava seu Pernambuco, que governou com rara competência. Amava sua Petrolina, onde, pelas raízes que nela tinha fincadas, hauria a seiva que lhe dava forças para lutar por sua terra e por sua gente.

Senhores Congressistas:

Nilo Coelho deixou-nos muitas lições: a da humildade ativa, a do destemor prudente, a do diálogo construtivo, a da compreensão dos homens e das coisas.

Mas deixou-nos sobretudo uma bandeira. Num de seus últimos discursos, ao saudar o Rei de Espanha, lembrou o poeta que queria “a esperança varrendo o mundo”.

Nilo deixou-nos a esperança, que, para Juscelino Kubitschek, é a bandeira das bandeiras. E recordemos o grande estadista mineiro:

“Um País como este nosso, que avança vergado ao peso de tantas dificuldades e de tantas contradições, necessita de um conteúdo de esperança para sustentar-se, para ter ânimo de enfrentar um destino que parece duro demais à força de sua grandeza.”

Mas para haver esperança precisa haver fortaleza. Só os fortes, que, como Nilo Coelho, lutam sem desânimo, podem confiar na vitória sobre as dificuldades.

De resto, Nilo Coelho deixou-nos uma grande saudade. Com o poeta Virgílio, podemos afirmar.

O absurdo pode levar os cordeiros a pastarem nos mares;

O absurdo pode levar os peixes a se alimentarem nos prados;

O absurdo pode trocar os confins do mundo,

Levando o persa a beber as águas dos rios alemães e os germanos a matar a sede com águas persas.

Todos esses absurdos podem ocorrer,

Antes que alguém espere que apague a imagem de Nilo Coelho, nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Ao encerrar a Sessão, agradeço a presença do senhor Vice-Presidente da República e das mais autoridades civis, militares e diplomáticas, convidando os senhores parlamentares e todos os que nos honraram com seu comparecimento para prestigiar o ato de inauguração dos quadros dos três últimos presidentes do Senado, Senador Luiz Viana, Senador Jarbas Passarinho e Senador Nilo Coelho, a realizar-se em seguida no salão nobre do Senado, onde serão lançadas, conforme era desejo de nosso homenageado e saudoso companheiro, duas publicações: uma alusiva à galeria dos presidentes da Casa e a outra sobre Frei Caneca, comemorativa dos 160 anos da Confederação do Equador.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão extraordinária do Senado, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1983, redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1984, e substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1981.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.)

# Ata da 141ª Sessão Conjunta, em 6 de junho de 1984

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

### Presidência do Sr. Lenoir Vargas

#### ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jai-son Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

##### Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Sebastião Curió — PDS.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edisson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haikel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

##### Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

##### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

##### Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

##### Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

##### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

##### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

##### Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB;

Eraldo Tinoco — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

##### Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

##### Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

##### Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Caçtejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Cane-do — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Juliannelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

**Mato Grosso**

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martínez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá

Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequet — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

**Amapá**

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

**Roraima**

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 321 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

**O SR. FRANCISCO AMARAL** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Aberto o jornal, como de meu hábito, meus olhos percorrem o período que, com licença, releio em voz alta para conhecimento desta nobre Casa:

“A casa branca, histórica, de portas e janelas azuis — a primeira de alvenaria construída no Guarujá, por volta de 1900 — caiu durante a noite. Os morros de Botelho e do Pitiú vêm caindo aos poucos, à luz do dia, por força de escavadeiras e caminhões. Não demora muito e o Guarujá terá toda a sua memória devastada.”

Paulista e bairrista — mas brasileiro, acima de tudo, confesso meu desconforto moral e espiritual ante o tristíssimo espetáculo, que se desdobra por toda parte, qual seja o do aniquilamento da memória nacional.

Velhas construções e velhos manuscritos, cidades inteiras e templos memoráveis, parques nacionais e bibliotecas valiosas, monumentos e obras de arte, rios e florestas — tudo, absolutamente tudo — vai sendo destruído e solapado, aniquilado e derruído pela ganância do homem, ganância, diga-se se não estimulada ao menos favorecida pela incúria governamental.

Não cometerei a injustiça de não reconhecer que muitos brasileiros, individualmente ou em sociedades, lutam e até mesmo brigam pela conservação da memória nacional. Registro, até com orgulho e com satisfação, que temos mesmo conseguido interessar até mesmo entidades mundiais em favor de nossa memória pública, e particular.

Mas os que lutam pela boa causa, desgraçadamente, são em números pequeníssimos, em contraposição aos milhões de devastadores impenitentes, daqueles que só vêem o lucro fácil, e rápido.

Todos sabemos — quanto à natureza, por exemplo — que estamos desertificando o Brasil. Também ninguém ignora que o desmatamento criminoso e cruel está assoando os nossos portos, tornando a vida e o trabalho cada hora mais áspers e difíceis.

Valho-me, para concluir, de mais uma citação, colhida no **Jornal da Tarde**, onde li a terrível notícia:

“Os arquitetos insistem: não estão contra a abertura do mercado de trabalho, pelo contrário. Mas acham perigoso vincular a destruição à geração de empregos. “Uma indústria de bombas atômicas po-

deria gerar milhares de empregos — dizem eles — mas quem gostaria de ter uma delas na sua cidade?”

Especificamente, o assunto é da alçada do Prefeito local, Sr. Maurício Mariano.

Entendo, todavia, que o Governador de São Paulo, a cuja frente se encontra um cidadão do porte intelectual e moral do Sr. Franco Montoro, deve intervir. Não intervir pela força, é claro; mas intervir pelo convencimento. Todos temos o dever de preservar a natureza que Deus nos deu, tão bela e tão útil.

faço, daqui, caloroso apelo ao Prefeito do Guarujá no sentido de que, líder da sua comunidade e responsável pela administração do seu município, não permita tanta devastação e tanto aniquilamento. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

**O SR. MARCONDES PEREIRA** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Temos dito, aqui nesta tribuna, que três coisas aconteceram neste País, durante esses 20 anos, que deram uma nova fisionomia ao Brasil: a insensibilidade, a incredibilidade e a impunidade. Pela impunidade, estamos vendo aí todos os escândalo e nenhum o punição para os culpados; pela insensibilidade, então, a coisa é muito mais séria porque, hoje, os jornais estão noticiando que o pão, o açúcar e os remédios foram aumentados em mais de 30%, para uma população que já está passando fome, que já vinha passando necessidades e fome mesmo. E essa insensibilidade atinge a nós também, atinge também a esta Casa, porque nenhuma medida tem sido tomada no sentido de breçar esse avanço. É o aumento da luz, é o aumento da água, é o aumento do aluguel, é o aumento do pão, é o aumento da gasolina, é o aumento dos remédios, é o aumento de tudo, e o povo pergunta: “O que fazem os nossos representantes?” Esta é a pergunta que ouço todos os dias, na minha cidade. “O que fazem os nossos representantes, os nossos Deputados, os nossos Senadores, o Presidente e seus auxiliares?” — Eles falando — “E nós cada vez mais famintos, mais desesperados, mais desgraçados”. Se pensarmos então no BNH, a situação é caótica, é pior. Hoje, estão entregando as casas, estão devolvendo os imóveis, estão abandonando os prédios que compraram com amor, com carinho, com esperança com muito sacrifício e até com lágrimas. Essa é a situação do País neste momento. Aqui, estamos realmente muito preocupados em breçar, em trazer uma solução, mas não a encontramos porque não há eco, porque não há solução, porque o Presidente da República está alheio a tudo isso Sua Excelência não ouve o que se fala nesta Casa, não tem nenhuma consideração com os pronunciamentos que são feitos, aqui, pelos Deputados.

Hoje, parece-me, que alguma coisa lhe deu na cabeça, de mandar, agora, consultar as bases para saber a opinião de seus Vereadores e Prefeitos das cidades do interior. Os Srs. vão ver o resultado que virá de lá. O resultado virá, naturalmente, dizendo coisas muito sérias desse quadro político que aí está, que não agrada a nenhum brasileiro. É preciso fazer, realmente, uma remodelação completa; não podemos continuar com isso aí está, com este jogo de empurra, ora a Oposição, ora a Situação, mas não chegamos a nada.

E ter consciência. Precisamos ser realistas da situação que estamos vivendo. Não dá mais para o povo suportar. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Reunidos na cidade de São Francisco do Sul, os trabalhadores do comércio do Estado de Santa Catarina, fize-

ram uma profunda análise da política salarial brasileira, especialmente do Decreto-lei nº 2.065.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os comerciários de Santa Catarina chegaram à conclusão de que, ao avizinhar-se o mês de agosto do ano de 1985, avizinha-se também o aprofundamento da perversidade social caracterizada pela exacerbação do arrocho salarial. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os comerciários catarinenses decidiram convocar os trabalhadores do nosso Estado a lutarem contra a superação do Decreto-lei nº 2.065. O documento que produziram e estão distribuindo a seus associados, os dirigentes da Federação dos Trabalhadores do Comércio de Santa Catarina dizem que é fundamental retomar a luta contra o Decreto-lei nº 2.065:

Neste sentido, os comerciários analisaram que os prejuízos com o Decreto-lei nº 2.065/83 estão afetando o poder aquisitivo da classe trabalhadora, não apenas com o corte nos seus reajustamentos salariais, como por índices abaixo da inflação mensal, além da permanência da correção semestral, ao invés da correção trimestral de salários.

Além desta situação de achatamento salarial que todas as categorias profissionais, o Decreto-lei nº 2.065/83 prevê a fixação de índices de produtividade a nível zero, pois deixa a critério do Governo Federal a possibilidade da manipulação de tal índice.

O Decreto-lei nº 2.065/83 estabelece ainda, dizem os comerciários, para o mês de agosto de 1985, o início do profundo arrocho salarial, que vai retirar dos trabalhadores percentuais do próprio INPC, em proporções que irão de 30% em 1985, 40% em 1986, 50% em 1987 e 100% em 1988.

Submetendo, a partir daí, as relações de trabalho a uma livre negociação que num País sem liberdade e sem autonomia sindical representa a volta à lei do mais forte.

Essa desastrosa política salarial, que pretende estabelecer negociações coletivas sem garantias reais de aumentos salariais mínimos com base no custo de vida, levará a grande maioria dos trabalhadores brasileiros à marginalidade social.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vivemos num regime que o Governo afirma democrático e, no entanto, legisla através de decretos-leis. É preciso não apenas, Sr. Presidente, retomar a luta contra o Decreto-lei nº 2.065; é preciso, sim, retomar a luta contra o decreto-lei. Por isso é fundamental que na apreciação da emenda do Governo restabelecamos, não apenas, as eleições diretas para Presidente da República e já, mas aproveamos a eliminação do texto constitucional do seu art. 55, que prevê a decretação desse tipo legal que é contra o Congresso, que é contra a Nação e, no caso dos trabalhadores, está sendo veículo da profunda e mais absoluta perversidade social, através do arrocho dos decretos-leis salariais. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dionísio Hage.

**O SR. DIONÍSIO HAGE** (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A falta de recursos e de financiamentos, o despreparo de alguns técnicos, a carência de equipamentos e pessoal qualificado, o mau estado em que se encontram diversos prédios que abrigam as instituições dedicadas à pesquisa, a evasão de cientistas para o exterior e as contradições da legislação que criou a carreira de pesquisador científico são alguns dos muitos problemas que hoje entravam o ritmo das atividades desenvolvidas pelos centros de pesquisas em todo o País, que se vêem ainda impotentes

diante da concorrência que lhes fazem as universidades, as empresas privadas e mesmo as estatais.

São poucos os Estados em que tais instituições conseguem manter um ritmo razoável de trabalho, o que se deve também em grande parte à redução do apoio que lhes dá o Governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cuja participação nas atividades de pesquisa vem gradualmente declinando desde 1976. Este ano, por exemplo, coube-lhe apenas 0,23% do orçamento da União.

A questão da autonomia de pesquisa se constitui num privilégio associado ao conceito de universidade. Em sentido pleno, trata-se fundamentalmente da autodeterminação do pesquisador em definir seu trabalho, ou em fazê-lo junto com seu grupo de pares. Contrapõem-se à autonomia as coerções locais, institucionais, financeiras e políticas que surgem como barreiras ao exercício dessa faculdade individual. As estruturas locais de organização, poder e prestígio, as definições e orientações da instituição como um todo, os mecanismos internos de financiamentos e de alocações de recursos, entre outros, constituem os principais limitantes a esse nível individual.

Em outro nível se situam os limitantes externos sobre a instituição como um todo. Tais limitações incluem a forma de orientação, concentração ou retirada de recursos globais ou específicos, as prioridades estabelecidas por instâncias externas, os conceitos prevalentes de relevância e qualidade científica exercitados por comitês compostos por cientistas, burocratas ou ambos, os critérios de definição e cobrança do “compromisso social” da Universidade com o seu meio etc. Todos são exemplos de limitações ao exercício da autonomia da pesquisa ao nível da instituição, com reflexos em suas unidades e no pesquisador individual.

Na situação atual do exercício da pesquisa nas universidades, um fator preponderante é a estrutura do financiamento.

Internamente, salvo raríssimas exceções, não há estrutura orçamentária específica para a pós-graduação ou a pesquisa, dentro da universidade. A pesquisa é tratada como algo mais, um subproduto da pós-graduação. A experiência histórica e os modelos de outros países demonstram os equívocos de se considerar a universidade como pólo adequado, ou pólo mais adequado, à produção e difusão de tecnologias para imediata incorporação ao processo produtivo. No entanto, o apelo de se relacionar recursos para a pesquisa universitária como aplicações imediatas e práticas é inegável (e infelizmente, às vezes, se torna irresistível). O risco, quando isso dá certo, é o de transformar as universidades em pré-fábricas e esterilizar a capacidade criativa de certas voações científicas. O grande resultado, que é a formação de recursos humanos, raramente é reconhecido como um produto suficiente para justificar a autonomia da escolha de pesquisas universitárias.

O uso criativo de recursos descomprometidos para pesquisa, além dos necessários para garantia da estabilidade e manutenção da infra-estrutura, tem-se demonstrado como fator preponderante para a inovação e o desenvolvimento de atividades novas, tanto na pesquisa pura quanto nos laboratórios industriais. Essa relativa “folga”, os programas e linhas de pesquisa de mais longo prazo, os recursos menos amarrados (mas nem por isso gastos perdulariamente) tornam-se importantes mecanismos da autonomia científica.

A formação do pesquisador, curiosamente, constitui ao mesmo tempo uma proteção e uma barreira ao exercício ilimitado da sua autonomia para pesquisar. Em algumas áreas, a especialização é tão longa e penosa que incapacita o cientista a fazer outras coisas que não seguir o curso do destino. A escolha de um caminho tira graus de liberdade dificilmente reconquistáveis.

A qualidade da pesquisa deve ser a principal preocupação de controle, seja de agências financiadoras, seja da própria Universidade. Os mecanismos que asseguram essa qualidade não são de natureza burocrática. O projeto, tão indevidamente exagerado em sua importância pelas agências de fomento e às vezes pela própria administração universitária, é apenas um elemento para garantia e manutenção da qualidade e do bom uso dos recursos. Por vezes torna-se um entrave.

A própria incipiência e fragilidade das instituições atingidas pelas possíveis críticas ou avaliações rigorosas reforça uma postura ambivalente, quando não indulgente.

Ademais, falta aos grupos de pesquisa, em geral, condições para implantar adequadamente sistemas de mérito, promoção e demissão. De um lado, há critérios burocráticos a estabelecer normas e padrões que vão desde a admissão à aposentadoria, sem interveniência possível da comunidade. De outro, há os efeitos violentos da demissão, aos níveis econômico, psicológico e social, numa sociedade que tem poucas alternativas a oferecer.

Assim, nos níveis individual, grupal, institucional e externo, a autonomia da pesquisa é um ideal difícil de ser atingido mas, nem por isso, dispensável de ser perseguido, representando ponto permanente de anseio, em prol da qualidade geral das pesquisas e da satisfação individual do pesquisador que, motivado, produzirá mais e melhor.

Sr. Presidente, não poderia encerrar sem deixar bem claro nosso posicionamento a respeito da greve dos professores. Há 22 dias os professores se encontram em greve, reivindicando aquilo que têm direito, entretanto o Governo não tem levado a sério a justa reivindicação dos professores, e também dos médicos residentes.

Sr. Presidente, gostaríamos, nesta ocasião, de responsabilizar o Governo pelo prejuízo que está causando à Nação, pelo prejuízo que está causando aos estudantes, pois eles estão na iminência de perder o semestre letivo.

Enquanto não terminar a greve dos professores, reivindicando o que têm direito em todos os pronunciamentos que fizermos, repetiremos este apelo. Apelo que não é apenas do Deputado Dionísio Hage mas sim de todos os Deputados desta Casa que, na sessão de ontem, fizeram questão de expressar suas total solidariedade aos professores em greve.

Muito obrigado, Sr. Presidente (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Deputado Bocayuva Cunha.

**O SR. BOCAYUVA CUNHA** (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: O mundo comemora hoje, dia 6 de junho, 40 anos do “dia mais longo do ano”.

De fato, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, enquanto grande parte dos exércitos alemães enfrentavam as bravas tropas soviéticas, enquanto Adolfo Hitler dormia e o General Von Rommel festejava o aniversário de sua mulher, numa pequena cidade do interior da Alemanha, a maior invasão da história da humanidade se iniciava, partindo da Inglaterra em direção às costas da Normandia, na França

Depois de muitos meses de planejamento ficou decida a invasão em massa. Cinquenta e oito mil homens do I Exército dos Estados Unidos, 75 mil soldados dos exércitos ingleses, incluindo uma divisão canadense, uma francesa, um contingente polonês e outro holandês, desembarcaram nas cinco praias previamente escolhidas, transportada que foram por mais de quatro mil navios e enquanto as Forças Aéreas aliadas faziam milhares de vôos sobre as “cabeças de ponte” nas praias. Os combates foram sangrentos. Milhares de baixas de lado a lado.

Mas, a Força Aérea dos Estados Unidos e a Real Força Aérea da Inglaterra expulsaram os alemães do espaço aéreo, enquanto no mar, os canhões dos couraçados, cruzadores e contratorpedeiros dos Estados Unidos e da Inglaterra demoliam as defesas alemãs.

Este foi o momento decisivo na II Grande Guerra Mundial. Momento decisivo da vitória contra as Forças Nazi-Nipo-Fascistas, por aqueles que encarnavam os ideais humanitários e democráticos.

Hoje, na Normandia, possivelmente à hora que ocupo esta Tribuna, estarão em solenidade que comemora quarenta anos do aniversário deste desembarque, encontrando-se o Presidente François Mitterrand, a Rainha Elizabeth II e o Presidente Ronald Reagan

O registro que faço, Sr. Presidente, de um dos grandes momentos da história da humanidade é para que nos lembremos que a luta pela paz deve ser permanente. Que o homem deve ter consciência de que é indispensável a manutenção da paz no universo. E que a vigilância e a denúncia dos democratas de todo o mundo, contra toda e qualquer ação que ameace a paz é um fundamental dever de todos nós.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Esta Casa, há pouco, foi sacudida por informações as mais díspares de que mais um balão de ensaio teria sido lançado aos ares de Brasília, desta vez pelo nosso amigo e grande Senador José Sarney.

Sr. Presidente, confesso que esse fato não nos surpreendeu, porque estamos numa acelerada para chegarmos à Presidência da República. Todos nós sabemos que hoje, indiscutivelmente, neste País, o candidato que reúne maiores forças para vencer a convenção do PDS e para ganhar no Colégio Eleitoral é, indiscutivelmente, o Sr. Paulo Maluf, graças ao seu trabalho, graças a sua luta, graças a sua disposição de vencer, graças ao seu prestígio dentre os convencionais e dentre os delegados do próximo Colégio Eleitoral.

Então, é apenas um balão de ensaio, é apenas mais uma pedra que se coloca na caminhada já vitoriosa do Sr. Paulo Maluf, porque o nosso amigo Senador José Sarney não teve a mesma idéia brilhante de consultar as bases do Partido, na convenção do PDS de 1983, quando participei do movimento do Partido, da chapa Participação, chapa B. O Senador Sarney organizou a chapa A, e, ao invés de ouvir as bases, S. Ex<sup>a</sup> criou a figura dos notáveis, que não tinham nenhum voto nas bases, dos notáveis que, inclusive, foram as razões principais do fracasso do Partido em muitas regiões deste País. Mas os notáveis ainda estão na chapa do PDS.

É pena, evidentemente, que o Senador José Sarney, naquela ocasião, como Presidente do Partido, com toda a sua experiência, com toda a sua vivência partidária, com todo o seu desejo de vitalizar o partido, não tenha se lembrado, para a convenção de julho de 83, de encontrar esse tipo de solução.

Este é um aspecto do problema, Sr. Presidente. Mas, existe um mérito pelo menos, o Senador José Sarney, num aspecto, é coerente com sua posição. S. Ex<sup>a</sup> está defendendo uma solução, dentro do Partido, e evidentemente esse aspecto é salutar, porque outros amigos, companheiros do PDS, não tendo perspectivas dentro do Partido, procuram implodir o PDS, mas jamais vão conseguir. Todo mundo sabe que o PDS jamais será implodido e que o PDS chegará à convenção sólida e uno, para ganhar essa convenção.

Um outro aspecto para o qual chamo a atenção dos ilustres Congressistas. Pelo que eu saiba, o Senador José

Sarney defende as eleições indiretas, defende a legitimidade do Colégio Eleitoral. Isto é um fato público, notório, a Executiva do PDS tem uma posição firmada no tocante à defesa do Colégio Eleitoral. Eu me lembro de que ainda, quando se votou o plano de ação trienal do Partido, o plano de ação partidária, a Executiva havia preparado, na célebre convenção do PDS, uma proposta que aquela reunião do Diretório Nacional ratificaria, a proposta da Executiva de se manter, de se prestigiar o Colégio Eleitoral. Então, o Senador José Sarney defende, como bom Presidente do PDS, as eleições indiretas e o Colégio Eleitoral. Eu pergunto aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores: se eu, que sou do PDS, Deputado eleito com o prestígio de meus companheiros do PDS, não puder representar esses meus companheiros que votaram em meu nome no Colégio Eleitoral; se eu não puder representá-los, na convenção que apenas vai escolher o candidato do Partido, como é que vou ter o direito de defender e de representar todo o povo brasileiro? E eu sei que muitos irão votar em mim. Se eu não posso, repito, Sr. Presidente, a posição é clara, é cristalina. Há uma incoerência flagrante. Eu lamento que os articuladores da idéia apresentada pelo nobre Senador José Sarney não tenham pensado nisto. Ou se está com o Colégio Eleitoral e se respeita o direito dos convencionais, ou se propõem as eleições diretas. Ou, então, por que não se vota a Emenda Adail Vettorazzo, que manda realizar eleições diretas para todos os cargos, para se começar de novo, vida nova no País. (Muito bem! Palmas.) Para todos os cargos,...

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Nobre Deputado, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já se esgotou.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** — ...inclusive para Deputados e Senadores, para Vereadores, Prefeitos e Governadores em todos os Estados. Então, vota-se. Se o Sr. Senador José Sarney me der o privilégio de ser um defensor da minha subemenda à Emenda do Presidente Figueiredo, estarei nesta tribuna para voltar a aplaudi-lo. Agora, infelizmente, devo dizer que S. Ex<sup>a</sup> está sendo incoerente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Galil.

**O SR. EDUARDO GALIL** (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Surge, hoje, no Congresso Nacional, uma idéia de que o Presidente do nosso Partido, do PDS, convocará as bases do Partido, após uma decisão da Comissão Executiva em convocar o Diretório Nacional, para consultar às bases qual o candidato preferido do nosso Partido para ir à Convenção, e nela, naturalmente, disputar, no Colégio Eleitoral, contra um candidato de outros partidos, o direito de exercer a Presidência da República. É uma idéia genial, é uma idéia que, realmente, se torna mais genial ainda, quando ela é a prova irrefutável de que, no atual processo, no legítimo, no escrito, no legal, o Deputado Paulo Salim Maluf é, sem dúvida alguma, esmagadoramente vitorioso. Nenhuma lei, nenhum casuísmo, venha de onde vier, por iniciativa do Poder Executivo, tal como a emenda que aí tramita, ou que venha à margem do processo legal, como esses golpezinhos de maquiavélicos acadêmicos, que talvez não tenham escrito a própria obra, e que começam a escrever sua história política pelo avesso, serão suficientes para derrotar o Deputado Paulo Salim Maluf. Não por sua pessoa, nem muito menos por sua inteligência ou por seu brilho. S. Ex<sup>a</sup> é aspiração nossa, aspiração da classe política brasileira, de fazermos a transição de um regime autoritário decorrente de um

processo revolucionário, para um poder civil, com a participação efetiva da classe política brasileira.

Enfie, o Sr. José Sarney, no saco sua viola e procure outra freguesia, pois não vai sua idéia germinar no nosso meio, nem vai encontrar a receptividade que S. Ex<sup>a</sup> imagina, pensando que sejamos tão primários para admitir esses golpezinhos baixos, para admitir que, a 90 dias de uma convenção, vamos mudar o processo, para consultar 80 mil pessoas. Por que não consultaram nossas bases, quando nós levamos ao sacrifício de reduzir salário do trabalhador e aprovamos aqui o Decreto-lei 2.065? Por que não consultam nossas bases, para saber se elas estão satisfeitas com os Ministros que aí estão? Por que não consultam nossas bases, para saber se elas estão satisfeitas com a atuação dos líderes, com a atuação dos dirigentes partidários do PDS, com seu silêncio e sua omissão, com a palavra fácil e enganosa junto a nós, quando reclamamos da indiferença do Poder Executivo? E fazem críticas a esse Poder Executivo, na nossa presença e na nossa conversa íntima. Mas acovardam-se diante do Presidente, acovardam-se diante de Ministros, porque não defendem o interesse maior do nosso Partido, muitas vezes defendem o interesse menor, o interesse pessoal de cada um deles.

Sr. Presidente, sou um Deputado que, na minha vida, sempre fui afirmativo. Nunca, aqui desta tribuna ou no voto titubiei, enganei, prometi e não fui. A afirmação tem sido uma tônica da minha vida política. Pois bem, se querem a Emenda do Presidente Figueiredo, emenda constitucional, descubram outros votos, porque não votarei nela, nem com questão fechada nem com questão aberta. Se querem, Presidente, que o Governo continue aqui a ter a sustentação parlamentar que temos lhe dado, que procurem agir com honestidade; se querem, Sr. Presidente, demonstrar amizade ao Presidente Figueiredo, digam-lhe que, em 20 anos de abandono, em 20 anos de ausência,...

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. EDUARDO GALIL** — ...os políticos querem, sem dúvida alguma, participar, efetiva e responsabilmente, dos poderes desta Nação, para serem responsáveis à altura da História do País. (Muito bem.)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

**O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA** (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nenhum político sergipano conseguiu ficar tanto tempo na cena política como Arnaldo Rollemberg Garcez, que, aos 21 anos, em 1934, conquistou o seu primeiro mandato, elegendo-se deputado à Assembléia Constituinte, e aos 70, em 1983, assumia a Prefeitura do seu município, Itaporanga da Ajuda, para o longo mandato de seis anos a encerrar-se em 1º de fevereiro de 1989, ano em que completará 55 janeiro de vida pública, façanha que o singulariza, especialmente porque no decorrer de tanto tempo jamais se viu voz qualquer que fizesse restrições ao seu comportamento de homem sério, probo, voltado para os mais altos e legítimos interesses do seu Estado e da sua gente. A figura de cidadão e de político de Arnaldo Rollemberg Garcez é exemplar, servindo de modelo às novas gerações, por certo inquietas com a pouca credibilidade de muitos homens dedicados à vida pública.

A Assembléia Constituinte de 1934 teve papel significativo para Sergipe, como de resto tiveram as Assembleias dos outros Estados. Pois nela foram eleitos os Governadores, os Senadores e seus suplentes, todos pelo voto indireto, o que conferia, de modo diferente do de agora,

um valor especial ao Poder Legislativo dos Estados. Coube àquela mesma Casa a aprovação da Constituição Estadual, promulgada em 16 de julho de 1935, com a inovação de receber, entre os deputados, os representantes classistas. A Constituinte de 1934, funcionando plenamente de 1935 a 1937 quando o Estado Novo interrompeu a vida política nacional, era repleta de grandes figuras, dentre as quais Gentil Tavares, Carvalho Neto, Leite Neto, Pedro Amado, Niceu Dantas, José Barreto Filho, Quintina Diniz, Luiz Garcia, Epifânio Dória, um dos deputados classistas, José Ribeiro Bonfim, Moacir Barreto Sobral e Arnaldo Rollemberg Garcez.

A presença do jovem político itaporanguense, de boa base eleitoral e excelente relacionamento entre cúpulas partidárias, fez aflorar uma militância política em seu município, mantida, no entanto, foi mais longe, pois fizeira do seu nome o preferencial para substituir ao de José Rollemberg Leite, Governador dos tempos democráticos de 1946. Sua eleição, em 1950, aos 37 anos, coroa uma rápida presença política, abrindo caminho para um Governo surpreendente em seu aspecto social, apoiado no trabalho da Igreja e na força pessoal do Bispo Dom Fernando Gomes dos Santos, e bem assessorado por um grupo de intelectuais de primeira grandeza que deram ao quadriênio de Arnaldo Rollemberg Garcez um brilho especial que, infelizmente, nem todos conhecem ou reconhecem. Depois tiveram os mandatos na Câmara Federal, a posição conselheira que somente alguns conseguem conquistar e exercer, a imagem inquebrantável de seriedade e de austeridade, reforçando a trajetória vitoriosa até a realização do sonho antigo de ser Prefeito de sua própria terra.

Tancredo Neves, 'pessedista como Arnaldo Rollemberg Garcez, foi tudo na vida política, até Primeiro-Ministro, que foi coisa de um regime meteórico, mas jamais abdicou do desejo de governar seu Estado, as Minas Gerais. Assim foi com Arnaldo Garcez, pois depois de ter sido deputado estadual, deputado federal, Governador, e não ter aceito cargo público nos governos, alimentou a vontade de administrar Itaporanga, para onde desde muito antes lançara os olhos, amparando a infância e a maternidade. Aceitou ser candidato, enfrentou divisões familiares, oposições e venceu bem, demonstrando o quanto seu nome conserva de respeitabilidade pública. A sua posse foi uma festa, no meio da festa municipal da padroeira, 2 de fevereiro, deixando antever uma administração voltada para o trabalho de atender ao povo itaporanguense.

Desde que assumiu a Prefeitura de Itaporanga da Ajuda que Arnaldo Rollemberg Garcez trabalha incansavelmente. Nada recebe dos cofres públicos, embora tenha direito a um bom ordenado aprovado pela Câmara Municipal. Não anda no carro oficial da Prefeitura, mas no seu particular, com seu próprio motorista, dando um claro exemplo do zelo com o dinheiro público. Talvez seja dos poucos Prefeitos a não gozar da mordomia do carro oficial, do ordenado e de muito mais que uma Prefeitura oferece. Por tudo isto, pela honestidade, pela seriedade política, pela competência administrativa, pela austeridade, pela credibilidade, é que o nome de Arnaldo Rollemberg Garcez é sempre mencionado com respeito, até mesmo pelos seus antigos adversários da velha UDN. Sua vida de 50 anos completos de atividade política merece registro, destaque e festa, ainda mais porque não deixou de estar emprestando a sua colaboração, servindo ao seu município, sendo útil ao seu Estado e dando exemplo, e o bom exemplo, de como deve agir o homem público, no qual os eleitores e a sociedade depositem confiança e esperança

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aluizio Campos.

**O SR. ALUIZIO CAMPOS** (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Admiro o costume do Deputado Jorge Carone, que sempre fala desta tribuna, lugar naturalmente adequado para suportar o peso de nossa oratória.

Ainda esta semana, na Câmara, procurei chamar a atenção de meus colegas sobre o recado político mais importante da proposta de emenda constitucional, enviada ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República. O recado de sua reeleição no pleno exercício do cargo. Pedi que considerássemos a importância dessa mensagem, porque as divergências verificadas nos setores governamentais davam a impressão de que, na verdade, Sua Excelência nada mais desejava do que cumprir aquela proposição, a de deixar perturbada a escolha do candidato do seu Partido, para assegurar sua própria reeleição ou a prorrogação de seu mandato

Então, apelei para que Sua Excelência determinasse as suas Lideranças e ao relator da Comissão Mista incumbida de apreciar a proposta a eliminação daquela norma inserta na proposição, a fim de não termos mais inserida a reeleição do Presidente da República por um período, sem sequer desincompatibilizar-se do cargo.

Fiquei feliz quando os jornais proclamaram que Sua Excelência havia anunciado não ser candidato e não mais desejar permanecer no cargo um minuto sequer além do prazo constitucional. Mas, hoje, verifico a notícia de que Sua Excelência resolveu mandar ouvir, como acaba de mencionar o Deputado Eduardo Galil, as bases do seu Partido, para auscultar qual a preferência pelo candidato que deva ser apresentado à convenção. É claro que essa audiência, que essa pesquisa eleitoral, nas bases do PDS, deve ser submetida a uma prévia orientação das influências governamentais, não se podendo estranhar que o resultado possa ser da preferência pelo próprio nome de Sua Excelência. Como a Nação já está habituada as suas contramarchas, ouvi o que ele declara hoje: exatamente o contrário do que declarou ontem, procedendo em sentido inverso. É possível que procedam os receios dos malufistas, há pouco manifestados, de que terão mais um concorrente pesado na disputa dessa indicação.

O que cumpre a nós, no Congresso, para a solução da atual crise histórica, é que tenhamos a responsabilidade de encontrar o caminho compatível com os melhores interesses da Nação. É obrigação política consolidarmos a aliança entre as forças oposicionistas e as dissidências do PDS que não desejam marchar para o suicídio eleitoral, como ainda domingo acontecia em Santos, quando o Partido do Governo alcançou o humilhante resultado de nem sequer obter 3% da votação daqueles que elegeram seu prefeito.

Então, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o que devemos fazer aqui, neste Congresso, é unir nossas forças, é apelar para que o Vice-Presidente Aureliano Chaves assumo o comando da dissidência pedessista, lançando um salva-vidas aos seus correligionários que ainda desejam disputar eleições diretas, para alcançar os postos eletivos em próximos pleitos, sobretudo em 1986.

Ainda ontem, pessoalmente, eu apelei a S. Ex<sup>a</sup> para que assim procedesse, a fim de consolidar a relação legítima do Congresso contra o comportamento expúrio dos representantes do povo que correm da eleição direta como o diabo da cruz, que temem enfiar as preferências populares e querem que o País continue mergulhado na insanidade econômica que está atingindo até o Nordeste, num ano de surpreendente bom inverno, onde os agricultores não têm o menor amparo para os preços de seus produtos primários, quando conseguiram obter, milagrosamente, sementes para fazerem uma das maiores safras da nossa Região, estão encontrando hoje os

preços aviltados porque o Governo não dá sequer assistência para proteger sua comercialização.

Peço, Sr. Presidente, que me perdoe por um pequeno excesso de tempo para a conclusão deste pronunciamento, mas quero, mais uma vez, ressaltar que devemos estar mobilizados para aqui reassumirmos a responsabilidade histórica de salvarmos a Nação brasileira através de um comportamento patriótico. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Humberto Souto, por cessão do nobre Deputado Jorge Carone.

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ouvi atentamente o nobre Deputado Eduardo Galil no seu protesto veemente contra a proposição feita pelo Presidente do PDS ao Senhor Presidente da República, para que se procedesse a uma prévia nas bases do PDS, a fim de que o Partido indicasse, na Convenção, o nome que ele achasse melhor para disputar o pleito presidencial.

Não posso entender, Sr. Presidente, como um Deputado possa vir à Casa e à Nação criticar o Presidente do nosso Partido e, indiretamente, o próprio Presidente da República por ter aceito a tese proposta pelo Partido, quando, em nome da unidade do Partido, em busca de consenso maior das nossas bases, propõe, o Partido ouvir os Vereadores, ouvir os Deputados Estaduais, ouvir os Deputados Federais, os Prefeitos eleitos, num momento tão grave como este que a Nação atravessa, para que possa ajudar, ao Diretório Nacional, na busca de uma solução melhor para o nosso Partido.

Compreendo, perefeitamente, que qualquer um de nós fique contra qualquer tese, mas não posso entender que, como membro do Partido, eu possa ser contra à busca de uma informação maior de nossas próprias bases, para que elas nos ajudem a escolher a melhor solução para o Brasil, no momento que atravessa.

Não posso definitivamente entender como se possa, antes de examinar, sequer, a fórmula que foi proposta, se possa vir à tribuna da Casa denunciar à Nação, como se fora isso uma manobra contra qualquer candidato.

Sabem todos e sabemos nós que quando se busca, no leito legítimo da representação popular, que é o Vereador, que é o Prefeito, que é o Deputado Estadual, uma orientação segura para aquilo que se poderá ou de deverá decidir, não se está em momento algum capitulando nem abdicando dos direitos que se tem de decidir. O que se está sim, é buscando o auxílio e a legitimidade daqueles que, realmente, representam o Partido, que são os Vereadores, que são os Prefeitos, que são os Deputados Estaduais.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, como poderemos aceitar críticas assacadas sem nenhum fundamento, sem nenhuma conceituação, àquilo que realmente deva representar àquilo que deva nortear o Partido na busca da melhor escolha para o País.

Não concordo com uma só palavra, e quero, na noite de hoje, trazer meu aplauso ao Presidente do Partido, Senador José Sarney, pela felicidade que teve em sugerir ao Presidente da República, e parabenizar o Senhor Presidente da República por ter aceito a tese proposta pelo Presidente do Partido, para que busque a unidade do Partido, através da consulta prévia, àqueles que, realmente, têm a legitimidade de representar o Partido nas bases, ou seja, os Vereadores, os Deputados Estaduais e os Deputados Federais.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas. Fazendo soar a campanha.) — O tempo de V. Ex<sup>a</sup> já se esgotou.

**O SR. HUMBERTO SOUTO** — Estou terminando, Sr. Presidente.

Entendo, sim, como má fé daqueles que querem impedir de buscar, na legitimidade das bases, uma orientação segura para o Partido, propiciando e incentivando a divisão, aprofundando a divisão ainda mais do nosso Partido, tão debilitado no momento atual.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

**O SR. OSVALDO NASCIMENTO** (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e nobres Congressistas:

Esta tarde é uma tarde histórica para o Brasil, porque nesta Casa, no dia 25 de abril próximo passado, foi derrotada a Emenda Dante de Oliveira, a Emenda “Diretas já”. E o Senhor Presidente de República, talvez, vivendo naquela torre de babel em que se constitui seu Governo, buscou o Presidente do seu Partido, Senador José Sarney, para tentar contemporizar a implosão do PDS.

E esta tarde, Sr. Presidente e nobres Congressistas, é histórica porque, pela contradição, é afirmada e consagrada a eleição “Direta já”, não nas bases eleitorais da Nação, como o povo quer, como as comunidades querem, mas simplesmente nas bases limitadas de um partido que está totalmente esfacelado na Casa do povo, exatamente pelas contradições de seu Governo e pelos desmandos desse Governo que não apóia seu Partido.

Tem razão, portanto, a Oposição, quando pleiteia eleição “Direta já”. E o Presidente José Sarney, levando a discussão para as bases maiores do Partido, automaticamente rasgou a Constituição, e liquidou, implodiu o Colégio Eleitoral. Basicamente essa decisão, frontalmente contrária ao Colégio Eleitoral, vem ratificar e reforçar as teses da Oposição. O pior, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que serão movimentadas, nessa prévia eleitoral do PDS dividido, aproximadamente 80 mil pessoas; e os cofres da Nação possivelmente estejam à disposição dos pretensos presidenciais, para comprarem o voto, como temos notícia por aí afóra.

Queremos chamar a atenção dos ilustres Srs. Congressistas, principalmente aqueles que votaram na Emenda Dante de Oliveira e eleições “Diretas já”: os Senhores é que estão acertados. Votaram com o povo. A **enquête**, o levantamento, a pesquisa tem de ser feita em base do voto popular, na boca da urna. Essa é a proposta mais decente, mais vertical, mais enxuta. E a Oposição está com ela.

Agora, por derradeiro, o Presidente do PDS, nas entrelinhas, vem aceitar a proposta da Oposição, buscando ampliar o horizonte da consulta, não mais para o Colégio Eleitoral, ou dos integrantes do Colégio Eleitoral, que são as partes legítimas do Colégio Eleitoral, mas aos vereadores, aos deputados, aos governadores, aos prefeitos, às bases partidárias.

Então, Sr. Presidente, é exatamente a tese da Oposição, só que o Sr. Presidente do PDS deveria, ao invés de fazer consulta dentro do PDS, fazer a consulta a nível nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao Deputado Heráclito Fortes. (Pausa.)

V. Ex<sup>a</sup> desiste da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Prisco Viana.

**O SR. PRISCO VIANA** (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Neste instante em que vive o nosso País, de uma coisa não podemos nos queixar: está solta, sem dúvida, a imaginação criadora no meio político. Estamos hoje diante de mais uma idéia que surge, e, agora, desta vez no seio do meu Partido.

Queria fazer uma rápida análise, sem emoção, sem envolver julgamento de pessoas, a respeito dessa idéia, baseado um pouco na minha experiência da vida partidária.

A idéia de uma eleição prévia, em si, não é má, porque ela envolve, sem dúvida, um comportamento de natureza democrática. Entretanto, feita agora, nesse instante, ela me parece, em primeiro lugar, inoportuna, em face da evolução que já alcançou o processo eleitoral dentro do nosso Partido, o PDS, onde as posições já estão bem fixadas em relação às candidaturas que se apresentaram dentro do Partido, e, é bom que se diga, surgiram com naturalidade, a partir das bases, com legitimidade portanto. Essa seria a minha primeira objeção à idéia. Entendo, Sr. Presidente, que, do ponto de vista político, ela pode ser um elemento de conturbação, uma contribuição ao tumulto do processo eleitoral dentro do nosso Partido. Enganam-se os que imaginam que, por essa via, vão alcançar o ideal da unidade partidária. É preciso que tenhamos presente que a unidade partidária se constrói em função do resultado da Convenção, que é um fato normal e corriqueiro na vida dos Partidos.

Agora, quero analisar do ponto de vista da lei. A lei não prevê, não manda, não obriga a realização de eleição prévia; essa idéia não tem, portanto, amparo legal. E do ponto de vista prático, é uma iniciativa totalmente inócua — perdoem-me seus inspiradores — porque a eleição prévia para ter resultado prático, para produzir efeitos políticos, deve ser precedida de um entendimento entre os interessados. E quando digo que pode ser uma iniciativa inócua é porque, não estando prevista na lei, a prévia não obrigará ninguém a cumprir seu resultado. E não havendo acordo prévio, eu pergunto: quem vai se julgar obrigado a cumprir o resultado de uma pesquisa dessa natureza?

Este, Sr. Presidente, o pequeno comentário que gostaria de fazer, reiterando aqui minha esperança de que o Partido busque outros meios de consolidar sua unidade, porque entendo também que da decisão, que se está querendo tomar no Partido, de fazer essa eleição prévia, implicitamente está expresso um voto de desconfiança na representatividade dos membros convencionais. O que é o convencional? O convencional é o Deputado, é o Senador e é o delegado do Diretório Regional, este, por sua vez, eleito pela convenção municipal, e esta, por sua vez, constituída pelo voto direto do eleitor filiado ao Partido.

Portanto, não encontro nenhuma razão de ordem legal, nenhuma razão de ordem política e nem oportunidade para se fazer essa eleição prévia.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra, na qualidade de Líder, à nobre Deputada Irma Passoni.

**A SRA. IRMA PASSONI** (PT — SP. Como líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da autora.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Quero registrar hoje aqui a nota do Comando Nacional de Greve dos Docentes do Ensino Superior:

ANDES — ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR

**Nota do Comando Nacional de Greve**

O Comando Nacional de Greve — CNG, tomou conhecimento ontem, através da imprensa e, por-

tanto, em caráter oficioso, da matéria nº 978, contida nas Notícias MEC de 5 de junho de 1984. Trata-se da Exposição de Motivos nº 71, assinada pela Ministra da Educação, e do anteprojeto de lei que fixa diretrizes para o progressivo equilíbrio salarial entre as instituições de ensino superior e dá outras providências. Mesmo sem considerá-la como resposta que a Ministra se comprometeu ao entregar durante a audiência com os docentes, o Comando analisou o documento, chegando às seguintes conclusões preliminares:

1) Os professores das IES (instituições de ensino superior) federais autárquicas em greve nacional continuam aguardando respostas concretas às reivindicações apresentadas há mais de seis meses ao Ministério da Educação e Cultura.

2) A minuta provisória, divulgada pelo MEC, é inaceitável como base para o atendimento das nossas reivindicações, cuja justeza reafirmamos e o próprio MEC reconhece.

3) O MEC está menosprezando a seriedade e a firmeza de convicções que caracterizam a luta dos professores.

4) O MEC está tentando utilizar o Congresso Nacional para legitimar um instrumento injusto e socialmente inaceitável, que confere ao Executivo o poder real de decisão. Tal poder será usado para arrochar os salários dos docentes e servidores das universidades fundacionais, sem atender às reivindicações salariais dos docentes e servidores das IES autárquicas que estão motivando a greve.

5) O MEC, um ministério da área social, alinha-se condicionalmente à política salarial de arrojo que empobrece os trabalhadores e determina a recessão de toda a economia. Essa política é tão ruim que os órgãos do próprio Governo recusam-se a cumprí-la para impedir o esvaziamento dos seus quadros funcionais. Ao MEC, aparentemente, não interessa impedir a perda dos melhores recursos humanos e a inviabilização financeira da universidade.

6) Chega a ser quase inacreditável que o MEC, após mais de seis meses de trabalho, proponha uma solução tão mediocre e mesquinha. Ou seja, a frieza administrativa e a impotência política do MEC somam-se aos desígnios dos piores inimigos da universidade pública, na tentativa impatriótica de inviabilizá-la pela destruição lenta e progressiva, abrindo caminho para a privatização e o ensino pago.

7) O anteprojeto do Executivo adota, como linha política, a redução dos investimentos na educação. O Legislativo que, há pouco, aprovou emenda constitucional que aumenta as verbas para a manutenção e desenvolvimento do ensino, não pode concordar com tal política. Isso mostra a diferença dos compromissos entre a minoria sem voto que ocupa o Executivo e o Poder Legislativo eleito pelo voto direto da população.

8) A Ministra reconheceu que as reivindicações salariais dos servidores das universidades são justas, mas alegou que o Governo se recusa a atendê-las, pois teria de fazê-lo para todos os funcionários públicos. Denunciamos que os servidores públicos federais constituem hoje a categoria mais aviltada pelo arrocho salarial impiedoso a que está submetida por ter sido excluída da lei de reajuste semestral e não poder se sindicalizar.

9) A Ministra da Educação ignorou a reivindicação de verbas para o pleno funcionamento das nossas universidades, as quais correm o risco de paralisarem suas atividades essenciais.

10) Finalmente, pedimos à sociedade brasileira que mantenha e amplie seu apoio à nossa luta por

salários dignos e pela manutenção da universidade pública e gratuita, gravemente ameaçada pela insensibilidade e intransigência do Governo.

Brasília, 6 de junho de 1984. — **Comando Nacional de Greve.**

Hoje, na Comissão de Educação, o Deputado Rômulo Galvão se comprometeu a ir à Ministra para encaminhar uma proposta de vinda da mesma àquela Comissão, para que se estude a gravidade desse problema e, de uma vez por todas, se desvendem os problemas reais que estão tendo os aumentos salariais dos docentes das universidades, dos médicos-residentes e dos servidores públicos federais, porque não é mais possível que uma Ministra não assuma as decisões e transforme sua proposta naquele anteprojeto — que tenho em mãos, mas que ainda não é oficial — que recebeu, ontem, do Senhor Presidente da República, a seguinte frase: “Determino ao MEC e à SEPALN que, no prazo de 48 horas, ofereça uma minuta definitiva do projeto de lei a respectiva mensagem e a submeta e esta Presidência”.

Ocorre, Sr. Presidente, que não é possível que a Ministra e o Presidente da República ainda encontrem a solução numa mensagem de projeto de lei, quando esta questão tem de ser imediatamente resolvida por decreto, cumprindo a emenda constitucional aqui aprovada, em novembro, que pode imediatamente deliberar mais verbas e resolver esse problema.

Este anteprojeto e projeto que virão a esta Casa é para mais uma enrolação, visando esvaziar a greve, a fim de que todos os alunos — mais de 500 mil — perciam o semestre e o ano. Isto é uma irresponsabilidade. Nós ponderemos e ontem mesmo, nesta Casa, o Deputado Nilson Gibson encaminhou o pedido ao Líder Nelson Marchezan, solicitando também que sejam tomadas medidas urgentes para que esse problema seja solucionado imediatamente. Se o PTB, o PDS, o PDT, o PMDB e o PT, todos os Partidos nesta Casa, solicitaram urgência na questão, não é possível que agora se transfira para outro projeto de lei. E depois da tramitação, no mínimo, no mínimo, mais um semestre. Isto é insustentável! É um absurdo, é uma irresponsabilidade do Ministério da Educação e Cultura!

Assim, apelamos, mais uma vez, para que imediatamente se resolva essa questão gravíssima das universidades, dos médicos-residentes e dos servidores públicos federais. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra, na qualidade de Líder, ao nobre Deputado Tidei de Lima.

**O SR. TIDEI DE LIMA** (PMDB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Esta Casa do Congresso Nacional, ainda há poucos minutos, ouviu uma série de pronunciamentos de Deputados do PDS, contrários a uma deliberação que o próprio PDS tomou através do seu Presidente, de consultar suas bases no sentido de aferir a vontade das mesmas com relação ao candidato à Presidência da República.

Vimos uma preocupação muito grande desses Deputados em dizer que essa medida, que essa aferição é alguma coisa no sentido de mudar as regras do jogo, de pelo menos bombardear uma das candidaturas do PDS.

Sr. Presidente, coincidentemente, esses Deputados todos são conhecidos como Deputados malufistas nesta Casa. Certamente, traz-nos à memória tudo aquilo que têm dito os Partidos de Oposição, e particularmente o PMDB, com relação à figura do Sr. Paulo Salim Maluf. Tenho certeza de que o Presidente da República, junto com o Presidente do PDS, preocupados e sabedores da forma como trabalha o Sr. Paulo Salim Maluf em colégios fechados. Exemplos disso temos aos montões a nível

do Estado de São Paulo, a nível de Brasília, principalmente naquela famosa convenção da ARENA ainda, quando o PDS tinha o nome de ARENA, em 1978, se não me engano no dia 4 de junho de 78, na Assembléia Legislativa de São Paulo, quando o Sr. Paulo Salim Maluf bateu o Sr. Laudo Natel, após uma convenção, onde correram milhares e milhares de cruzeiros, dentro de um colégio restrito e fechado, quando cerca de 600 pessoas acabaram elegendo o Governador de São Paulo. Por isso, São Paulo, durante quatro anos, pagou um preço altíssimo, caríssimo, por um desgoverno provocado pela atuação do Sr. Paulo Salim Maluf. E paga, até hoje, o Governo do Estado de São Paulo, esse desgoverno que o Sr. Paulo Salim Maluf realizou a nível de São Paulo, comprometendo as finanças, a moral e a autonomia do Estado. É essa a grande plataforma que o Sr. Paulo Salim Maluf apresenta para poder aspirar à Presidência da República. Tenho a impressão de que com base nisso, com base nessa prática de atuação em certos feudos e também com o resultado da eleição de Santos, onde tivemos a demonstração do que representa o PDS, do qual o Sr. Paulo Salim Maluf é o “grande líder” no Estado de São Paulo. Em Santos, o Partido do Governo não teve sequer 3% dos votos, perdeu para os votos brancos, perdeu para os votos nulos, perdeu para a abstenção, foi realmente o último colocado do quadro de votação nas eleições de Santos.

Então, somando essas duas coisas e preocupado com a atuação do Sr. Paulo Salim Maluf, que vai a galope sobre os convencionais do PDS, que vai a galope e com as malas cheias sobre os convencionais do PDS, eu tenho certeza, e me parece de bom alvitre, apesar de não querer a Liderança do PMDB imiscuir-se em problemas atinentes ao PDS, mas certamente nos parece, como partícipes que somos deste conglomerado político que são os Partidos Políticos, certamente nos parece uma medida até de bom alvitre, uma medida preventiva. Lembro-me, ainda, de que o PMDB também usou dessa prática. O PMDB tem feito prévias e nos parece uma prática democrática. Repentinamente, o PDS começa a querer se transformar num partido democrático e isto deve ser saudado por nós da Oposição como uma tentativa de o PDS se transformar num partido verdadeiro e não num partido apenas de cúpula. É preciso que os Partidos ouçam as bases, é preciso que os Partidos consultem as bases para que as lideranças, as cúpulas errem menos — esta é a grande verdade — e aqueles que têm medo das bases, aqueles que têm medo da voz e do eco do povo, certamente não servem para administrar, não servem para cargo público nenhum. O cidadão tem de estar sintonizado com os interesses e os anseios das bases, daqueles que os elegeram e não com os anseios e os interesses de grupos. Nesta tarde, vimos que existe um grupo de Deputados dentro do PDS que está extremamente comprometidos com o Sr. Paulo Salim Maluf e, certamente, prefere ouvir a voz do dono do que ouvir a voz do povo.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O Sr. Jorge Arbage** — Sr. presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage, que falará na qualidade de Líder do PDS.

**O SR. JORGE ARBAGE** (PDS — PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Suponho que as críticas à idéia atribuída ao Presidente do PDS, Senador José Sarney, tenham certo caráter de precipitação.

Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que não conheço a proposta hoje tão dissecada, na tribuna do Congresso Nacional, por eminentes Parlamentares do Governo e das Oposições.

O PDS, Sr. Presidente, tem sofrido críticas as mais contundentes por ser considerado, no entendimento de eminentes Parlamentares do próprio Partido, e das Oposições, uma organização imobilista. Ainda não faz muito tempo, um eminente Parlamentar do meu Partido teceu críticas acerbas à atuação do Presidente José Sarney, e não poupou sequer o próprio Líder na Câmara dos Deputados, o ilustre Deputado Nelson Marchezan.

Ora, Sr. Presidente, o PDS decide fazer o que eu chamaria de plebiscito partidário, isto é, o Partido decide assumir a iniciativa de ouvir todas as suas bases do País, porque estas bases, Sr. Presidente, são os alicerces sobre os quais se edificam as estruturas partidárias nos âmbitos municipais, estaduais e nacional. Ora, o Partido tem a sigla de democrático social, quer exercer na sua maior plenitude o espírito democrático, que se consubstancia na forma legítima de consultar suas bases onde quer que elas se situem no Território Nacional.

Não creio, Sr. Presidente, nem por suposição, que o eminente Senador José Sarney tivesse o propósito de armar um truque político para atingir essa ou aquela candidatura. Não creio, também, que o Presidente João Figueiredo, descesse a esse extremo. A preocupação, que não é apenas do Presidente da República e do Presidente do Partido, mas de todos nós, os representantes políticos das duas Casas do Congresso Nacional, é procurar todas as fórmulas possíveis e imagináveis de unificar este Partido, de sorte que ele possa chegar até à convenção partidária, escolher seu candidato e, no itinerário de 5 de setembro a 15 de janeiro, permanecer uno, firme e coeso para referendar, no Colégio Eleitoral, aquele que realmente sucederá, na curul presidencial, o presidente João Figueiredo.

Nossa preocupação, Sr. Presidente, é exatamente de buscar, onde necessário seja, a fórmula capaz de aglutinar o PDS e fazê-lo um partido sólido e capaz de decidir o resultado da eleição de 15 de janeiro de 1985.

Portanto, Sr. Presidente, não se justificam as críticas precipitadas feitas, à noite de hoje, na tribuna do Congresso Nacional. O que se quer é, precisamente, dar a este Partido, que tem responsabilidades e compromissos com o povo e com a Nação, sua real autenticidade.

O que se pretende, Sr. Presidente, é cumprir a missão revolucionária desses vinte anos, sob o comando unitário do Presidente da República, missão que só será possível se, realmente, o Presidente, valendo-se de todos as fórmulas, evidentemente legais e democráticas, possa colocar o PDS na linha da unidade e partir desta linha de unidade para a consagração do candidato que será escolhido na Convocação e, posteriormente, referendado pelo Colégio Eleitoral.

Este é o propósito, Sr. Presidente, do Senador José Sarney, este é o propósito do Presidente João Figueiredo e não temos por que censurá-los, no momento em que o nosso Partido assume, perante a Nação, o compromisso mais solene de sua história que é, exatamente, o de garantir a eleição, de acordo com o estabelecido na Constituição da República, daquele que sucederá o Presidente João Figueiredo.

Ficam, portanto, Sr. Presidente, registrados estes esclarecimentos, para que não de deturpem os verdadeiros objetivos de uma idéia salutar e democrática e para que amanhã não se acusem este Partido de imobilista, para que não se diga que este Partido não saiu na busca de fórmulas que possam, realmente, corresponder e responder aos autênticos, legítimos e verdadeiros anseios do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 1976 (nº 1/79, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais, tendo

RELATÓRIO, sob nº 10, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

A matéria vetada exige **quorum** de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse número, deixa de ser procedida a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência

convoca sessão conjunta a realizar-se hoje às 20 horas e 15 minutos, neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 7, 26 e 27, de 1984 — CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.075, 2.076 e 2.077, de 1983 (3ª sessão).

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 12 minutos.*)

## Ata da 142ª Sessão Conjunta, em 6 de junho de 1984

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 20 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

#### Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

#### Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

#### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

#### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Sebastião Curio — PDS.

#### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edisson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

#### Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

#### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

#### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

#### Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfara — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

#### Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes —

PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

#### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

#### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

#### Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

#### Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

#### Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Fa-

ria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Cane-do — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

#### São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

#### Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

#### Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimaraes — PMDB.

#### Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequet — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 321 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1984-CN, referente aos Decretos-leis nºs 2.087, de 1983, e 2.113, de 1984.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº

2.075, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos casos de fusões e incorporações, e dá outras providências.

**O Sr. Tidei de Lima** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tidei de Lima, pela ordem.

**O SR. TIDEI DE LIMA** — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da presente sessão.

**SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — É regimental o requerimento de V. Exª, efetivamente, não existe 1/6 dos Srs. Senadores nem 1/6 dos Srs. Deputados em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 20 minutos.)*

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO BASTOS NA SESSÃO DE 4-6-1984 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. JOÃO BASTOS** (PMDB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Temos o prazer de receber aqui no Congresso Nacional, hoje, a visita de dois representantes dos médicos residentes de todo o Brasil: Nasser Allam, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes, e Luiz Henrique Wizimewsky, 2º-Secretário da Associação Gaúcha de Médicos Residentes, ambos componentes do comando nacional de greve dos médicos residentes, que nos entregaram o Boletim nº 4, da Associação Nacional de Médicos Residentes. Esse boletim faz referência à luta dos mesmos por melhores salários e por melhores condições de trabalho.

O PMDB sempre foi um partido aberto para acolher as lutas sociais justas, e eis aqui uma luta justa. Em acolhendo essa pregação da Associação Nacional de Médicos Residentes, o PMDB, dentro de seu horário, nesta sessão do Congresso, abre espaço para que a Casa tome conhecimento deste já referido Boletim nº 4, da Associação Nacional dos Médicos Residentes, documento que passo a ler:

**MÉDICOS RESIDENTES DE TODO O BRASIL VÃO À LUTA POR MELHORES SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

**BOLETIM Nº 4 DA ANMR**

“Nosso salário, que corresponde ao salário inicial de médicos do DASP, de 20 horas, segundo a Lei nº 6.932/81, tem sido aviltado de forma progressiva e desrespeitosa. Quando da conquista da nossa lei de 1981, seu valor correspondia a 4 salários mínimos, e hoje, maio de 84, recebemos 2 salários mínimos.

Suportamos cargas horárias de trabalho que, em alguns locais, chegam a ultrapassar as 60 horas semanais (o máximo permitido pela nossa lei). Somos hoje a linha de frente do atendimento médico nos hospitais, por isso recaí sobre nós, de forma acentuada, o peso das péssimas condições de trabalho. Faltam hoje, na maioria dos locais de trabalho, material terapêutico e diagnóstico, indispensáveis para

o mínimo atendimento à população: isso implica uma péssima qualidade do atendimento e prejudica, em muito, nosso aperfeiçoamento profissional, por sinal um dos objetivos da Residência Médica."

E prossegue o documento do já referido Boletim nº 4:

"Esse quadro é reflexo direto da aplicação, na área de saúde e educação, da política recessiva colocada em prática pelo Governo Federal, submetido aos ditames do FMI. Temos claro que as verbas que nos são negadas, para melhores salários e melhores condições de saúde para a população, são as mesmas que são entregues como pagamento da dívida externa ou vão para as contas não tão secretas da Suíça. Um exemplo gritante da exploração dos banqueiros internacionais é que, numa simples caneta, aumentaram a nossa dívida externa em 300 (trezentos) milhões de dólares (aumento dos juros)."

Isso num só dia, acrescento eu.

"Hoje, os desatinos da política salarial do Governo fazem com que nem mesmo o irrisório piso salarial vigente (3 salários mínimos) nos seja pago.

Não aceitamos os baixos salários que nos são impostos! Não aceitamos a situação de indefinição, por parte do Governo, sobre o nosso próximo reajuste agora em julho.

Temos claro as nossas reivindicações:

- 1 — Reajuste de 100% do INPC em julho
- 2 — Reposição imediata de 64,8%, retroativo a janeiro/84
- 3 — Reajuste semestral
- 4 — Piso salarial de 6 salários mínimos

Prossegue o documento:

"O Conselho de Representantes da ANMR, reunido nos dias 19 e 20-5-84, analisando o quadro aqui colocado, avaliou a necessidade de desenvolver uma luta imediata e concreta para revertê-lo. Diante da nossa vinculação ao funcionalismo público federal, da greve já em andamento dos professores e funcionários das universidades federais, diante da participação dos médicos residentes no movimento grevista nos hospitais universidades, diante da identidade das reivindicações desses setores com as dos médicos residentes não só no que se toca ao salário, mas, também, no que diz respeito à luta por mais verbas para a saúde e a educação, o Conselho de Representantes da Associação Nacional de Médicos Residentes delibera:

— Indicativo de greve nacional dos médicos residentes a ser deflagrada imediatamente;

— Participação efetiva e organizada da categoria, no dia 30-5-84, Dia Nacional de Luta do Servidor Público Federal, data na qual serão entregues os abaixo-assinados dos médicos residentes às instituições federais, tais como MEC, DASP e INAMPS."

Naturalmente, esse segundo tópico faz referência a um fato já transcorrido.

O Conselho de Representantes da Associação Nacional dos Médicos Residentes deliberou ainda:

— Integração da ANMR ao comando de greve da ANDES (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior);

— Integração ao comando de greve da FA-SUBRA (Federação das Associações dos Servidores das Universidades do Brasil), em Brasília."

Termina o documento com os seguintes chamamentos, com as seguintes exortações:

"Pelo fim do arrocho salarial!  
Por melhores condições de trabalho!  
Todos à greve, rumo à vitória!"

Acrescentamos nós: a Associação Nacional dos Médicos Residentes está de parabéns porque, através dela, os médicos residentes estão organizados, e sociedade que não se organiza é sociedade que não caminha para lugar algum.

Os médicos residentes, assim organizados, caminham, naturalmente, em direção à conquista de suas justas aspirações.

A par disso, neste instante de abertura política, sobejamente demonstram, a toda a Nação, que são uma classe que se firma e que, através de sua ação, colaboram, de maneira concreta, para o alargamento desta abertura. Somente através da vivência política, somente através das lutas sociais conseguiremos alcançar aquele patamar democrático com que sonha todo o povo brasileiro, já faz 20 anos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

## ATAS DE COMISSÕES

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 40, de 1984-CN, pela qual o Senhor Presidente a República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1981 (nº 690/79, na Câmara dos Deputados), que "dá nova redação ao "caput" do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho e determina outras providências".**

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),  
REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 1984

Aos dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e dez minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Raimundo Parente, Almir Pinto, José Fragelli e Deputados Nilson Gibson e Francisco Amaral, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 40, de 1984-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1981 (nº 609/79, na Câmara dos Deputados), que "dá nova redação ao "caput" do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho e determina outras providências".

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Deputado Prisco Vianna

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Pinto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Deputado Francisco Amaral para funcionar como escrutinador

Procedida a eleição, verifica-se os seguintes resultados:

**Para Presidente:**

Senador José Fragelli ..... 4 votos  
Em branco ..... 1 voto

**Para Vice-Presidente:**

Senador Almir Pinto ..... 4 votos  
Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores José Fragelli e Almir Pinto.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador José Fragelli agradece, em nome do Senhor Senador Almir Pinto e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Nilson Gibson para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assitente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 41, de 1984-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, na íntegra, o Projeto de Lei do Senado Federal nº 278, de 1976 (nº 1/79, na Câmara dos Deputados), que "acrescenta dispositivos à Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais".**

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),  
REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 1984

Aos dois dias de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Passos Pôrto, José Fragelli e Deputado Carlos Santana, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 41, de 1984-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, na íntegra, o Projeto de Lei do Senado nº 278, de 1976 (nº 1/79, na Câmara dos Deputados), que "acrescenta dispositivos à Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os Direitos Autorais".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Joacyl Pereira e Rita Furtado.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador João Calmon, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador João Calmon convida o Senhor Senador José Fragelli para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado Carlos Santana ..... 3 votos  
Em branco ..... 1 voto

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Joacyl Pereira ..... 3 votos  
Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Carlos Santana e Joacyl Pereira.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Carlos Santana agradece, em nome do Deputado Joacyl Pereira e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Passos Pôrto para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assitente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

## COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 42, de 1984-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1983 (nº 3.862/80, na origem), que "acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia, relativamente aos servidores que não foram condenados pelo Poder Judiciário".**

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),  
REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 1984

Aos oito dias do mês de maio do ano de mil, novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Hélio Gueiros e Deputados Djalma Bessa, Armando Pinheiro e João Gilberto, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 42, de 1984 — CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1983 (nº 3.862/80, na origem), que "acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia, relativamente aos servidores que não foram condenados pelo Poder Judiciário".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Amaral Peixoto e Martins Filho.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Deputado João Gilberto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Deputado João Gilberto convida o Senhor Deputado Armando Pinheiro para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para presidente:**

Senador Hélio Gueiros ..... 3 votos  
Em branco ..... 1 voto

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Armando Pinheiro ..... 3 votos  
Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senador Hélio Gueiros e Deputado Armando Pinheiro.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Hélio Gueiros agradece, em nome do Senhor Deputado Armando Pinheiro e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Djalma Bessa para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

## COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre as Mensagens nºs 48 e 49, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-leis nºs 2.099, de 28 de dezembro de 1983, que "estabelece contenção de despesas orçamentárias para o exercício de 1984 e dá outras providências", e 2.109, de 20 de março de 1984, que "revoga o Decreto-Lei nº 2.099, de 28 de dezembro de 1983".**

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),  
REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1984

Aos quinze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas, na Sala da

Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Virgílio Távora, José Lins, João Lobo, Lourival Baptista, Mauro Borges, Alberto Silva, Alfredo Campos, José Ignácio Ferreira e Deputados Nilson Gibson, Milton Figueiredo, Nyder Barbosa, Sérgio Moreira, Ciro Nogueira e Sebastião Nery, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre as Mensagens nºs 48 e 49, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-leis nºs 2.099, de 28 de dezembro de 1983, que "estabelece contenção de despesas orçamentárias para o exercício de 1984, e dá outras providências", e 2.109, de 20 de março de 1984 que "revoga o Decreto-lei nº 2.099, de 28 de dezembro de 1983".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Marcondes Gadelha, Eunice Michiles e Deputados Antonio Gomes, João Alves, Mauro Sampaio, Milton Brandão e Amadeu Geara. De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Lourival Baptista, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Lourival Baptista convida o Senhor Deputado Sebastião Nery para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Senador Alfredo Campos ..... 12 votos  
Senador José Ignácio Ferreira ..... 2 votos

**Para Vice-Presidente:**

Senador Virgílio Távora ..... 12 votos  
Senador João Lobo ..... 2 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Alfredo Campos e Virgílio Távora.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Alfredo Campos agradece, em nome do Senhor Senador Virgílio Távora e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Nilson Gibson para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

## COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 05, de 1983-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 543.500.000,00 (quinhentos e quarenta e três milhões, e quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica".**

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),  
REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1984

Aos quinze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Passos Pôrto, Lourival Baptista, Almir Pinto, Jutahy Magalhães, José Fragelli, Cid Sampaio, Hélio Gueiros e Deputados Oly Fachine, Salvador Julianelli, Celso Pençanha, Hermes Zaneti e Arildo Teles, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 05, de 1983-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até Cr\$ 543.500.000,00 (quinhentos e quarenta e três milhões, e quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Albano Franco, Octávio Cardoso, Carlos Chiarelli, Severo Gomes e Deputados Rita Furtaido, Albério Cordero, Jackson Barreto, Jorge Uequed, Myrthes Bevilacqua e Paulo Marques.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Almir Pinto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Senhor Deputado Celso Peçanha para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Senador José Fragelli ..... 10 votos  
Em branco ..... 02 votos

**Para Vice-Presidente**

Senador Passos Pôrto ..... 10 votos  
Em branco ..... 02 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores José Fragelli e Passos Pôrto.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador José Fragelli agradece, em nome do Senhor Senador Passos Pôrto e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Salvador Julianelli para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

## COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1984, que "acrescenta parágrafos ao Art. 45 da Constituição Federal".**

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),  
REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1984

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Octávio Cardoso, João Lobo, Gabriel Hermes, Jorge Kalume, José Fragelli, Saldanha Derzi, Mauro Borges, Enéas Faria e Deputados Joacyl Pereira, Ronaldo Canedo, Samir Achôa, Cássio Gonçalves, Darcy Passos e Raimundo Leite, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudos e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1984, que "acrescenta parágrafos ao art. 45 da Constituição Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Marcondes Gadelha, João Lúcio e Deputados Lázaro Carvalho, José Mendonça Bezerra, Brabo de Carvalho e Floriceno Paixão.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Aderbal Jurema, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Aderbal Jurema convida o Senhor Deputado Darcy Passos para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado Samir Achôa ..... 15 votos  
Em branco ..... 01 voto

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Osvaldo Melo ..... 15 votos  
Em branco ..... 01voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Samir Achôa e Osvaldo Melo.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Samir Achôa agradece, em nome do Deputado Osvaldo Melo e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Octávio Cardoso para relatar a proposta.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

**COMISSÃO MISTA**

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 52, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.102, de 28 de dezembro de 1983, que "altera disposições do Decreto-lei nº 651, de 26 de agosto de 1983".**

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),  
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1984

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e quarenta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Passos Pôrto, Jutahy Magalhães, Jorge Kalume, Lourival Baptista, Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes, Mário Maia, Fábio Lucena e Deputados Antonio Florêncio, Celso Barros, Horácio Matos, Denisar Arneiro, Paulo Mincaroni e José Frejat, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 52, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.102, de 28 de dezembro de 1983, que "altera disposições do Decreto-lei nº 651, de 26 de agosto de 1983".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Gabriel Hermes, João Lúcio, João Calmon e Deputados Antonio Gomes, Nilson Gibson, Renato Loures Bueno, Borges da Silveira e Doreto Campanari.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Passos Pôrto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Passos Pôrto convida o Senhor Deputado Paulo Mincaroni para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado Doreto Campanari ..... 14 votos

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Celso Barros ..... 13 votos

Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Doreto Campanari e Celso Barros.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Celso Barros, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, agradece, em nome do Senhor Deputado Doreto Campanari e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Gabriel Hermes para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão,

a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**COMISSÃO MISTA**

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 50, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.100, de 28 de dezembro de 1983, que "altera o art. 9º do Decreto-lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, e dá outras providências".**

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),  
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1984

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Lins, Virgílio Távora, João Lúcio, Almir Pinto, João Lobo, Lourival Baptista, Claudionor Roriz, José Fragelli, Gastão Müller e Deputados Eurico Ribeiro, Maçao Tadano, Domingos Leonelli e Aurélio Peres, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 50, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.100, de 28 de dezembro de 1983, que "altera o art. 9º do Decreto-lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Hélio Gueiros, Alfredo Campos e Deputados Ricardo Fiúza, Renato Cordeiro, Oly Fachin, Odilon Salmoria, Del Bosco Amaral, Jackson Barreto e Nadyr Rossetti.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Lourival Baptista, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Lourival Baptista convida o Senhor Deputado Eurico Ribeiro para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado Domingos Leonelli ..... 11 votos

Em branco ..... 1 voto

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Maçao Tadano ..... 11 votos

Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Domingos Leonelli e Maçao Tadano.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Domingos Leonelli agradece, em nome do Deputado Maçao Tadano e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador José Lins para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

**COMISSÃO MISTA**

**Incumbida de estudo e parecer sobre a proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1984, que "acrescenta o § 6º ao art. 15 da Constituição".**

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),  
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1984

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e quarenta

minutos na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Passos Pôrto, José Lins, Octávio Cardoso, João Lúcio, Guilherme Palmeira, Martins Filho, José Fragelli, Hélio Gueiros e Deputados Osvaldo Melo, José Burnett, Márcio Braga e Jorge Carone, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1984, que "acrescenta o § 6º ao art. 15 da Constituição".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Claudionor Roriz, Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes e Deputados Afrísio Vieira Lima, Jairo Magalhães, Hamilton Xavier, Iran Saraiva, Domingos Juvenil, Amadeu Geara e Aldo Pinto.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador José Fragelli, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador José Fragelli convida o Senhor Deputado José Burnett para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado Márcio Braga ..... 11 votos

Em branco ..... 1 voto

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Osvaldo Melo ..... 11 votos

Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Márcio Braga e Osvaldo Melo.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Márcio Braga agradece, em nome do Deputado Osvaldo Melo e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Martins Filho para relatar a proposta.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

**COMISSÃO MISTA**

**Incumbida de estudo e parecer sobre as propostas de Emenda à Constituição nºs 33 e 35, de 1984, que "asseguram o direito de voto aos cabos e soldados das Polícias Militares dos Estados".**

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),  
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1984

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Jorge Kalume, Galvão Modesto, Gabriel Hermes, Passos Pôrto, Gastão Müller, Mário Maia e Deputados Francisco Rollemberg, José Ribamar Machado, Rubem Figueiró, Samir Achôa e Jacques D'Ornellas, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 33 e 35, de 1984, que "asseguram o direito de voto aos cabos e soldados das Polícias Militares dos Estados". Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Virgílio Távora, Carlos Chiarelli, Mauro Borges, Enéas Faria e Deputados Vicente Guabiroba, Álvaro Gaudêncio, Cristino Cortes, Geraldo Fleming, Ruben Figueiró e Fued Dib.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Jorge Kalume, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Jorge Kalume convida o Senhor Deputado Ruben Figueiró para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Senador Gastão Müller ..... 10 votos  
Em branco ..... 2 votos

**Para Vice-Presidente:**

Senador Lourival Baptista ..... 10 votos  
Em branco ..... 2 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Gastão Müller e Lourival Baptista.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Gastão Müller agradece, em nome do Senhor Senador Lourival Baptista e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Francisco Rollemberg para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

#### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 55, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.105, de 24 de janeiro de 1984, que "modifica o Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974".**

#### ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 29 DE MAIO 1984

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Lins, Gabriel Hermes, João Lobo, Jorge Kalume, José Fragelli, Hélio Gueiros e Deputados Nilson Gibson, Maçao Tadano, Coutinho Jorge, Siegfried Heuser, Harry Amorim e João Agripino, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 55, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei 2.105, de 24 de janeiro de 1984, que "modifica o Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Octávio Cardoso, Eunice Michiles, Odacir Soares, Severo Gomes, Cid Sampaio e Deputados Félix Mendonça, Rita Furtado, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Moreira e Clemir Ramos.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Gabriel Hermes, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Gabriel Hermes convida o Senhor Deputado Harry Amorim para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Senador Severo Gomes ..... 12 votos

**Para Vice-Presidente:**

Senador José Lins ..... 11 votos  
Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Severo Gomes e José Lins.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador José Lins, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, agradece, em nome do Senhor Senador Severo Gomes e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Maçao Tadano para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

#### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1984, que "obriga o Poder Executivo a solver seus débitos com correção monetária".**

#### ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1984

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jorge Bornhausen, João Lobo, Jorge Kalume, Passos Pôrto, José Fragelli, Marcelo Miranda, Gastão Müller e Deputados Adroaldo Campos, Osvaldo Trevisan, Nyder Barbosa, Cristina Tavares e Arlindo Porto, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta à Emenda à Constituição nº 37, de 1984, que "obriga o Poder Executivo a solver seus débitos com correção monetária".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Odacir Soares, Virgílio Távora, Martins Filho, Severo Gomes e Deputados Marcelo Linhares, Amílcar Queiroz, Etelvir Dantas, Irajá Rodrigues e Osvaldo Nascimento.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador José Fragelli, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador José Fragelli convida o Senhor Deputado Arlindo Porto para servir de escrutinador

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado Osvaldo Trevisan ..... 11 votos  
Em branco ..... 1 voto

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Adroaldo Campos ..... 11 votos  
Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Osvaldo Trevisan e Adroaldo Campos.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Osvaldo Trevisan agradece, em nome do Deputado Adroaldo Campos e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador João Lobo para relatar a proposta.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente

de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

#### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 54, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.104, de 4 de janeiro de 1984, que "reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios".**

#### ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1984

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e quarenta minutos, na Sala da Comissão de Economia, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Guilherme Palmeira, Passos Pôrto, Lourival Baptista, Benedito Ferreira, Martins Filho, Gastão Müller, Marcelo Miranda, Alfredo Campos e Deputados Siqueira Campos, Epitácio Cafeteira e José Frejat, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 54, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.104, de 4 de janeiro de 1984, que "reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Castelo, Mauro Borges e Deputados Evaldo Amaral, Hélio Correia Osmar Leitão, Antônio Gomes, Gilson de Barros, João Divino, Plínio Martins e Múcio Athaide.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Lourival Baptista, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Lourival Baptista convida o Senhor Deputado José Frejat para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado Epitácio Cafeteira ..... 10 votos  
Em branco ..... 2 votos

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Siqueira Campos ..... 10 votos  
Em branco ..... 2 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Epitácio Cafeteira e Siqueira Campos.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Epitácio Cafeteira agradece, em nome do Senhor Deputado Siqueira Campos e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Jutahy Magalhães para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, José Viana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação

**COMISSÃO MISTA**

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 56, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.106, de 6 de fevereiro de 1984, que "altera o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal".**

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO)  
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1984**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Economia, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Passos Pôrto, Jutahy Magalhães, Galvão Modesto, João Lobo, Mário Maia, Enéas Faria, José Lins, Jorge Kalume e Deputados Gomes da Silva, Wildy Vianna, Francisco Dias, Jorge Carone, reúne-se a Comissão Mista incumbida de es-

tudo e parecer sobre a Mensagem nº 56, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.106, de 6 de fevereiro de 1984, que "altera o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Virgílio Távora, Mauro Borges, José Ignácio Ferreira e Deputados Francisco Erse, Oly Fachin, Edme Tavares, Geraldo Fleming, Renato Vianna, Ruben Figueiró, Osvaldo Nascimento.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Jutahy Magalhães, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Jutahy Magalhães convida o Senhor Deputado Jorge Carone para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado Geraldo Fleming ..... 12 votos

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Gomes da Silva ..... 11 votos

Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Geraldo Fleming e Gomes da Silva.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Geraldo Fleming agradece, em nome do Senhor Deputado Gomes da Silva e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Passos Pôrto para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, José Viana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF  
CEP 70.160

# CÓDIGO PENAL

## Parte Geral

Projeto de Lei nº 1.656, de 1983

**Quadro Comparativo: — Projeto de Lei nº 1.656/83**  
— Anteprojeto de 1981  
— Código Penal vigente

Notas explicativas

**Preço: Cr\$ 800,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar) — 70160 — Brasília — DF — ou mediante cheque visado pagável em Brasília.

# SEGURANÇA NACIONAL

(2ª edição — 1982)

Lei nº 6.620, de 17-12-78

Índice temático. Tramitação legislativa

- Legislação vigente (Lei nº 6.620/78) comparada, artigo por artigo, à legislação anterior (Decretos-Leis nºs 314/67 e 510/69 e Lei nº 1.802/53).
- Notas a cada dispositivo: legislação correlata, comentários de juristas e da imprensa, elaboração legislativa.
- Textos constitucionais e legislação ordinária (de 1824 a 1982).

368 páginas

**Preço: Cr\$ 800,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

# VOTO DISTRITAL

O nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do voto distrital, contendo os seguintes artigos:

## COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarso Dutra*

Inadequação e inoportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Rusomano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital: depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Görgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V. Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*

## DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

**Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00**

**Assinatura para 1983 — Cr\$ 4.000,00 (nºs 77 a 80)**

**Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).  
Atende-se, também, pelo reembolso postal.**

Subsecretaria de Edições Técnicas  
SENADO FEDERAL  
Brasília, DF — CEP: 70160

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 78

Está circulando o nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Este número, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do *Voto Distrital*, contendo os seguintes artigos:

## COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarso Dutra*

Inadequação e inoportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Ruscumano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital: depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M Górgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*

## DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1984 — Cr\$ 8.000,00  
(nºs 81 a 84)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).

Subsecretaria de Edições Técnicas  
SENADO FEDERAL  
Brasília, DF — CEP 70.160

# CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)  
(9ª edição — março de 1984)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 24/83.

128 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.

**Preço:**  
**Cr\$ 1.200,00**

400 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00**